

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARVALHOSA, Modesto Souza Barros. Modesto Souza Barros Carvalhosa (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 7min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Modesto Souza Barros Carvalhosa
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Bruna Soares Angotti Batista de Andrade; Rafael Mafei Rabelo Queiroz;

Levantamento de dados: Alynne Nayara Ferreira Nunes; Bruna Angotti;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alynne Nayara Ferreira Nunes; Bruna Angotti;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 10/07/2012 a 12/07/2012

Duração: 4h 7min

Arquivo digital - áudio: 6; Arquivo digital - vídeo: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivo a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Advocacia; Anistia política; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direito; Direito comercial; Ditadura; Ensino; Ensino superior; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Família; Getúlio Vargas; Infância; Itália; Magistério; Mercado de capitais; Ordem dos Advogados do Brasil; Perseguição política; Política; Pós - graduação; Religião; Tribunal de Justiça; Universidade de São Paulo;

Sumário

1ª entrevista: 10/07/2012 Origens; memórias familiares; origens religiosas; lembranças da infância; a influência religiosa na trajetória profissional; a trajetória profissional; a trajetória escolar; as relações do Caetano de Campos; a escolha por Direito; os seus exames de admissão; o ingresso a Faculdade de Direito; os conflitos políticos internos; a visita à Getúlio Vargas; a relação com os professores da Universidade de São Paulo (USP); as influências de Direito Comercial; a relação com os colegas de turma; a participação feminina na Faculdade de Direito; a vivência dentro da São Francisco; a escolha por Direito Comercial; atuação como escriturário no Tribunal de Justiça de São Paulo; as primeiras experiências como advogado; a atuação como advogado do Teatro Brasileiro de Comédia; a abertura do seu primeiro escritório de advocacia; o desenvolvimento da sua advocacia; o exame de doutoramento; o curso de pós doutoramento na a Universidade de Camerino na Itália; a livre-docência; memórias da década de 1960; o cotidiano da advocacia diante dos eventos políticos; a atuação como consultor jurídico da Bovespa; a relação com o mercado de capitais; os livros publicados; a pressão pública.

2ª. entrevista: 12/07/2012 O seminário Meios de Combater o Regime Militar; a relação da luta civil com o Direito Comercial; a atuação como presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (USP); as perseguições políticas dentro da USP; a Comissão da Anistia; a participação nos eventos contrários à ditadura; as repressões sofridas; a prisão pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); a atuação na a na defesa da Caetano de Campos; a atuação na gestão do Condephaat; a carreira acadêmica; a atuação como professor na São Francisco; a relação com os alunos; o pedido de exoneração da Faculdade de Direito; a intensa dedicação à advocacia; a construção do prestígio como jurista; o desenvolvimento do direito brasileiro; a atuação na Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a defesa da arbitragem; a definição do que é ser jurista; considerações finais.

1º Entrevista: 10/07/2012

B.A. – Dr. Modesto, primeiramente, muito obrigada pela sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista. E eu gostaria, inicialmente, que o senhor começasse falando um pouquinho sobre a sua biografia. Infância, data e local de nascimento e origens familiares.

M.C. – Bom. Primeiro, data de nascimento, depois de infância. Então, eu nasci em 1932, março de 1932, em São Paulo. De uma família muito interessante, porque era uma família, da parte de minha mãe, de antigos fazendeiros, que vinham da tradição mais antiga de cafeicultura e escravatura, do Brasil, escravagismo, que era a família Souza Barros¹, Souza Queiroz Paes de Barros², e que eram grandes agricultores. Todos descendentes do brigadeiro Luiz Antonio³. Meu bisavô era filho do brigadeiro, meu avô, neto do brigadeiro Luiz Antonio. E que, da parte de minha mãe, portanto, tinham essa linhagem, que era uma linhagem de latifúndio, de aristocracia rural; e que, por uma razão qualquer, essa família Souza Barros, no começo do... na volta, na virada do século XIX para o século XX, converteu-se ao calvinismo e transformou-se, portanto, numa família que... que reviu completamente os seus valores e que se transformou numa família, vamos dizer assim, ligada muito mais aos valores do protestantismo, com grande influência americana, dos missionários americanos que vieram para cá nessa época, fim do século, 1870 em diante, para São Paulo. E uma família que, por outro lado, também, com a abolição da escravatura e a transformação da coisa, perderam totalmente a fortuna, pelo menos, a ala da minha mãe perdeu inteiramente a fortuna. Então, uma família que de aristocracia rural paulista se transformou numa família de classe média, toda ela intelectualizada, toda ela muito ligada à questão religiosa, e cultivavam profundamente a literatura. Eram pessoas refinadas.

R.M. – Em que região do estado de São Paulo era isso?

¹ Sobrenome sujeito à conferência.

² Sobrenome sujeito à conferência.

³ Luís António de Sousa Queirós (1746-1819). Foi comerciante e filantropo. Teve filhos e filhas tidos como personalidades ilustres do Império.

M.C. – São Paulo mesmo.

R.M. – Na cidade de São Paulo.

M.C. – É. Quer dizer, claro que meu avô foi juiz de Direito no interior, em Itu, durante muitos anos, de várias cidades do interior, então a família fez um percurso no interior de São Paulo. Minha mãe com as irmãs e os irmãos, o grande percurso foi no estado de São Paulo, nessas locações de magistratura, que mudavam muito, de três, quatro, cinco anos em cada lugar; mas eram famílias, de certa maneira, paulistas mesmo. E da parte de meu pai, ele era um... uma família portuguesa. O meu avô, José Maria Piquet Perestrello... não, José Maria Perestrello Carvalhosa⁴, era um português, que veio com os irmãos para cá, o Modesto Carvalhosa, de quem eu herdei o nome, e mais o Luiz Carvalhosa. Desceram no Rio de Janeiro lá por 1870 e viram que isso aqui era um lugar muito estranho, daí um deles foi para a Argentina. O Luiz foi para a Argentina, fugiu para a Argentina, que aqui tinha muito africano, e os outros ficaram aqui. E era uma família, também ilustre, de protestantes. Porque eles eram família da Ilha da Madeira e a Ilha da Madeira tinha muita influência escocesa, muita influência inglesa, e lá tinha a igreja presbiteriana também e eles se converteram lá. Quando eles vieram para cá eram convertidos, como realmente gente presbiteriana. Esta questão religiosa acabou unindo meu pai e minha mãe. Em Campinas, o meu pai estudava no seminário presbiteriano, para ser pastor presbiteriano, e a minha mãe era aluna do...da Escola Normal de Campinas, que era um outro centro de excelência extraordinário de estudo. Naquela época, Primeira República, o estudo era extremamente sofisticado sob o ponto de vista de ensino secundário, de ensino de normal, de professorado, pedagogia era uma coisa muito fantástica. Então eles se conheceram nesse “imbricamento” aí da... imbricação das duas famílias, na igreja, provavelmente, é casaram-se. Então, a origem é essa. Que houve uma motivação religiosa para esse casamento. E eu fui criado, portanto, numa família cujo pai era ao mesmo tempo um pastor presbiteriano e também um professor de inglês. Porque ele, como estudou desde criança, só estudou em colégio americano, (aqui em Lavras, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro), ele era um homem muito ligado à língua inglesa, muito ligado aos hábitos americanos, aos...a de religiosos americanos, naturalmente. E então meu pai era professor de inglês no ginásio.

⁴ Nome sujeito à conferência.

Chamava-se lente de...lente de inglês. Os professores eram concursados, com exames muito difíceis de ingresso na carreira. Hoje em dia, os jovens não sabem nem o que é isso, pensam que professor secundário é sindicalista aí do sindicato. Eles eram homens *altamente* preparados, na época. Então, ele foi professor de inglês, e ela era professora primária. Professora também de grupo escolar, professora do estado. E aí fizeram uma família de quatro filhos. E eu sou o mais...era o mais jovem deles, que dois já faleceram. Que mais você quer saber?

B.A. – O senhor nasceu na cidade de São Paulo?

M.C. – Na cidade de São Paulo.

B.A. – E morou no interior.

M.C. – Morei no interior. Morei, porque meu pai era pastor presbiteriano em Araraquara, foi também em Pirassununga, Rio Claro, então meu percurso infantil foi de Rio Claro para Pirassununga, sempre mudando, de dois, três anos, quatro, três anos, e depois se situou mais um pouco em Araraquara, onde eu passei a minha infância, vamos dizer assim, infância consciente, dos seis anos em diante. E que foi uma época também esplendorosa da minha vida, porque era uma cidade muito rica, não é? Dominada pela classe média, claro, porque as cidades, como eu falei naquele documentário, as cidades paulistas do interior de São Paulo eram cidades da classe média, a pobreza e a miséria eram todas situadas nas fazendas; a miséria, a ignorância, o analfabetismo eram todos nas fazendas, não eram nas cidades. As cidades eram núcleos, *bunkers* da classe média. Então eram cidades muito sofisticadas para a época, sob o ponto de vista cultural, sob ponto de vista de equipamento urbano, que tinham equipamento urbano extraordinário, uma dimensão perfeita entre população e o equipamento urbano, escolas ótimas, escolas também de universidades. Tinha, em Araraquara, tinha Faculdade Mackenzie, tinha a Escola de Farmácia, tinha... Enfim, uma cidade extremamente interessante para a época. Então fui formado aí, dentro dessa elite de classe média, em Araraquara. Depois, vim para São Paulo, meu pai mudou-se para cá, vim para cá com eles, em 1943.

R.M. – Qual a importância que o senhor daria para sua formação religiosa no desenvolvimento da sua trajetória profissional? O senhor julga que isso foi de alguma maneira distintivo, único?

M.C. – Eu acho que foi, porque o... Existia um exemplo de trabalho e de austeridade, que eram extraordinários. Então a minha casa, era uma casa muito farta, porque...Eram casas grandes, de interior, meu pai ganhava muito bem como professor, minha mãe também, relativamente, com... e tal. Eles ganhavam suficientemente para ter uma vida austera e muito farta. E portanto, essa austeridade de família era uma coisa muito importante, e natural, não era uma coisa assim “vocês são austeros, e os outros são gastadores”.Não, nada. Não. Era tudo natural. Então a austeridade, a simplicidade absoluta, por exemplo, os filhos, os sapatos, as roupas iam passando dos mais velhos para os mais jovens, não é? Então, você tinha uma roupa, acabou a coisa, passava para os mais jovens. Até sapato. Então você tinha aquela austeridade de família, simplicidade, ao mesmo tempo um exemplo muito grande de intelectualidade. Meu pai tinha uma pequena biblioteca dele, lia muito, lia muitos poetas ingleses. Ele era muito dedicado à literatura inglesa, estudioso, e dava para ler hebraico, porque ele estudou no seminário hebraico, e entendia grego também, conseguia decifrar aquele, o grego antigo... Era um homem de... Era um homem da época. Não é que ele fosse um homem excepcional. Ele era um homem de classe média intelectual da época. E daí, nessa vida austera e nessa vida de trabalho, (minha mãe era um exemplo de trabalho, meu pai também exemplo de trabalho) que foi se espalhando. Eu acho que essa educação foi muito importante. Esse exemplo de não ter nenhum vício dentro de casa, não havia cigarro, não havia bebida, não havia jogatina, jogo. Então, era uma coisa muito esportiva, muito leve. Era muito leve. Era uma casa leve. As pessoas eram muito leves. Isso influenciou, não é? Muito.

R.M. – O senhor trabalhou enquanto era adolescente?

M.C. – Trabalhei. Isso era um hábito da minha família, que, quando você chegava aos quatorze anos, você ia trabalhar. Hoje é proibido trabalhar com menos de dezesseis anos. Mas espontaneamente, você, as famílias podiam mandar os filhos ou para o internato, que era uma forma de trabalho, de ensinar, porque... ou então mandava para o trabalho. E há os que não faziam nada, os vagabundos, também. Mas havia um momento, nas famílias de classe média brasileiras, (você pode ver isso até na literatura também) em que os adolescentes tinham um destino. O adolescente tinha um destino dado pela família. Ou ele era interno ou então ele fazia alguma coisa para a família. Ele

não ficava em casa. Não era um adolescente, entendeu, ficando...ouvindo música em casa. Ele sempre... O quatorze anos era um *break* grande na vida deles. A maioria ia para o internato. Os que não iam para o internato... Meu irmão, por exemplo, dois irmãos meus foram para o internato. Dois foram. Os que ficavam em casa iam trabalhar. Então era uma forma, não digo de internato, mas uma forma de compensar o internato. Vai trabalhar. Você vai trabalhar. E precisa se preparar para trabalhar. Então, eu aprendi datilografia, e já era datilógrafo de escritório e tal, depois pegava, fazia aquelas certidões que eu tinha que fazer, depois ia entregar, como *boy*, nos clientes...

R.M. – Onde o senhor foi trabalhar?

M.C. – Trabalhei num escritório de tradução juramentada, na época, ano 46 em diante. Então, isso mostra muito, uma coisa interessante, que a época era muito ligada a uma coisa muito inconsciente da sociedade, que é de transformar as crianças em adultos, não é? Todo mundo diz: bom, o internato é uma barbaridade. Não é. É uma forma de tornar a criança adulta, de sair do ambiente familiar e ver todo aquele confronto, aquelas injustiças, aquelas repressões, aquela coisa; criar um confronto com o mundo, que o internato dava, não é? Então...Por outro lado, você mandar uma criança –, sem necessidade nenhuma, porque, em casa, nós tínhamos todos os recursos para morar, não precisava filho trabalhar para arranjar comida –, mas era um confronto com o mundo. Quatorze anos, você vai trabalhar. Então era uma maneira de tornar adulto. Como os judeus fazem, com treze anos, torna a criança adulta, fazem o tal do *bar-mitzvá* e tal, e a criança vai... O que é que faz uma criança de treze anos? Vai para a congregação dos adultos, para o mundo dos rabinos, mundo dos grandes líderes da religião, para a sinagoga; entra, em vez de ficar lá em cima com as mães, vão lá para baixo, fazer celebrações. É um adulto, com treze anos, um adulto. Então essa coisa psicológica, extraordinária, de fazer com que a criança tenha um... vamos dizer assim, um choque grande no começo da adolescência, para se tornar adulto, é uma coisa muito importante. Aí a razão de, talvez... Você está perguntando se a minha infância teve grande influência nessa... uma influência fundamental. Pelo exemplo do trabalho, pela austeridade da família e por me colocar no mundo real, no mundo absolutamente dos adultos, que era o mundo do trabalho, do qual não saí até hoje. Estou com oitenta anos... quer dizer, quanto tempo faz isso então? Sessenta e?... seis anos que eu trabalho.

Sessenta e seis anos. Nunca saí disso. Adoro trabalhar. Talvez seja porque tenho, realmente, ficado nesse mundo de trabalho, que eu acho uma coisa deliciosa.

B.A. – O senhor veio para São Paulo em 43, com a sua família. O senhor pode falar um pouco da escola, da chegada a São Paulo? Onde estudou, quem foram seus professores na escola, a influência da escola na vida, na formação do senhor?

M.C. – Bom, a escola, o seguinte. Eu cheguei em São Paulo e daí foi... foi uma época de transição, daí eu fui para o Mackenzie... não, Mackenzie... imagine! – para o Rio Branco, fazer meu curso de admissão, não é? O Rio Branco era um grande colégio na época, dirigido pelo Sampaio Dória⁵. A escola, um centro de excelência. Um centro de excelência. Ali na Maria Antonia, onde hoje é o museu lá da USP, o Centro Cultural da USP. E ali eu fiz o meu preparatório de admissão. E depois fui fazer o concurso... concurso não, o exame de admissão ao ginásio. Na época, para você entrar no ginásio ou no ginásio oficial de São Paulo, que eram pouquíssimos, era uma coisa absolutamente inatingível. É como você chegar e entrar para a faculdade de medicina, entendeu? Era uma coisa inatingível. Uma coisa assim, tinha quinhentos candidatos, entravam cinquenta. Então era uma coisa muito difícil. Mas meus pais faziam questão. Meu irmão tinha entrado no ginásio do estado, que era mais difícil ainda do que a Caetano de Campos, onde estudei, então faziam questão que fizesse lá. Eu fiz um belo de um curso de admissão e entrei na escola Caetano de Campos, que era o Instituto de Educação Caetano de Campos, que era a chamada escola modelo. Porque havia, naquela época, escolas modelo, em que daí irradiavam toda a pedagogia, a metodologia, essas coisas, para as outras escolas. A Caetano de Campos era uma das escolas modelo do estado de São Paulo. Isso para contar para vocês que são jovens, não sabem imaginar o que era a educação na época. A educação na época era outro mundo, não era o que é hoje. Uma escola pública, na época, era a elite das elites. Você entrar numa escola pública, estudar numa estadual... quer dizer, estudou na Caetano de Campos... Ô... Entendeu? Como se fosse assim uma...uma coisa assim, como se estudasse na Fundação Getúlio Vargas, lá na Escola de Direito de São Paulo. É uma coisa de elite. Então eu entrei lá na escola Caetano de Campos e fiquei lá durante todo o meu curso secundário. E era uma escola extremamente difícil, de um rigor absoluto, porque era uma escola

⁵ Antonio de Sampaio Dória (1883-1946). Foi político, jurista e educador

severa, os professores eram de grande qualidade, extraordinária qualidade, e uma disciplina absoluta, e notas mais baixas possíveis; então os professores olhavam o aluno e iam saber se iam dar zero, um, dois, três, quatro – zero, três, quatro, um, quatro, cinco. Entendeu? Era uma escola, sob o ponto de vista de exigência, *absoluta*. Ou você estudava e decorava... porque naquela época tinha uma coisa chamada decoração. Você já ouviu falar? Decoração. Decoravam... Decorava história universal, decorava datas, feitos, decorava história do Brasil, decorava aritmética, decorava verbos em francês, verbos em português, gramática, adição... Então, você tinha o método bem antigo. Era uma pedagogia clássica, que era o sistema de origem francesa, evidentemente, que a grande missão francesa da educação pelo Brasil, fez a *école primaire*, a escola primária, e o ginásio, que é o *licée*, que era o liceu. Então era aquele sistema francês antigo, rigoroso. E foi uma escola extraordinária. Tive mestres queridíssimos lá dentro e que... (alguns não eram, mas grande parte era) e que marcaram profundamente minha vida. Eram homens de grande... grandes modelos, grandes modelos de... em todos os sentidos. E ali fiquei, na escola, todo o curso secundário. Aquele tempo era... como é que chamava? Era ginásio e colégio. E ali fui... me formei, na escola.

R.M. – O senhor teve colegas de Caetano de Campos que depois vieram a se destacar profissionalmente, que o senhor se lembre, tornaram-se pessoas notáveis ou colegas cuja amizade o senhor tenha carregado para além do tempo de escola? Ou as relações do Caetano de Campos...

M.C. – Não. Aí é o seguinte. Colegas notáveis, eu tive o... que eu falei com ele ainda hoje, que o aniversário dele foi ontem, o Mário Pinto de Almeida⁶, que foi um grande... que é um grande colunista do Rio de Janeiro, trabalhou bem na Globo, muitos anos. Esse, vocês precisam fazer uma entrevista com ele, hein. E ele foi o mais notável aluno do meu tempo e o mais notável, que se... Coelho de Almeida o nome dele, Mário Coelho de Almeida⁷. E ele foi um grande profissional e um grande colunista, escreve toda semana, tem um *site* dele, escreve toda semana, muito interessante. Até vou mostrar para vocês depois o que ele mandou ontem, aqui. E os colegas meus eram de origem, todos, de classe média também. Mas nenhum...eu não digo que tenha sido um

⁶ Nome sujeito à conferência.

⁷ Nome sujeito à conferência.

grande político, um grande industrial ou grande intelectual, não me lembro, nenhum. Eu sei que todos tiveram grande sucesso... todos não digo, mas grande parte, tiveram grande sucesso profissional, porque... por duas razões. Primeiro, uma formação rígida, uma formação de grande capacidade, para entrar depois nas universidades, que a maioria deles entrou na Politécnica, entrou na Faculdade de Direito, entrou na Medicina... Tinha o Marcelo, Marcelo foi meu colega, o... como é que é o nome dele? Agora... O Marcondes, Marcelo Marcondes⁸. Grande ginecologi... grande neurologi... nefrologista, da USP. Enfim, eles foram...tiveram uma formação, que permitiu que todos tivessem uma grande qualidade profissional depois, no tempo...depois que se formaram nas faculdades. E outra coisa que também, que a minha turma de ginásio, eles tiveram um mundo aberto. Vocês não sabem também isso, não conhecem esse mundo. Quer dizer, um mundo de formação rígida e de alta qualidade no setor público, por outro lado, uma capacidade de usufruir dessa formação de maneira plena. Havia escassez de tudo! Escassez de mão-de-obra em todos os setores. Então as pessoas saíam das faculdades absolutamente empregados, absolutamente promovidas. Depois, os médicos ganhavam muito bem já, na época, saindo da faculdade. Não é hoje, parece que ganham uma miséria. Os engenheiros, nem se diga. Tinham todas aquelas construções, a via Anchieta, a via Anhanguera, grandes obras públicas, e construção, infelizmente, a partir dos anos 50, grande boom imobiliário aqui também, em São Paulo. Enfim... E arquitetos, fizeram grande nome na época. Você vê os grandes arquitetos brasileiros, são todos dessa geração, não é? Todos da geração, dos anos 60. E daí, o que aconteceu? Você teve então... Eu tive colegas que foram muito bem preparados, que fizeram belíssimas carreiras, e que começaram sem muita luta. Eles começaram porque iam chamá-los para trabalhar, entendeu? Não só eles, mas outros também. Era uma geração em que as oportunidades eram vastíssimas para todo mundo, está certo? Para os preparados e para, também, os que não eram tão preparados. Então isso é uma característica típica dessa época. Então, um belo preparo mas e um belo oportunidade. Coisa que hoje, você pode ter um belíssimo preparo e não ter oportunidade nenhuma. Veja a juventude européia o horror que é, hoje em dia.

⁸ Nome sujeito à conferência.

R.M. – E a idéia de fazer direito de onde surgiu? O senhor comentou que tinha um avô que era juiz.

M.C. – É. Isso veio muito do meu avô. Meu avô era um intelectual muito interessante, porque ele passou a infância dele toda na Europa; o avô dele levou-o lá com...menino, acho que com sete anos, jogou lá em Estrasburgo, ele formou-se, todo o ginásio dele, em Estrasburgo, num colégio que tem até hoje, que é o colégio europeu lá... internacional. E ele veio para cá, conhecia muito bem alemão, conhecia muito bem francês e... E era um juiz de Direito... Veio aqui, a família perdeu toda a fortuna, e foi ser juiz de Direito. Foi um juiz de Direito muito correto, muito decente. Mas... Ele foi um exemplo, para mim, de um homem ligado a letras jurídicas. Mas...

R.M. – Ele estudou direito aqui no Brasil?

M.C. – Estudou. Na Faculdade São Francisco.

R.M. – Na São Francisco.

M.C. – É. Ele veio da Europa e entrou na faculdade. E o ...Mas quem foi meu grande exemplo foi meu tio, que era o Modesto Carvalhosa, aquele que eu herdei também o nome. Esse era um grande desembargador de São Paulo e que, depois de aposentado, virou presidente da Fundação Zerrenner. E era um grande modelo para mim. Era um homem... Meu pai prestigiava esse primo de uma maneira fantástica e tal e achava o máximo. E ele era o máximo mesmo. Era uma pessoa interessantíssima. Eu tinha ele o modelo. E eu quis fazer direito porque eu queria ser aquele homem extraordinário; e de uma simplicidade, uma austeridade... Então ele tinha um escritório na João Brícola... Presidente da Fundação Zerrenner. Você pode imaginar? Então você ia lá no escritório da João Brícola, primeiro andar, subia a escadinha, daí ele estava lá, batendo à máquina as petições dele. (imita o bater da máquina) Então aquela coisa, aquela... Era um mundo... A minha infância foi só os grandes... foi só dessa austeridade, essa coisa... Que era muito da época também. Não é que eu vivia num mundo à parte dos outros, entendeu? É outro mundo. Então a... ele foi a grande inspiração. Eu que tinha o nome dele, o mesmo nome, e vou fazer a faculdade de direito. Meu avô já tinha estudado lá, fui fazer a faculdade. E entrei lá na Faculdade de Direito, tudo bem, em 53. Foi ótimo.

R.M. – O senhor se recorda dos seus exames de admissão? Como é que foram...naquela época, a seleção era feita pelos próprios professores.

M.C. – É, pelos próprios professores, é. Os professores eram terríveis. Eram homens... Era tudo de outro mundo. Parece que eu estou fazendo propaganda da minha época e detestando a atual. Não é bem assim, não. Mas os professores na época, eles tinham certas características, grande parte deles. Eles eram homens ligados à origem cafeeira, todos de famílias ou de pessoas relacionados à agroindústria cafeeira, não é? Famílias de linhagem paulista, ligados ao Automóvel Club... Eram homens da aristocracia e da plutocracia paulista, certo? E eram todos eles assim. Mas também de grande bagagem intelectual, grande parte deles. Então, não é que eles fossem filhos, frutos de uma atividade econômica sem ter capacidade. Mas eles levavam com eles, também, aquela coisa aristocrática de uma certa soberba. Eram...Os catedráticos da Faculdade de Direito eram...tinham uma certa soberba, um pouco de... *empinados*... Eram pessoas inatingíveis e tal. E as pessoas tinham um temor terrível deles. Eles eram professores muito difíceis, irascíveis e pouco... não davam a menor confiança para aluno, não tinha a menor confiança. E daí o vestibular foi feito na base desse pessoal. Quer dizer, os professores, que eram catedráticos e livre docentes, foram examinar os candidatos. Os exames eram exame escrito, que era um exame vastíssimo, levava três horas, para você escrever... *ti-ti-ti, ta-ta-ta*... sobre literatura, sobre tudo, etc. e tal. Mas sempre era, a literatura dominava a geração, dominava todo... O Brasil era um país, ainda, da literatura, não é? Então... Depois você tinha o exame oral sobre literatura e sobre inglês, sobre francês, ou inglês ou francês, e latim. Daí você tinha que fazer o exame oral, e era muito rigoroso também. Era uma coisa bárbara. Quer dizer, reprovavam assim... acho que noventa por cento dos candidatos. Por duas razões. Primeiro, porque era uma seleção, precisava só pegar os melhores, e segundo, porque também tinha um prazer grande de reprovar. Não havia nenhuma...nenhum sentido... assim humanitário nos vestibulares. Os vestibulares não eram... Eram coisas de ligação de grandes mestres com figuras...com meninos, jovens ignorantes. Era um preconceito grande. Nesse ponto, era muito interessante também. Então o meu exame oral foi muito difícil. Quem me examinou em português foi o Vicente de Paula, Vicente de Azevedo⁹,

⁹ Nome sujeito à conferência.

que era um ilustre desembargador, um homem finíssimo. Eu me lembro muito bem desse exame oral de português. O exame de latim, era o Alexandre Corrêa¹⁰, o de francês... quem é que era mesmo? Acho que era o Cretella¹¹. Era o Cretella. Era um homem... esse era boníssimo. Esse era um... figura. Não tinha nada dessas características de soberba. Está vivo até hoje. Um homem boníssimo. Depois a... Mas eram exames orais terrificantes. Como também, no meu tempo de ginásio, os exames orais eram terrificantes. Quer dizer, era um ambiente de internato mesmo. O mundo era um mundo de internato. Um mundo que as crianças e os jovens eram pessoas que deveriam ser educadas, certo? Mas dentro de uma hierarquia absolutamente inatingível. Então, isso se tinha na faculdade de direito também.

R.M. – Isso foi em 1952. E aí o senhor começa em 1953 na faculdade.

M.C. – 52, é. 53, é. Isso.

B.A. – O Sr. pode falar um pouco do primeiro ano de faculdade, dos professores, da turma, dos alunos...

R.M. – ...do ambiente?

M.C. – É. A Faculdade de Direito em 53, ela tinha... 53 e durante todo os meus anos que eu passei lá, ela tinha uma conotação política violenta e também uma conotação acadêmica violenta. Violenta não no sentido de violência, mas no sentido de predominância, de preponderância, não é? E a Faculdade era uma faculdade de direito política, uma faculdade de direito acadêmica, de grandes costumes acadêmicos, e também, vamos dizer assim, de estudo do direito. Eram três coisas. Você não sabia, ali, o que realmente prevalecia, não é? Você tinha de viver aquela vida acadêmica, que aliás era deliciosa, tinha que se posicionar politicamente, porque aquilo era um burburinho total... Imaginou o Brasil em 53? Aquela coisa de getulismo, aquela coisa com udenismo, lacerdismo... Quer dizer, ainda aquele coisa, antiga, da Revolução de 32,

¹⁰ Alexandre Corrêa. Foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹¹ José Cretella Júnior. Foi advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ainda voltava, contra o Getúlio¹², o Adhemar de Barros¹³... Então era uma... fervilhava a política lá dentro, loucamente. Hoje, ao que parece, nem sabem o que é política os alunos, entendeu? Depois... Então foi um ano de... vamos dizer assim, um ano de iniciação nesses três setores, os setores da política, os setores da academia e os setores do estudo de direito. Foi muito interessante.

R.M. – Politicamente, o senhor diria que os alunos eram majoritariamente antigetulistas.

M.C. – Majoritariamente eram antigetulistas por uma razão, naturalmente, de alienação. Aquilo era dinâmica de grupo. Então, contra o Getúlio! Depois o Getúlio era ligado ao Adhemar. Adhemar era aquela figura absolutamente polêmica. E tal. E eram contra e... E ao mesmo tempo eram udenistas, e tinha o Lacerda¹⁴, aquela figura devastadora do Lacerda. E daí a... eram... Praticamente, eram pessoas muito ligadas ao antigetulismo, como herança, ainda, de 32. Como herança, absolutamente. E os professores também. Havia professores getulista, tipo Canuto Mendes de Almeida¹⁵ era getulista. Tinha outros também getulistas, que eu me lembre. Mas outros não. A maioria eram todos, ainda, representando aquela república do café, aquela república agrícola. Porque o Brasil era... o que houve foi o pêndulo entre a visão republicana agrícola e a visão republicana urbana, não é? Então, esse pêndulo entre uma coisa ou outra sempre existiu. Então você tem o Deodoro¹⁶, que, coitado, foi só um instrumento da coisa, depois tem o Floriano¹⁷, que eram, tipicamente, o positivismo e a república urbana do progresso, a república da industrialização, da urbanização do país, independentemente,

¹² Getúlio Dorneles Vargas (1882 -1954). Foi advogado, [político](#) e líder civil da [Revolução de 1930](#), que culminou com o golpe de Estado.

¹³ Adhemar Pereira de Barros (1901-1969). Foi aviador, médico, empresário e político.

¹⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914 –1977) foi jornalista e político.

¹⁵ Joaquim Canuto Mendes de Almeida (1906-1990). Foi Procurador-Geral da República e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁶ Manuel Deodoro da Fonseca (1897-1982). Foi militar, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil.

¹⁷ Floriano Vieira Peixoto (1839 - 1895) Foi militar, primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil,

da questão de ser ditador ou não. Depois você tem a... entra a república agrícola, com Prudente de Moraes¹⁸. Daí você tem a volta, em alguns momentos, da república urbana, que sempre combatida pela agrícola. E no fim, esse pêndulo entre uma coisa ou outra, com Arthur Bernardes¹⁹, volta a ser uma república urbana, tá certo? Daí você tem aí um pêndulo entre a república urbana e a república agrícola, que deságua no Getúlio Vargas, que era o homem que ia trazer, realmente, o país para a república urbana, entendeu? Quer dizer, ele era um homem urbano, ele ia trazer para o Brasil a industrialização, ele ia trazer para o Brasil, realmente, a modernidade, embora não tivesse nenhuma consciência disso, praticamente. Mas ele, então, ele ia *impor* ao Brasil, com a revolução, a república urbana. E veio naquela caminhada dele. O que é que foi? A república agrícola paulista, que era totalmente ligada à de Minas Gerais, etc. e tal, acabou revoltando-se, porque ele ia tirar todo o predomínio dos cafeicultores paulistas; e cassou a emissão de títulos agrícolas paulistas de café, que você podia emitir títulos de café aqui, federalizou tudo. Então aí, em 32, esse houve a revolução, em que era exatamente isso. Ninguém, muito, tinha consciência disso. Mas realmente, essa minha geração denotava ainda isso, como o udenismo também, o udenismo era totalmente agrícola também, quer dizer, uma visão agrícola da república. Então era uma luta muito grande lá dentro da faculdade. Havia redutos getulistas, eu fazia... eu fazia parte deles. Eu era um homem sempre ligado a essa coisa do progresso. Eu nunca admiti...Mas havia contradições enormes também. Por exemplo, ao mesmo tempo que eles eram contra o Getúlio, contra o Adhemar de Barros, contra não sei quê, os alunos eram todos a favor do “petróleo é nosso”. Então iam lá, lutavam pelo “petróleo é nosso”. “Petróleo é nosso” era uma idéia absolutamente getulista, estatista e getulista. Então, havia toda uma contradição de atividade. Mas era um burburinho total, como eu falei, era uma loucura. Então, é isso aí.

B.A. – Eu queria só voltar um minutinho, que era o seguinte: o senhor conta no documentário que o senhor foi ao Rio conversar com Getúlio, junto com um grupo de

¹⁸ Prudente José de Moraes e Barros (1841 - 1902) foi advogado, político e terceiro presidente do Brasil, tendo sido o primeiro político civil a assumir este cargo e o primeiro a fazê-lo por meio de eleição direta.

¹⁹ Artur da Silva Bernardes (1875 - 1955) foi advogado e 12º presidente do Brasil.

amigos. Queria saber como foi essa visita, qual a razão da visita, com quem o senhor foi.

M.C. – Não. Eu fui...Quem é que foi comigo? Foi o Lauro Bueno de Azevedo²⁰, o Marcos... Marcos... Pereira²¹, que faleceu já, foi o Fernando Vergueiro²², também falecido... Todo mundo já morreu. Depois...Quem mais? Tinha mais uns quatro ou cinco que foram comigo. Nós marcamos uma audiência com Getúlio Vargas. Quer dizer, eles ficaram... O Getúlio ficou besta. Como é que alunos da Faculdade de Direito, que hostilizavam publicamente dia inteiro, iam lá falar com ele. Falei: não, nós vamos lá. Eu fui lá, liderei esse negócio. Falei: “vamos lá, falar com ele que nós estamos a favor do programa de reforma dele”. Porque era uma visão totalmente diferente daquela faculdade alienada, de uma alienação política, uma coisa violenta. Daí eu...fomos marcamos uma reunião às duas horas da tarde, no Catete. Era uma tarde. Que dia era isso? O Getúlio suicidou-se em agosto. Isso devia ser lá por julho. Um mês antes daquela Tonelero²³. Um mês antes de que aconteceu a Tonelero, depois... um mês antes, é junho, talvez, de 54. Aí fomos lá. E daí... Ele recebia, ele fazia audiência pública. É claro que é uma audiência pública e havia centenas de pessoas para ele receber, não é? Então ele almoçava, depois do almoço, ele ficava na ponta da mesa, que tem lá no Museu do Catete, a mesa do ministério.Ele ficava na ponta da mesa assim, quer dizer, na cabeceira, botava a perna assim em cima... de pé, encostava, assim, um pouco a perna, um charutão, vestido de branco, e daí eu falei: “Olha, nós viemos aqui, presidente, para lhe dar o apoio nosso a todas as medidas que o senhor tem feito... que vossa excelência tem feito pelo Brasil, no sentido de melhoria das condições econômicas, do plano... o Plano de Metas”... era uma coisa extraordinária, que ele defende. O Plano de Metas da Industrialização brasileira era uma coisa fantástica. Hoje, não se fala mais nisso. Esse plano de metas, isso era uma coisa histórica. Pelo Plano de Metas... Quer dizer, “o plano de metas que o senhor fez, uma coisa impressionante,

²⁰ Lauro Bueno de Azevedo. Foi oficial de gabinete de Paulo Tarso Santos.

²¹ Nome sujeito à conferência.

²² Nome sujeito à conferência.

²³ O Atentado da Rua Tonelero: tentativa de assassinato cometida contra o jornalista e político anti-getulista Carlos Lacerda, em 1954. É tido como o marco do declínio de Getúlio Vargas, que se suicidou dezenove dias depois.

vossa excelência. Nós viemos aqui, nós somos da Faculdade de Direito, nós estamos apoiando...”. “Pois não! A Faculdade de Direito de São Paulo! Se eles vieram aqui...” Ele ficou... Ele até acordou, que ele estava meio assim, até acordou. Digo: “É, somos sim. Viemos aqui lhe dar o apoio pelo... sobretudo o plano de metas dele que estava em curso, não é? E daí, ele adorou, foi uma entrevista de uns dez minutos, qualquer coisa, perguntou muito, contou, se interessou... Ele era uma figura extraordinária, um político extraordinário. E daí o... Daí fomos embora, ficou por isso mesmo. Não houve registro nenhum disso, provavelmente. Deve ter registro no Catete. Se tiver o registro de entrevistas. Deve ter alguma. Mas fomos embora. E ficou por isso mesmo. Daí a tragédia se desenvolveu toda. Foi uma coisa bárbara. E daí teve aquela... o Brasil começou a ratear, não é? Não houve a seqüência. O Juscelino²⁴ deu uma seqüência mas muito curta. Como é que pode um presidente da República durar cinco... Quatro ou cinco anos que ele ficou? Nem me lembro.

B.A. – Cinco anos.

M.C. – É, muito pouco. Uma retomada de um processo de industrialização, muito pouco. Mas e daí? Então foi uma entrevista muito interessante, histórica. Eu acho que isso... hoje em dia, quando eu me lembro... Eu me lembrei disso por causa desse documentário aí. Eu tinha me esquecido desse fato. É uma coisa que me honra muito, sabe, pessoalmente, quer dizer, de ter uma idéia de ir lá e falar com ele, contra toda essa *bobajada* que ficavam... lá, se debatendo naquela coisa. O sujeito não sabia nada por que estava debatendo contra o Getúlio, a favor do Getúlio. Não sabia nada. Uma alienação total. Mas conte. O que mais?

B.A. – O senhor se lembra do dia do suicídio do Getúlio?

M.C. – Lembro-me. E eu estava na Europa. Estava na Europa, não estava aqui, não. Lembro. Mas eu não estava no Brasil na época. Foi uma coisa terrível. Quem estava aqui testemunhou. Eu não estava. Eu estava viajando, não estava aqui.

²⁴ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 - 1976) foi médico e político. Foi prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil entre 1956 e 1961.

R.M. – Os seus professores de primeiro ano. Pelo que a gente pesquisou, o senhor teve aula com Goffredo, Alexandre Correia, Honório Monteiro, Alvinho Lima, Catarino Nogueira. Como é que era?

M.C. – Como é que você descobriu toda minha vida particular desse jeito?

B.A. – Pesquisa.

R.M. – A gente é pesquisador. Pesquisador descobre.

M.C. – Vai falando um por um aí. Como é que é? O Goffredo...

R.M. – Goffredo...

M.M. – É. O Goffredo²⁵ era extraordinário. Era o maior... Porque o Goffredo não era um professor, ele era um educador, não é? Ele era aquilo que freudianamente chamam “o modelo”. Ele não é uma pessoa, ele é “o modelo”. Os alunos tinham nele “o modelo” do homem que dava aula com paixão, sobre temas da maior complexidade, com a maior simplicidade e dos exemplos da coisa. Uma pedagogia extraordinária, com uma doação pessoal enorme. É paixão mesmo, que ele tinha pela faculdade, pelo direito, pelas causas que ele abraçava. Um homem já entre o integralismo e o socialismo, naquela dúvida. À época, não era mais integralista, mas estava numa formação, ainda, de um socialista, que ainda ele não era bem, em 53. Mas era um homem, ao mesmo tempo, um verdadeiro...como é que se chama? De uma... Como é que se pode dizer? Ele... De um charme extraordinário. Charme completo. Uma figura visionária. Se ele fosse um líder religioso teria milhões de pessoas atrás dele. Ele era muito discreto, uma pessoa aristocrata mas... Ele era um homem que marcou a vida de todo mundo. Até hoje, a minha vida é ligada a ele e ao irmão dele também, que era uma figura extraordinária, o José Rui Inácio²⁶, que foi professor da faculdade também.

R.M. – Algum outro professor do primeiro ano marcou, especificamente?

²⁵ Goffredo da Silva Telles Júnior (1915- 2009) foi advogado, jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

²⁶ Nome sujeito à conferência.

M.C. - Qual é o outro?

R.M. – Aqui, pelo que a gente levantou, Alexandre Correia.

M.C. – O Alexandre Correia era aquele homem, exatamente, soberbo, não é? Ia de bicicleta e tênis para a faculdade, também de uma austeridade absoluta, mas que não tinha respeito nenhum pelos alunos. Ele partia, como eu falei, daquele...dos preconceitos de que o homem sabe e os outros são ignorantes. Que é a soberba. Tipo de soberba. Que é uma coisa muito terrível, a soberba, não é? De professor universitário. Então, aquela figura, vamos dizer assim, distante, exigente, zero para todo mundo, todo mundo tinha que estudar; o proveito era muito bom, porque tinha que estudar, portanto o resultado era muito positivo. Eu passei com ele. Eu passei perfeitamente com ele, sem segunda época, nada. Ele era um homem tremendamente difícil, mas... Odiado pelos alunos mas ao mesmo tempo respeitado, porque ele era um homem de grande conhecimento. Mas sofria desse problema de desrespeito pelo ser humano. É a soberba. Quem mais?

R.M. – Honório Monteiro²⁷.

M.C. – Ah! Esse era um grande professor.

R.M. – Direito civil? Não? Direito...

M.C. – É. Direito comercial. Grande professor. Esse é um homem ligado à política, tinha sido o presidente da Câmara dos Deputados, um homem calmíssimo, um grande conhecedor do direito, simplíssimo também. Eu fui à casa dele umas vezes, umas duas, três vezes, em Vila Mariana. Aquela coisa e tal... Era um outro mundo. E ótimo professor. Excelente professor. Muito querido pelos alunos, grande capacidade, grande competência.

R.M. – Ele, de alguma maneira, por ser professor de comercial teve alguma influência decisiva sobre a sua escolha?

M.C. – Não. Não. Quem teve foi o Sylvio Marcondes, depois. Quem mais?

²⁷ Honório Fernandes Monteiro (1894-1969). Foi advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e político.

R.M. – Alvino Lima.

M.C. – Alvino Lima²⁸. Esse era a figura mais querida. O outro era um mito, o Goffredo. Esse era querido, de levar no colo. Que esse era um professor mulato... Não pode falar isso aí que é chato falar, hoje, falar em... hoje é...como é que chama? - politicamente incorreto. Mas um homem de uma bondade, de uma coisa, de uma simplicidade também, os alunos tinham paixão por ele. E basta dizer que ele foi o paraninfo da turma, numa turma de lustres dessa. Imaginou os professores que tinham ali dentro? Ele foi o paraninfo. Grande conhecedor de direito civil, dava aulas ótimas. Mas não era um homem...soberba, não sofria de soberba. Esse era um simplíssimo, um queridíssimo. Foi o nosso paraninfo. Você imaginou, paraninfo da Faculdade de Direito, naquela época, era uma coisa de uma honra absoluta, entendeu? Passava para a história da faculdade, você ser paraninfo de uma turma. Ele foi paraninfo. Quem mais?

R.M. – Algum outro professor, ao longo da sua...

M.C. – Quem mais? Quem mais tem aí?

R.M. – Aqui, tem...

B.A. – Os colegas de turma do senhor citaram bastante o professor Luiz Eulálio Bueno Vidigal.

M.C. – Ah, bom. Esse era outro extraordinário também.

R.M. – Esse era getulista também. Ou não?

M.C. – Não! Esse era udenista. Era muito reacionário. Esse, nada, esse era um... Nossa. Esse era queridíssimo também. Esse era. Foi o primeiro aluno do ginásio do estado e um *intelectual* do maior padrão. Simpaticíssimo, não tinha soberba nenhuma; grande professor, queridíssimo dos alunos, assim: *entre les deux mon coeur balance*, entre o Alvino Lima e o Luiz Eulálio Vidigal²⁹ os alunos ficaram ali, entre um e outro,

²⁸ Alvino Ferreira Lima (1888-1975). Foi advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e político.

²⁹ Luiz Eulálio Bueno Vidigal (1911-1995). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, empresário e advogado.

tão querido que ele era. Competentíssimo. Professor de processo, extraordinário. Extraordinário. Quem mais?

R.M. – Bom. Aqui, o senhor teve aula com uma mulher, com dona Esther de Figueiredo Ferraz³⁰. O senhor tem recordação dela?

M.C. – Tive, tive. Ah, ela também era uma professora maravilhosa. *Nossa!*

R.M. – Teve algum que tenha marcado o senhor por ter sido ruim, não comprometido?

M.C. – Não. Os professores marcavam muito porque alguns eram meio vagabundos, eles não gostavam muito de dar aula, estavam ali quase que como uma intercessão, como um interlúdio político, de secretário de Estado, para ser ministro, para ser embaixador... Não eram muito dedicados. Mas a maioria era dedicada. A Ester Figueiredo Ferraz foi uma brilhante professora. A formação dela também é de família de intelectuais do maior padrão. Os pais, ela tinha uma formação pessoal enorme, foi professora primária, professora de ginásio, professora da faculdade. *Grande* professora a Ester. Queridíssima dos alunos também. Linda! Além do quê, era ela linda. Então os alunos ficavam assim, aquela mulher inteligente, os alunos falavam aquela mulher linda, impressionante.

R.M. – Falando desse tema das mulheres. Como é que era entre os alunos a participação feminina? O senhor já tinha diversas colegas?

M.C. – Tinha. Muitas.

R.M. – Como é que era a relação com elas? Destacaram-se profissionalmente? Alguma que tenha marcado o senhor como aluna, como profissional?

M.C. – Eu acho que aí a... a vida delas foi muito... algumas foram para a profissão, outras não. Algumas se dedicaram. Algumas ficaram notáveis professoras,

³⁰ Esther de Figueiredo Ferraz (1915- 2008). Foi advogada e professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, secretária de Estado em São Paulo, e a primeira mulher ministra de Estado no Brasil.

como a Ada³¹, que essa é uma das maiores juristas que o Brasil já produziu. Uma mulher extraordinária.

R.M. – O senhor teve uma outra catedrática colega também, a professora Ivette³².

M.C. – Ivete. A Ivete foi também catedrática de direito penal. Mas ela... Ela era uma pessoa ótima. E agora é presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo. Mas a Ada fez uma obra extraordinária, pioneira, trabalhou sobre direito do consumidor; ela rompeu a terceira geração do direito, ela adentrou na terceira geração do direito, quer dizer, no sentido dos direitos sociais. Uma mulher... E um dinamismo extraordinária. Ela era a maior figura, no meu entender. Na minha turma tem grandes figuras. Mas ela, como figura feminina, foi a mais importante de todos os alunos que estiveram lá. As alunas que estiveram lá. E grande jurista. Grande jurista. Uma obra extraordinária.

R.M. – Seus colegas de turma. Essa sua turma teve muitas pessoas que se destacaram, principalmente no mundo acadêmico. A turma de 57 foi a que mais rendeu catedráticos até hoje, na São Francisco, depois da turma de 19. Como é que era... quem foram os colegas de quem o senhor era mais próximo, as amizades, as relações que o senhor carregou para fora da São Francisco?

M.C. – É. Aí é interessante voltar um pouco ao passado. Quer dizer, havia dois tipos de tendência, um tipo de tendência da minha vida particular, eu notei isso, de terem amigos da adolescência e amigos da faculdade. Os meus amigos da adolescência, que foram que marcaram mais, da Escola Caetano de Campos. Eu fui sempre muitíssimo ligado. Ontem, ainda falei com um pelo telefone, hoje já liguei a outro pelo aniversário. Quer dizer, os grandes amigos do *coração* foram amigos meus criados na adolescência. É interessante, não é? Como se fosse um internato, a mesma coisa. Depois, o da faculdade de direito, eu criei boas amizades, mas a faculdade de direito já tinha uma característica de competição, um pouco, não é? Quer dizer, você sai da

³¹ Ada Pellegrini Grinover. É uma jurista ítalo-brasileira, professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Procuradora do Estado de São Paulo aposentada.

³² Ivette Senise Ferreira. É professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi a primeira mulher a ocupar a diretoria da Faculdade e é advogada.

faculdade e você tem ali os seus colegas que vão para os diversos ramos do direito, sobretudo para a advocacia, e você está naquela idade terrível da competição, a juventude da competição. Então, um que é mais advogado, que outro é menos advogado, que foi isso, que fez concurso disso, que ficou rico, casou com não sei quem e por aí vai. Quer dizer, então a amizade ali, era uma amizade de reencontro, não era uma amizade inicial. Havia amizade, mas não era... Uma coisa de coleguismo. Isso comigo, porque eu sei de colegas que ficaram amigos a vida inteira de uma maneira total e que criaram o seu núcleo de amizade na faculdade, e não no primário, no curso secundário.

R.M. – O Sr. Acha que...Pelo que o senhor está contando aqui, o senhor era... tinha uma formação austera, protestante presbiteriana, num ambiente como a São Francisco em que esses não eram os valores que prevaleciam, e o senhor era politicamente getulista num ambiente em que, enfim... Isso influenciou?

M.C. – Mas não, mas não era isso, não. Não. Não. Eu, quer dizer, quando eu era jovem já não tinha essas amarras todas de austeridade. Não tinha nada disso. Eu era um jovem normal, como qualquer outro. Tomava chopada, por exemplo, [o que precisava]. Não tinha nada de austeridade. Não era um moralista fora de lugar, entendeu? De jeito nenhum. É que as amizades, realmente... Eu não deixo de ter amigos... O que eu queria dizer é o seguinte. Quando saía da faculdade, havia uma competitividade grande. Depois, com o passar das décadas, porque eu falo em décadas, eu não falo de anos, com o passar de décadas, você vai reunindo de novo e vai rearrumando de novo e vai voltando àquelas amizades acadêmicas. Hoje em dia, eu, por exemplo, eu tenho um núcleo de amigos meus da faculdade de direito, são amicíssimos meus. Mas precisou passar uns vinte anos, trinta anos, para depois haver uma volta de uma amizade mais afetiva. Entendeu? Interessante. Com alguns, eu mantive sempre. Com José Afonso da Silva³³, por exemplo, eu sou amicíssimo dele desde o tempo da faculdade e *grande* amigo meu. Depois tinha o Mário Noronha³⁴, que era grande amigo meu, Ismael

³³ José Afonso da Silva. É um jurista, professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especialista em Direito Constitucional.

³⁴ Nome sujeito à conferência.

Brandão³⁵, grande amigo meu, dormia lá em casa para estudar, rachavaa noite toda. Tinha vários amigos. Mas eu não era muito... vamos dizer assim, não encontrei na faculdade de direito o grande desenvolvimento da minha personalidade. Eu acho que o desenvolvimento da minha personalidade se deu na escola secundária. Interessante, não é? De modo que, hoje em dia, eu tenho muitos amigos da faculdade de direito, mas são amigos de reencontro. Interessante.

B.A. – O senhor vivenciava, na faculdade, política acadêmica, tradições da faculdade? Como era a sua vivência dentro da São Francisco, vivência universitária?

M.C. – Era uma vivência, vamos dizer, não demais militante, não. Existia gente que militava mais na vivência. Eu era um pouco afastado. Eu não era... Não digo muito afastado, mas eu não era homem de [viver] peruada, não era jovem de peruada. Ia para as chopadas mas com grupo e tal. E não... Vamos dizer assim, a participação na vida acadêmica foi muito discreta. Eu não tive uma participação...coisa. O que eu lamento, porque quem teve essa participação acadêmica lá se divertiu demais, entendeu? Quer dizer, foi uma época... Por isso que ficaram tão enriquecidos de amizades, etc., pela participação acadêmica. Eu tive uma participação um pouco mais discreta. Não tive... Não sei por que razão, não foi uma coisa tão profunda. Embora tivesse participado e tal, sem nenhuma crítica. O que mais?

B.A. – A escolha pelo direito comercial se deu ao longo da faculdade? Como surgiu isso?

M.C. – Eu fui muito bom aluno de direito penal. Tanto assim, que eu ganhei o prêmio Brasileiro Garcia, da Faculdade de Direito, que era o maior prêmio que tinha na faculdade, ganheide direito penal. Porém... É uma turma lá. Acho que 56, 55, sei lá. Daí, o que aconteceu? Essa paixão foi uma paixão muito curta porque, na realidade, o grande professor, que tinha realmente um grande carisma, além do Goffredo, além do Luiz Eulálio Vidigal, um grande carisma, era o Silvio Marcondes; que era um homem intocável, você nem chegava perto dele, mas ele era um professor inacreditável. Ele dava a aula, você descobria uma coisa. Não sei, uma vez, alguém, um colega meu que

³⁵ Nome sujeito à conferência.

cutucou, falou: “Olha aí. Você...presta atenção, que ele não fala uma palavra inútil. Tudo que ele fala, todas as palavras dele são úteis, não tem uma palavra inútil no meio. Não tem uma frase inútil”. Então eu prestava atenção naquele monstro e tal e coisa. Aulas *maravilhosas*! E de direito... coisa. E tanto assim, que àquela (época), era tão antiga, que ele (era meio folgado) não publicou livro nenhum. E daí tinha as *dispense*, as *dispense* em italiano, as apostilas. Então a turma taquigrafava as aulas dele e depois batia à máquina, imprimia e vendia a peso de ouro, que eram as aulas, as *dispense*, as apostilas do Silvio Marcondes³⁶. Então era um professor assim, que você... mas não é possível! Então ele abria, uma visão tão racional, tão moderna, tão avançada, não do direito comercial, mas do direito das obrigações, a união do direito das obrigações com o direito comercial, direito civil. Quer dizer, ele era uma visão assim, de gente absolutamente... A família dele era toda meio...superdotada. Daí, o que acontece? O irmão, Alexandre Marcondes³⁷, todo mundo. Daí, o que acontece? O... E foi um modelo também, entendeu? Daí eu comecei a me interessar. Larguei o direito penal, me interessar por esse novo amor, nova paixão. Foi isso que me deu um interesse maior. Foi o Silvio Marcondes mesmo.

[Interrupção da gravação]

R.M. – Dr. Modesto, continuando. O Sr. durante o seu período de faculdade, o senhor fez estágio, o senhor foi solicitador acadêmico, como se dizia na época?

M.C. – Não. Eu quando entrei na faculdade, como eu sempre trabalhei na vida, desde os quatorze anos sem interrupção, eu fiz um concurso de escriturário no Tribunal de Justiça de São Paulo. E daí era escriturário lá, escriturário do Tribunal. Quer dizer, trabalhava lá no Tribunal na parte dos Correios, segundo andar, segunda seção. E trabalhava numa equipe lá que distribuía os autos para o relator, depois tirava do relator, dava para o revisor, levava na casa deles de perua Kombi. Era uma coisa, assim, muito simples, e que eu trabalhei os cinco anos lá no Tribunal, nesse serviço super humilde.

³⁶ Silvio Marcondes. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³⁷ Nome sujeito à conferência.

Que por outro lado... Não. Por outro lado, não fiz estágio nenhum. Os estágios que eu fiz foram apenas os estágios do professor Cesarino Júnior³⁸, que vocês não citaram aí, que foi um grande professor, extraordinário professor, que fazia estágio com todos os alunos, não queria conversa nenhuma.

R.M. – Cesarino Júnior era de direito social.

M.C. – Direito social, é. E daí eu trabalha no Tribunal como... na seção dos Correios. E daí eu aproveitava as tardes , às vezes era muito ocioso, a coisa era ociosa, porque chegavam os processos do revisor à tardinha, cinco horas e tal, era uma coisa meio molenga , daí eu aproveitava e lia processo. O que eu li de processo no tempo que eu era estudante de direito é uma coisa inacreditável. Conhecia tudo quanto era processo.

R.M. – De tudo.

M.C. – De tudo. Eu comecei a ler primeiro os processos escandalosos, de direito de família, que eu achava uma graça ler aquilo, aquela briga de família, briga não sei que, de mulher que acusa marido e vice-versa e tal. Depois comecei pegar gosto pelo próprio trabalho, pelo processo. Então esse foi o meu grande estágio. Cinco anos de estágio desse troço. Agora, por outro lado, no quinto ano, eu fiz um estágio que daí marcou a minha carreira, que foi no escritório do Benedito Patti³⁹. Daí eu consegui... Meu futuro sogro era cliente dele; que era um grande corretor de algodão daqui de São Paulo, um homem de grande projeção social, era cliente do Benedito Patti, que tinha um escritório super promissor ali na rua da Quitanda e ele era um intelectual extraordinário também, filho do Francisco Patti⁴⁰, diretor da Biblioteca Municipal. E esse meu sogro conseguiu para mim um estágio lá. E eu trabalhei durante um ano como estagiário nesse escritório. E o Benedito Patti era um homem muito... não tinha nada de importante,

³⁸ Antonio Ferreira Cesarino Junior (1906 – 1992). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo sido o sistematizador do Direito do Trabalho no Brasil.

³⁸ Nome sujeito à conferência

³⁹ Nome sujeito à conferência.

⁴⁰ Nome sujeito à conferência.

só...A importância dele é que ele foi discípulo direto do Ascarelli⁴¹. Você pode imaginar? Ele estudou com Ascarelli. Então... Já imaginou? Na casa do Ascarelli, na rua Suíça. Ia lá, fazia seminário com Ascarelli, lidava com Ascarelli. Então, além de ser arquiteto-inteligente e uma cultura extraordinária ítalo-brasileira, porque ele falava italiano correntemente, (lia Dante, não sei quê), tinha uma noção, tinha noção, perfeitamente, de direito europeu, francês também, brilhante, ele estudou com Ascarelli. E eu fui para esse escritório. Então o escritório, era um escritório societário, de direito societário, e de modernidade de ponta. Naquele tempo o Ascarelli era a modernidade de ponta. E eu trabalhei com o discípulo direto do Ascarelli. Não era só ele que era discípulo do Ascarelli. Ascarelli tem uns dez discípulos em São Paulo, na época. Os que estão ainda válidos e trabalhando, ainda tem o Clodovil Rossi⁴², o único. Que o Benedito Patti já está aposentado. Então eu fui lá, fiquei um ano lá, trabalhando com ele, fiquei assim maravilhado de ver o padrão do escritório, o padrão. Era um escritório pequeno também, nada de metido. Aquela coisa extraordinária. Os maiores clientes de São Paulo iam lá e tal, gente importantíssima da época, a aristocracia industrial paulista, iam toda ao escritório lá e tal. E daí, quando eu me formei, continuei lá, durante dois anos. Então...

R.M. – O senhor ficou lá então até 59.

M.C. – 59. Em 60 que eu saí. E fiquei lá. E aprendi tudo. Em matéria societária, tudo que eu sei até hoje foi aprendido do Benedito Patti, com toda a bagagem que eu trazia do interesse metodológico do Silvio Marcondes, as idéias, a filosofia, a metodologia dele, do Silvio Marcondes. Mas em todo caso, as grandes figuras para mim foram o Silvio Marcondes e esse escritório, de que não foi nenhum modelo, para mim, foi a própria atividade mesmo. Que oportunidade de ouro. Como é que pode ter tido, eu ter tido essa oportunidade na vida, não é?

B.A. – O senhor acompanhou o Teatro Brasileiro de Comédia, foi advogado do Teatro. Eu queria que o senhor comentasse esse episódio. Como foi ser advogado, como começou.

⁴¹ Tullio Ascarelli (1903 - 1959) foi economista, jurista e professor italiano, que viveu no Brasil de 1941 a 1946. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de Roma, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Direito da Universidade de Bolonha.

⁴² Nome sujeito à conferência.

M.C. – É. Eu fui advogado do Franco Zampari⁴³. Franco Zampari é o fundador, era o fundador do Teatro Brasileiro de Comédia profissional. Porque havia o Teatro Brasileiro de Comédia amador, antes do Franco Zampari. E era uma coisa muito interessante. Porque o Franco Zampari e o Ciccillo⁴⁴, vieram os dois... estudaram os dois lá em Nápoles, engenharia, os dois, brilhantes, inteligentíssimos, e vieram para cá, para trabalhar na Metalúrgica Matarazzo; que era do Andrea Matarazzo⁴⁵, irmão do conde Chiquinho Matarazzo⁴⁶. E ele, filho do senador Andrea Matarazzo. E veio com o Zampari, que eram amigos indissociáveis. E os dois, o Ciccillo como o dono e o Zampari como engenheiro-chefe, formaram a famosa Metalúrgica Matarazzo. Que era uma indústria importantíssima de lata, que havia em São Paulo, dos anos 20, 30, 40, 50. E daí o Ciccillo chegou a um ponto, conheceu a Yolanda Penteado⁴⁷, e daí essa Yolanda, que era uma mulher magnetizante, uma das pessoas, talvez, mais interessantes que eu já conheci na minha vida, a Yolanda converteu o Ciccillo a um mecenas e converteu aquele engenheiro completamente ligado a matemática, cálculo, projeto, etc. num homem ligado à arte, ligado a isso e tal. Ciccillo não tinha a menor idéia, não tinha a menor idéia nem coisa nenhuma. Daí ele se apaixonou pela Yolanda e se transformou num homem de arte, um mecenas de arte.

R.M. – Desculpa. Yolanda era da família do Goffredo?

M.C. – Yolanda Penteado.

R.M. – Ela foi a curadora da Semana de Arte?

⁴³ Franco Zampari (1898-1966) foi empresário e produtor teatral italiano radicado no Brasil.

⁴⁴ Francisco Antônio Paulo Matarazzo Sobrinho, mais conhecido como Ciccillo Matarazzo, (1898-1977) foi um industrial e mecenas ítalo-brasileiro.

⁴⁵ Nome sujeito à conferência.

⁴⁶ Francesco Antonio Maria Matarazzo, conde Matarazzo (1854 - 1937). Foi um agricultor italiano que emigrou para o Império do Brasil, tornando-se empresário.

⁴⁷ Yolanda de Ataliba Nogueira Penteado (1903 –1983) pertenceu à uma das famílias mais tradicionais da aristocracia brasileira, incentivou e despertou Ciccillo Matarazzo para as artes.

M.C. – Não. Isso aí é a avó do Goffredo⁴⁸. Modelo...semana de 22? Não. Isso já...Era outra pessoa. Mas então a... Na realidade... Daí o Zampari não agüentou, também quis. Que tinha uma casa importantíssima ali na rua Guadalupe, cheia de mármore travertino, uma coisa *linda*! Então, também quis entrar para a arte, entendeu. Já que Ciccillo entrou como mecenas, Zampari também. Daí fundou a companhia lá de cinema, como é que chama? Companhia... A minha memória está ruim.

B.A. – Teatro Brasileiro de Comédia.

M.C. – Não, não. A Companhia Vera Cruz, de cinema. Fundou aquilo, já no tempo de Fellini, tempo de não sei quê... Era todo mundo... O ano 50 era uma coisa extraordinária. O ano 50, as pessoas deviam prestar atenção nos anos 50. Foi uma verdadeira *eclosão* de tudo, no mundo, o pós-guerra. Como os anos 20 fizeram da Europa uma eclosão na Alemanha, na Áustria, em Paris, etc., há um eclosão também aqui, no Brasil dos anos 50 e na Europa também, de tudo isso. Então fundaram, impulsionado pelo cinema italiano, fundou o Zampari, com o dinheiro dele que não era tanto, fundou a Vera Cruz, que logo faliu, evidentemente. Ele ficou enrascado naquilo anos e anos. Daí o que aconteceu? Daí ele também... pegou e profissionalizou o TBC, que era um lugar de amadores, um teatro de amadores, se tornou profissional, e chamou os maiores atores e atrizes da época para fazer parte disso. Daí então, eu, como advogado do Franco Zampari, é que cuidava dos artistas que lidavam lá, que eram os artistas do teatro, não é? Eu fui advogado de todos eles, praticamente. E advogado que cuidava do quê? De fazer os contratos de peça, bobagem, umas coisas simplíssimas também. Não é que era *um advogado*. Era advogado para fazer contratinho, que agora vai encenar peça durante dois meses, vai ganhar tanto, etc., o cachê, umas bobagens; mas com isso fiquei muito amigo dos grandes atores e atrizes da época, do TBC. Do qual se destacavam, naturalmente, como grandes amizades, que perpetuaram-se, com a Cacilda⁴⁹, até a morte dela em 69, e com Walmor⁵⁰ até hoje, que é um grande amigo

⁴⁸ Olívia Guedes Penteadó (1872 - 1934) foi uma grande incentivadora do modernismo no Brasil e amiga de artistas-chave do movimento, como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Heitor Villa-Lobos. Era tia de Yolanda Penteadó.

⁴⁹ Cacilda Becker Iaconis (1921 - 1969) foi uma das maiores atrizes de teatro do Brasil.

⁵⁰ Walmor de Souza Chagas (1930 - 2013) foi ator, diretor teatral e produtor teatral brasileiro.

meu, embora afastado. Mora lá na montanha, sei lá. Mas... Então, eu conheci todos esses atores, todos esses atores, essas atrizes da época, que eram brilhantes. Maria Della Costa⁵¹, Cacilda, Walmor, Paulo Autran⁵²... Todos, todos. Sérgio Cardoso⁵³. Todo mundo. Lidava com todos eles. Então, aí é que foi esse convívio com eles, não é? Um convívio muito fantástico, sobretudo com a Cacilda, de quem eu freqüentava a casa, do Walmor também, depois que casou-se com o Walmor, também freqüentava, aqui na avenida Paulista, o atelier dela de experimentação de peças, de leitura de peças, que eram leituras fantásticas. Enfim... Conheci vários diretores. O Vaneau foi um grande amigo meu, Maurice Vaneau⁵⁴. Se fizesse um repertório dessas pessoas da época, eu teria muita coisa a falar. De modo que foi isso. Eu conheci esse pessoal através do Zampari, mesmo, que era uma pessoa extraordinária. Como eu não cobrava nada dele também, porque ele... ele era um boêmio danado, daí um dia... ele falou: “Mas você não vai cobrar nada?” — “Eu não cobro nada de você. Cobrar o quê?” e tal. Ele me tratava como filho, não é? Eu tinha perdido meu pai, perdido meu pai há pouco tempo, ele me tratava como filho. E um dia ele me deu um terreno, do lado da casa dele, lá no Morumbi, terreno pequenininho, de dois mil metros. Deu um terreno para mim, de pagamento de honorário. Que eu nunca pedi nada para ele, e tal. E que me ajudou muito no começo da minha vida. Vendi o terreno, me ajudou muito. Então era um homem também extraordinário, o Zampari. Muito esquecido, muito olvidado, muito. Hoje em dia, fala-se pouco dele. Mas que foi um grande impulsionador da arte, no Brasil. Junto com o Ciccillo. O Ciccillo, por causa do glamour da Yolanda, sobreviveu como memória, enquanto que o Zampari não, que é tão importante quanto ele para o desenvolvimento da arte cênica em São Paulo.

R.M. – Deixando o escritório do Patti em 59, o senhor foi?...

M.C. – Eu deixei no começo de 60. Dia 30 de março de 1960, eu fiz meu escritorzinho. Meu escritorzinho era no escritório do meu sogro, que cedeu uma sala que

⁵¹ Gentile Maria Marchioro Della Costa Poloni. É uma atriz brasileira.

⁵² Paulo Paquet Autran (1922 - 2007) foi ator de teatro, cinema e televisão.

⁵³ Sérgio Fonseca de Mattos Cardoso (1925 - 1972). Foi um ator brasileiro.

⁵⁴ Maurice Vaneau (1926 - 2007) foi coreógrafo, diretor, cenógrafo e figurinista de origem belga, naturalizado brasileiro.

era metade dessa aqui, e fui lá fazer meu trabalhinho. Eu já tinha uns clientezinhos que gostavam muito de mim, e fiquei lá, pendurado nesses clientezinhos. Também, voltando à coisa, o José Celso⁵⁵ foi grande amigo meu, o Renato Borghi⁵⁶, o Gianfrancesco Guarnieri⁵⁷. Todo mundo, todo mundo era ligadíssimo. Que não eram do TBC mas eram ligados a... Então a... Como é que chama? O negócio da...

R.M. – O senhor falou do seu escritório.

M.C. – Do meu escritório. Fui lá, e era um escritório na rua São Bento, tinha uns clientinhos que eram... Clientinhos não, eram grandes clientes, mas eu que era um advogadinho. Tinha o Paulo Machado de Carvalho⁵⁸, que me apoiou desde o início, também. Que o Paulo Machado me apoiava demais. Que era um homem, já naquele tempo, fantástico. Já tinha ganho uma Copa do Mundo, era dono da Record, antes de haver a Globo, a Record era um grupo de rádio e televisão importantíssimo, na época, e ele no auge do prestígio. Depois, um desgraçado...

R.M. – De onde vem esse contato com o Paulo de Barros?

M.C. – Com o Paulo? Também lá do escritório do Patti, que o Patti brigou com ele, qualquer coisa. Que o Patti brigava com todo mundo. Então, ele gostava de mim, deve ter ido procurar. Eu não me lembro mais a origem. Daí o Paulo me deu muito apoio, muito apoio. Eu ia lá na Record, tratava dos casos dele e tal. Eram muitos advogados dele, que o Paulo Machado de Carvalho tinha vários advogados importantes também, não era só eu, não. Mas era ajudar aquele jovenzinho e tal. Deu grande, grande apoio. Esses dois. Depois tinha uns também, uns... o pessoal do Automóvel Clube me procurava, tinha o... também, o pessoal do teatro ainda me procurava, Teatro de Arena, tinha muita coisa com o Teatro de Arena, na época, o teatro do doido do Zé Celso. Quem mais? Tinha lá uns clientinhos e tal. E me virava, não é? Muito pobre, era uma

⁵⁵ José Celso Martinez Corrêa, conhecido como Zé Celso. É diretor, ator, dramaturgo e encenador brasileiro.

⁵⁶ Renato Borghi. É ator, diretor e autor teatral.

⁵⁷ Gianfrancesco Sigfrido Benedetto Guarnieri (1934 - 2006) foi um importante ator, diretor, dramaturgo e poeta ítalo-brasileiro.

⁵⁸ Paulo Machado de Carvalho (1901- 1992) foi advogado e empresário.

renda pequena. Uma coisa pequena. Não era nada importante, mas com muito prazer eu fazia aquilo, porque era um escritório meu. O meu sogro era um homem tão fantástico...Esse veio para o Brasil com vinte e tantos anos, nem conhecia o Brasil. Foi com quatro anos, o pai levou, lá para Berlim, depois para Bruxelas, depois para a Inglaterra, para estudar lá. E daí ele voltou um jovem para cá.

B.A. – Qual o nome dele?

M.C. – José Vieitas Júnior⁵⁹. Daí ele era um homem tão *sofisticado*! Sofisticado. Uma coisa. Um inglês mesmo. E nada metido também, nada metido a importante. Mas sofisticado. E ele, de vez em quando, dizia: “Você está com muito serviço aí, fazendo esses contratos, me dá aqui, que eu bato à máquina para você. Você fica no telefone.” Então ele ia lá, aquele homem⁶⁰... falava um francês, pensava em francês, inglês... fazia... uma coisa... a coisa mais refinada, ia lá bater à máquina petiçãozinha, entendeu? Era uma coisa. Era outro mundo também.

R.M. – O senhor já era casado nessa época.

M.C. – Já era casado com a filha dele. Que ajudava. As pessoas se ajudavam, com o maior coisa. Não tinha essa coisa. Então, e aí eu fiz o meu escritório.

B.A. – Ele era advogado?

M.C. – Não. Ele era corretor de algodão, de grandes negócios de algodão, de café também, grandes negócios de café, de algodão. Vivia nos Estados Unidos, Nova Iorque, conhecia toda a sociedade americana nova iorquina, *finérrima*. Então era uma coisa impressionante.

R.M. – Como o senhor descreveria o desenvolvimento da sua advocacia? O senhor comentou que, no início, tinha muito trabalho, teve uma ajuda importante do Paulo Machado de Carvalho. Como é que a sua advocacia foi aumentando em importância?

⁵⁹ Nome sujeito à conferência.

⁶⁰ Nesse momento o entrevistado bate com as pontas dos dedos na mesa simulando o uso de uma máquina de escrever.

M.C. – É muito interessante, porque depois, eu tenho o meu irmão, meu irmão teve um escritório, fez a empreiteira junto com um colega dele, meu irmão era um homem inteligentíssimo... (era não, que é, que está vivo) inteligentíssimo, formou-se com 21 anos, na Politécnica, e fez um escritório, uma pequena empresa de engenharia, junto com o sócio dele, Cunha Lima⁶¹, que também era um homem fantástico. Um homem... Mocinho, na época. E daí eu fui trabalhar do lado lá do escritório dele, lá na rua da Consolação, e todos os trabalhos da engenharia deles eles me davam, do escritório de engenharia deles, de empreiteiro de obras públicas. Pequeno empreiteiro, na época. Então, também me ajudou muito. Daí o Luiz Eulálio Vidigal ficou diretor da Faculdade de Direito. Veja essa figura do Luiz Eulálio Vidigal! Daí ele chegou, ele chegou e começou a chamar ex-alunos dele para conversar com ele. Eu estou sabendo disso. Estava sabendo. Daí ele, como diretor, chamou lá uns quinze, sei lá, vinte. E daí me chamou também, um dia qualquer. Daí disse: “Olha, você foi um aluno muito bom, você é uma pessoa muito interessante (sei lá o que que ele falou) e eu queria que você fizesse o doutoramento, na Faculdade, porque a Faculdade precisa de sangue novo.” Aquela velharada que tinha lá, aquela coisa, caindo aos pedaços, e o sujeito que queria fazer concurso para catedrático, eles davam pau no sujeito, entendeu, não deixava passar; concurso para livre docência, também reprovavam. E era um negócio assim hierárquico, freudiano, entendeu? Em que os catedráticos impediam a renovação dos quadros da faculdade. Uma coisa horrorosa. Aqueles velhos, caquéticos e tal, e ninguém se metia a fazer concurso lá, porque, se fizesse concurso, levava pau, e vexame na família, vexame na sociedade que ele convivia. Então aquela coisa, aquele horror. Daí o Luiz Eulálio, que era um homem de uma visão extraordinária, ele foi lá e convidou a moçada para fazer concurso de doutoramento. Naquela época, a USP tinha trinta e dois doutores. A USP, trinta e dois doutores, no tempo que eu fiz. Acontece que a USP, o concurso para doutorado...concurso não, o exame para doutorado era uma coisa desprestigiada, quer dizer, só algumas unidades da USP tinham doutoramento e as pessoas iam se doutorar. E depois iam direto para a livre docência. Então, saía do bacharelato para a livre docência, direto. E daí tinha o grau de doutor. Eles faziam especialização, mas nunca chegavam a doutor, nunca chegavam ao nível de doutor, que é a escala abaixo de livre docente. Daí ele pegou uma turminha lá e convenceu para

⁶¹ Nome sujeito à conferência.

fazer o doutoramento. Aí fui lá, preparei a tese de doutoramento durante uns dois, três anos. Naquele tempo demorava dois, três anos para você preparar uma tese. Hoje faz o doutoramento aí em seis meses, está tudo aí, fazendo doutoramento. Daí eu preparei minha tese. Chama-se *Fenomelogia...Poder Econômico. Fenomenologia Jurídica, ou Econômico-jurídica*. Nem me lembro mais o título. Era um negócio desse aí. Aquela coisa de alemão, assim, aquele título enorme! Fui lá, me apresentei lá. Ele já não era mais diretor. E eu fui, me apresentei. Daí eles falaram para mim, falaram uma coisa muito interessante, “cuidado com a véspera!” Daí eu tinha um...uns camaradas, sempre diziam: “Você vai fazer o exame de doutoramento quando?” – Eu falei: “Ah, Amanhã.” “Amanhã? Não, semana que vem. Cuidado com a véspera!” Cuidado com a véspera!” — “Mas cuidado com a véspera por quê?” – “Não. Porque vão falar para você não ir, porque você vai ser reprovado”. Falei, bom... Aí eu fiquei meio com medo, não é? Aí não teve véspera nenhuma. Mas no dia... Não. Teve véspera, sim. Daí na véspera, um gerente do Banco da Bahia muito amigo meu, o Osvaldo⁶², que era gerente lá da minha agência, do Banco da Bahia, me telefonou: “Oi. Eu estou aqui no boxe, fazendo boxe, aqui na rua do Carmo. Vem aqui, quero conversar com você.” E como eu devia dinheiro no banco, umas promissórias, vou lá falar, conversar com ele. Daí e tal. Falou: “Olha aqui. Eu sou amigo do Pinto Antunes⁶³” (Pinto Antunes era o diretor da Faculdade, na época) “e ele mandou um recado para você. Você não ir lá, que você vai ser reprovado.” [riso] Você vai ser reprovado. Daí eu fiquei apavorado, falei, mas será possível? Daí eu peguei um táxi, lá da rua... morava ali no Itaim, sei lá onde é que era, e peguei um táxi, da rua do Carmo. Mas saí devastado! Aquele esforço brutal, já tinham dito que iam reprovar. Cheguei em casa, a minha mulher... estava a minha mãe e a minha mulher. Minha mulher falou: “Você vai fazer. Vá fazer”. E daí... Desliga aí. Desliga.⁶⁴ — Daí minha mulher falou: “Você vai”. Minha mãe estava lá, por acaso, também: “Vai, sim, senhor! Vai fazer”. Porque as mulheres são de uma coragem, não é? Mulher não tem medo das coisas. O homem é um covarde. Daí eu fui lá, fazer o concurso, o exame, mas devastado, continuava devastado. Aí o diretor apareceu lá:

⁶² Nome sujeito à conferência.

⁶³ José Pinto Antunes (1906-1975). Foi professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁶⁴ *Toca um telefone. A gravação é interrompida.*

“Você veio?” Eu falei: “Vim.” — É? Vamos ver, então, o que acontece. Vamos ver.” O fato de eu ter ido também desmontou o dito cujo, entendeu? Ter ido lá fazer o concurso. Como é que é? Cinco examinadores...

R.M. – O senhor lembra quem eram os examinadores?

M.C. – Era o Ataliba Nogueira⁶⁵. Quem é que era mais? Nem me lembro mais. Era o Ataliba, eu me lembro bem do Ataliba.

R.M. – O Ataliba era o catedrático da área do senhor? Não.

M.C. – Não. Mas era direito do Estado. Que era um homem também... Esse era uma pessoa maravilhosa. Depois, o Ataliba... Nem me lembro mais quem era. Faz uns cinqüenta, sessenta anos.

R.M. – Seu orientador quem foi?

M.C. – O orientador foi o... como é que era o nome dele? Me lembrei dele até agora há pouco. Embaixador, foi embaixador do Brasil na ONU. Como é que era o nome dele? Homem também de direito comercial. Como é que era o nome dele?

B.A. – A gente recupera⁶⁶, pode deixar.

M.C. – É. Depois a... Daí eu fui fazer lá o exame. E vários colegas meus assistindo o exame e tal, curioso, porque era um exame... Nunca se fazia exame de doutoramento lá, não se fazia nunca, na faculdade. Foi um caso único de douramento, na faculdade. E o pessoal ficava assim... Daí chegou no fim do exame, eu estava... os meus colegas falaram: mas você estava completamente irreconhecível. Irreconhecível na sua personalidade. Você é sujeito tão alegre, fala, conta coisa, fala coisa. Irreconhecível. Parecia um coitado. E daí o resultado da tese foi que eu passei, passei na tese. Daí, aquela coisa da vitória, não é? Quer dizer, passou na tese, meu velho, o mundo se abre para você. Então, primeira coisa, abriram já uma bolsa de estudo de pós-

⁶⁵ José Carlos de Ataliba Nogueira (1901-1983). Advogado, historiador e professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁶⁶ Não foi possível recuperar o nome do seu orientador.

graduação, na Itália, para mim. E era uma bolsa plena. Pagavam uma fortuna para você estudar lá. No tempo do grande progresso econômico italiano, nos anos 60. A Itália bombava economicamente e tudo. Também, resquícios do ano 50. E daí fui para a Itália, fiquei lá fazendo o curso de pós-doutoramento. E voltei para cá e trouxe a tese de livre docência pronta.

R.M. – Em que ano foi isso?

M.C. – 67, 68, por aí.

R.M. – O senhor se doutorou em 66 e foi em 67.

M.C. – É, 67. Por aí. Logo depois.

B.A. – Para qual universidade italiana o senhor foi?

M.C. – Era a Universidade de Camerino, que era ligada à Comunidade Econômica Européia; que você estudava a Comunidade Econômica Européia. Que era uma universidade recente, que nem a Unip, mais ou menos, só tinha quatrocentos, quinhentos anos, na época. Então a... Eu fiquei lá um ano, nos Apeninos. Nevava até no verão, entendeu? Uma coisa bárbara. Um lugar interessantíssimo. Fiquei lá estudando, tal. Minha mulher foi comigo, ficou umas temporadas comigo, depois ela vinha, voltava. E foi uma época riquíssima também, de estudo, de interesse. Uma coisa maravilhosa. Daí vim para cá e fiz a livre docência também.

R.M. – Em que ano o senhor fez a livre docência?

M.C. – 72.

R.M. – O senhor lembra do tema?

M.C. – O tema era direito econômico.

R.M. – Assim como o doutorado.

M.C. – O do doutorado era também, era direito econômico. Então eu fiz... Mas eu dava aula em direito comercial, a vida inteira, direito comercial. Nunca dei em direito econômico. Tinha uma cátedra de direito econômico na faculdade. Nunca dei. Eles

criaram depois. Não foi... Nessa época, não tinha ainda. Mas fale. Vocês querem saber alguma coisa?

R.M. – A gente acabou passando por um período, que foi um período importante da história do Brasil, que eu acho que vale a pena a gente voltar e comentar. O senhor já era um advogado formado e atuando durante a eleição do Jânio, queda do Jânio, João Goulart e depois o movimento de 64. Como é que ...o senhor se lembra do dia da renúncia do Jânio?

M.C. – Lembro.

R.M. – Como é que foi isso? Como é que o senhor percebeu?

M.C. – A renúncia do Jânio⁶⁷ foi uma coisa assim muito interessante, porque as pessoas não acreditavam muito que ele tinha renunciado, não renunciado. Foi uma coisa muito misteriosa, não é? E foi um *impacto* monumental na população. Um impacto assim como quando o Kennedy⁶⁸ foi assassinado, mais ou menos. Aqui, localmente, foi que deu o... que o Jânio demitiu-se lá, resignou lá, foi uma coisa muito parecida. E uma decepção brutal. Uma coisa... Foi muito decepcionante. Eu como não era janista, nunca votei no Jânio, eu achei até graça; mas em todo caso, o pessoal ficou muito decepcionado. Porque o janismo era uma solução alienada absoluta de todos os problemas brasileiros. Uma coisa... Um homem realmente... um sociopata, uma pessoa... E descobriu-se a loucura dele, não é? Então foi isso.

R.M. – E o Jango, como é que o senhor vê o governo do Jango?

M.C. – O Jango⁶⁹ já era um homem que retomava, sem luz própria, um projeto de redenção social, mas minado profundamente pelo sindicalismo profissional, que, no fundo, o sindicalismo é devastador. Você vê o próprio governo do PT, ele vai se afundar, toda essa era petista, pelo sindicalismo, não é? Então, o sindicalismo minava

⁶⁷ Jânio da Silva Quadros (1917 - 1992) foi político e o vigésimo segundo presidente do Brasil.

⁶⁸ John Fitzgerald Kennedy (1917 - 1963) foi um político estadunidense que serviu como 35º presidente dos Estados Unidos. Foi assassinado durante uma visita política á cidade de Dallas.

⁶⁹ João Belchior Marques Goulart (1919-1976), conhecido popularmente como "Jango", foi um político brasileiro e o 24º presidente de seu país, de 1961 a 1964.

tudo ali, ele não tinha luz própria; ele era um herdeiro de uma grande idéia sem ter uma impulsão direta naquilo que ele falava, naquilo que ele dizia que queria. Era um herdeiro sem qualidades para herdar. Era um Luis XV. Não era um Luis XIV. Então o... Mas eu acho que ele errou ali e tal, mas o movimento mundial era no sentido de eliminar as possibilidades da América Latina ser infiltrada pela União Soviética, do Partido Comunista ser eliminado de todos os lugares, de criar ditaduras em todos os lugares possíveis para, na guerra fria, não deixar que o território aqui tivesse qualquer influência da União Soviética, na guerra fria. Portanto foi também vítima disso, com o apoio de uma burguesia, de uma oligarquia rural aqui, banqueira, financeira, e uma classe média absolutamente alienada também, que tinha medo. Por que é que a classe média... Qual é a?... A classe média, por que é que entrou nisso? Medo. Por medo. Medo do quê? e tal. O sujeito... Mas ele vai fazer... Como, uma vez, assisti a uma peça, no Rio de Janeiro, interessantíssima. Daí um diálogo entre uma classe média que foi ao comício para destituição do Jango, daí falaram para a moça da classe média: mas por que você é?... Porque ele vai fazer reforma rural. Mas você tem fazenda? – Ah não, não tenho. Então... Mas então é isso. Então, o Jango era um homem enfraquecido, pela sua própria personalidade, para agüentar um rojão histórico daquele nível, que confluíam interesses de guerra fria, sobretudo, hegemonia *absoluta* do exército americano no exército brasileiro, hegemonia econômica, hegemonia política, hegemonia total americana, aqui dentro. Então... Dentro de uma alienação americana também, grande, por problemas que eles tinham. Então foi isso. A derrocada dele foi uma coisa conseqüência, sobretudo, dessa política externa e geopolítica. Ele foi vítima da geopolítica, provavelmente. É.

R.M. – De março de 64, do movimento de março de 64, o golpe militar, qual é a recordação que o senhor tem e como é que o senhor interpreta isso hoje?

M.C. – Bom. O golpe, ninguém acreditava que ia dar certo, para começar. No dia, que foi dia primeiro de abril, ninguém acreditava que ia dar certo. Todo mundo: não. Isso aí é pessoal veio de Minas lá, uns tanquinhos de Minas, disseram, não vai dar certo. Não vai dar e tal. Não vai conseguir. Mas aí faltou é, exatamente, ao Jango a

mobilização. Se o presidente da República foi o caudilho lá, o Brizola⁷⁰, que era um homem de grande valor, diga-se de passagem, ele, o Brizola ia agüentar o rojão completamente, entendeu? Brizola não deixaria essa revolução ganhar, nem morto! Podia até ganhar no fim, com tropas americanas entrando aqui, na Bahia, porta-aviões. Mas na realidade, naquele momento, não ganharia. Com Brizola, não. Brizola ficou isolado. Então, o outro entregou. Porque a população não acreditava que um general meio doidão lá de Minas Gerais ia entrar no Rio de Janeiro, ia não sei o quê, tititi, entendeu? Que ia conseguir levar essa revolução a cabo. Eles morriam de medo. A oposição que fez a revolução, também, morria de medo. Todos morriam de medo, entendeu? O pessoal de 64, os generais, tenentes, coronéis, tudo, morriam de medo também. Todos tinham medo do que ia acontecer. Ninguém tinha certeza de nada. E essa coisa aparecia muito nos primeiros dias da revolução, , sobretudo no dia primeiro, que ninguém acreditava.

R.M. – No cotidiano de um advogado que atuava principalmente com direito privado, como o senhor, essa sucessão de eventos políticos teve algum impacto, ou a vida seguia?

M.C. – Não. Os advogados que tinham uma formação democrática, e já tinha a maioria, não se conformavam, desde o começo. Quer dizer, há os que aderiam, por razões de fascismo, havia os fascistas também, não é, e os oportunistas. Mas os advogados nunca se conformaram. A OAB, também, não se conformava. Mas ainda havia uma certa civilidade, uma certa aparência. Em 64, havia uma destruição institucional e uma reconstrução de uma...de uma farsa institucional, não é? Então, eleições indiretas, Congresso funcionando, aquele Castello Branco⁷¹, que era um homem que tinha mania de dizer o seguinte: vá lá, fecha o Congresso, mas não quero nem um arranhão. Sabe, aquela pessoa... aquele homem civilizado, uma pessoa... tinha outro padrão de conduta, de ética. Mas as pessoas não se conformavam com o golpe. Pelo menos, na minha geração, os que eu convivia nunca se conformaram, de jeito

⁷⁰ Leonel de Moura Brizola (1922 - 2004) foi um político brasileiro. Lançado na vida pública por Getúlio Vargas, foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em toda a história do Brasil.

⁷¹ O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) foi militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Militar de 1964.

nenhum. Nós éramos absolutamente revoltados, deprimidos e contra o regime militar que foi instaurado.

R.M. – Desde o início, o senhor tinha a leitura de que aquilo era um golpe.

M.C. – Ah, golpe. Nossa! Aquilo era um golpe terrível. Era um golpe terrível. Era um golpe contra as instituições, reacionário, entendeu? Uma coisa horrorosa. Eu tinha revolta pessoal muito grande. Nunca, jamais me conformei ou me situei com eles.

R.M. – O senhor, pelo que a gente levantou, em 1965, começou a atuar como consultor jurídico da Bovespa. O senhor, enfim, teve uma trajetória profissional muito destacada como jurista, como advogado do mercado de capitais. Esse aqui foi o seu primeiro passo nessa área? Como é que o senhor virou consultor jurídico da Bovespa?

M.C. – Isso. Tenho a impressão que teve concurso lá, viu? Tenho a impressão que teve concurso. Não. Eu era doutor. Eu era doutor na faculdade. Não. Ainda não era, não. Não era doutor, não.

R.M. – O senhor estava fazendo o doutorado.

M.C. – Deve ter tido por concurso. Deve ter tido um concurso para ver... Eles pegaram a Fundação Getúlio Vargas, pegaram dois da Fundação Getúlio Vargas e eu como advogado. Deve ter sido uma...não digo concurso, uma seleção. Eu não conhecia ninguém.

R.M. – E esse cargo de consultor era um cargo...não era de dedicação exclusiva?

M.C. – Não, não. Esse era uma seleção. Fizeram, com base na criação da Instrução 66, que era uma complementação da Lei de Mercado de Capitais e da Lei de... de mercado de capitais, que tinham sido instituídas logo, coisa. Então era uma maneira de... A proposta, o meu trabalho na Bolsa, inicial, foi uma proposta, junto com dois da Fundação Getúlio Vargas, foi exatamente (dois professores da Fundação) foi de instituir...de fazer com que passassem, transformassem a Bolsa oficial de Valores em Bolsa mutualizada. Quer dizer, foi um trabalho específico nosso. E nós conseguimos transformar, então, a Bolsa, que era um cargo... como um cartório, não é? O sujeito era corretor da Bolsa, ele era como um cartorário. Cartorário não, cartorial. Ele era uma

pessoa que tinha o título permanente de corretor oficial da Bolsa. Então passar daquela Bolsa antiga da Primeira República para uma bolsa mutualizada, que era uma bolsa em que os corretores [se ligavam] do direito privado. Então, foi feito esse trabalho, que foi a Instrução 66, no tempo do Mario Henrique⁷². Não. Mario Henrique veio mais tarde. Do Delfim⁷³... Foi aquela época do começo da revolução. 66, foi feito isso. Era o João Osório⁷⁴ que era presidente da Bolsa, que era um homem também de um valor extraordinário.

R.M. – Essa iniciativa partiu do governo militar?

M.C. – Não. Partiu do Ministério da Fazenda. Que era o Bulhões. Gouvêa de Bulhões⁷⁵. E mandou. Daí, como acabou esse serviço, a Instrução 66 ficou pronta, daí eles me convidaram para ficar como consultor jurídico da Bolsa. Eu fiquei durante dez anos lá. Dez anos. 66...

R.M. – Foi aí que começou a sua relação profissional com o mercado de capitais?

M.C. – Foi. Foi, foi. Foi aí que começou. Está certo. Aí começou a relação com o mercado de capitais.

R.M.– E como o senhor descreveria o mercado de capitais a essa época, desse início do regime militar?

M.C. – O mercado capitais foi muito bom, foi muito bem feito. Precisava mudar as cabeças, as mentes das pessoas. Naquela época, ainda, os corretores oficiais e que se transformaram em corretores mutualizados, e eles tinham uma cabeça antiga mas eram homens de grande honorabilidade, tinham nome na sociedade, entendeu? Eram pessoas honradas, pessoas que tinham coisa pelo menos, antigos, e que se modernizaram, relativamente. Mas a Bolsa continuava muito ligada ainda a velhas... vamos dizer assim, a operações antigas e tal. Não havia ainda uma grande movimento de transformação e

⁷² Mário Henrique Simonsen (1935 - 1997) foi engenheiro, economista, professor e banqueiro.

⁷³ Antônio Delfim Neto. É economista, professor universitário e político brasileiro.

⁷⁴ João Osório de Oliveira Germano. Presidiu a Bolsa de Valores de São Paulo.

⁷⁵ Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) foi um economista brasileiro.

criação do mercado de capitais, não é? Mas aí começou a haver uma industrialização muito grande, por causa do boom do petróleo mundial, começou a haver uma grande coisa, porque o governo também induzia muito a industrialização no Brasil, pelo plano econômico quinquenal que se fazia. Desde o tempo de 64 tem os planos quinquenais, em que, realmente, havia uma grande incentivo à industrialização, etc. Porque o governo militar foi muito progressista no plano econômico. Ele não foi retrógrado, de jeito nenhum. E daí, então, começou a criar um mercado de capitais muito grande, em que empresas se inscreveram, empresas médias, empresas sem lastro e tal, e aquilo foi evoluindo. 66, 67, 69, foi muito bem. Quando em chegou em 70 teve um *boom*. A Bolsa subiu loucamente, entendeu?

A Bolsa subiu, numa especulação total. Em 71, foi, e faliu a Bolsa. Então, ela não tinha consistência nenhuma também. A Bolsa não tinha consistência nenhuma. Então, era uma coisa manipulada, um horror. E daí houve um afundamento, novamente, a Bolsa naquela época, 72, 73, etc. etc.. Daí apareceu o Mario Henrique Simonsen como ministro da Fazenda, que tinha dois defeitos gravíssimos: bebia muito e fumava demais. Fora isso, era um homem de um brilho, uma coisa extraordinária. E...brilhante. Era uma luz. Daí foi lá e fez, junto com Bulhões Pedreira e com Lamy, que eram amigos dele, bolou uma lei de mercado de capitais e uma lei de S.A.. Falou: vamos fazer uma lei de S.A e uma lei de mercado de capitais, para desenvolver isso aqui em termos de abertura de capital. Não é levar empresas familiares para a Bolsa para especular, depois falir a Bolsa. Vamos abrir o capital. Vender ações preferenciais; e vendendo ações preferenciais, nós, assim, mantemos a... criamos novos capitais, Bolsa [agitada], tal. Aí foi feita a Lei de S.A. e a Lei de Mercado de Capitais. 75, 76, projeto de 74, que foi apresentado. E foram leis muito bem elaboradas. *Muito* bem elaboradas.

R.M. – O senhor participou da comissão de elaboração.

M.C. – Preparei, é, preparei. Eu fiz parte da comissão. Mas aí, naturalmente, o mérito todo é do José Luiz e do Lamy. Cá para nós, não conta para ninguém, o Lamy era um homem... nunca vi uma cultura jurídica tão bem estruturada como ele tinha, nesse aspecto de lei de S.A., de...societária. Nunca vi uma coisa igual. Quer dizer, ele

pegava, focava toda a doutrina européia, americana, pegava o que interessava, ta-ta-ta... E, por outro lado, ele também tinha uma capacidade de preservar o que era útil da lei anterior. A lei anterior, que é a lei de 1940, tinha coisas muito boas, muito bem feitas pelo Trajano Valverde⁷⁶. Ele não tocou, entendeu? Então ali, você tinha uma modernidade muito grande, em debêntures, em títulos, que era muito do José Luis, e a parte estrutural, orgânica da lei era o Lamy. E sendo que o Lamy tinha esse arcabouço teórico extraordinário, não é? Então foi uma lei que cada vez mais... Vou te contar. Olha, eu estou estudando essa lei há quantos anos? 74, 84, 94, 2004... Quase quarenta anos. E é sempre uma coisa surpreendente. É surpreendente. É uma coisa fantástica como ela foi bem elaborada, que ela resiste. Há adaptações pontuais e tal, mas... Então foi isso.

R.M. – Na década de 70, pelo que gente acompanha de leitura, de estudo, havia um projeto muito importante, o governo deu muita importância ao financiamento privado da atividade econômico-industrial, e ainda assim isso demorou a pegar, não é? Enfim, um dos exemplos que é sempre dado é o das telecomunicações. Que o governo acabou tendo que se socorrer de um financiamento público, porque teve dificuldade de conseguir investidores privados para tocar esses grandes projetos. A que o senhor atribui...o senhor, primeiro, o senhor confirma que havia essa dificuldade de trazer o capital privado para grandes projetos de infra-estrutura? E se o senhor confirma, a que o senhor atribui isso?

M.C. – Atribuo isso a um fenômeno mundial, quer dizer, ocidental. Porque (hoje não se pode falar movimento mundial). Quer dizer, realmente, o movimento dos anos 40, o pós-guerra, era um movimento de nacionalização das grandes estruturas industriais da Europa. Estados Unidos está fora disso. E, naturalmente, por aqui também, não é? Então o... Bom. Basta dizer, vocês não... nem seus pais eram nascidos, o que aconteceu, não acreditaram, nacionalizaram a Light - que era um exemplo absoluto de empresa privada, que veio aqui investir, no fim do século XIX...XX, tá certo?(*começo do século XX*), privadamente, investir, trazendo modernidade em todo sentido, tecnológico, de emissão de títulos, emissão disso... foi lá e nacionalizaram tudo! Então... A nacionalização das indústrias foi enorme. Além daquelas que eram

⁷⁶ Trajano de Miranda Valverde (1892- 1972), foi advogado.

criadas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), já como estatais. Então você tinha o Estado como dono da infra-estrutura fundamental, de energia, de produção, etc. etc. etc.. Como é que você queria que a iniciativa privada entrasse nesse mundo? Que as empresas estatais absolutamente empreguistas, ineficazes, ineficientes, absurdas. Uma loucura. O Brasil até mil e novecentos...na década de 80, você lembra o que era isso aqui, em matéria de ineficiência das empresas estatais. Quer dizer, então, não havia nenhuma possibilidade de atrair para as empresas dos setores de infra-estrutura... a empresa estatal, para competir com quem? Competir com uma empresa estatal, que tinha todo capital que precisasse para?... De jeito nenhum. De modo que não havia solução. Nesse ponto, não havia mesmo.

R.M. – Falando um pouquinho, de novo, da sua trajetória. O senhor teve, no final da década de 60, início da década de 70, seus primeiros livros publicados. Não foi isso?

M.C. – Mais ou menos. É.

R.M. – *A Ordem Econômica na Constituição de 69*, publicação da RT, de 1972. E depois, em 1973, *A Nova Lei de Sociedades Anônimas, seu modelo econômico*. Qual foi a importância dessa, da publicação dessas obras para o senhor, para a sua carreira? Para a sua...

M.C. – Bom, é. Aí a questão... Você vê que o... Com esse negócio de fazer 80 anos, ficaram analisando muito esses trabalhos que eu publiquei e tal, e eu fiquei descobrindo...eu descobri umas coisas interessantes. Que eu escrevi mais sobre direito econômico do que direito societário. É interessante, não é? Eu nunca tinha notado isso. E realmente, o *Modelo Econômico*, aí mostra realmente os defeitos brutais, do sentido oligárquico da própria Lei da S.A.. Porque ela... Oligárquico, e também de interesses da própria... do grupo canadense, que pertencia muito...também, eram muito ligados à questão da lei da S.A., o grupo canadense, que era o grupo antigo da Light e o grupo da Brascan⁷⁷ e tal. Então, o que é que acontece? O *Modelo Econômico* é um livro que saiu... em que época que saiu? 70, 60 e?

⁷⁷ Brookfield Asset Management, (ou Brascan), é um fundo de investimentos canadense que atua nos setores: imobiliário, recursos naturais, energia e serviços financeiros.

R.M. – 72. *A Ordem Econômica e a Constituição de 69*.

M.C. – Não. E o outro qual é?

B.A. – *A Nova Lei de Sociedades Anônimas, seu modelo econômico*.

M.C. – Que ano é esse?

B.A. – 73.

M.C. – É. Isso aí é... Não. Acho que é...

R.M. – Não, não. *Direito Econômico*, São Paulo, RT, 73.

M.C. – Esse é um livro de quinhentas páginas. Esse é um livro importante. Esse é um livro importante.

R.M. – Como é que esse livro foi recebido?

M.C. – Não. Então, vamos voltar atrás. O *Direito Econômico* é um livro sobre a definição de direito econômico, é um livro pioneiro, que eu elaborei na Itália e trouxe para cá, para defender a tese aqui. Foi aprovado lá. Tanto assim que eu trouxe o certificado de aprovação do livro, e daí ele foi apresentado como tese de livre docência aqui, que é a definição de direito econômico. É um livro de quinhentas páginas. Que por acaso, num país como esse, é interessante, foi esquecido completamente. Hoje... Outro dia ainda, recebi de um amigo, um ilustre advogado, o Pedro Dutra⁷⁸, uma solicitação dramática para republicá-lo. Que nunca mais lembraram desse livro. E depois... O *A Lei de S.A, seu modelo econômico* já deve ser de 75.

B.A. – 77.

M.C. – 77.

R.M. – 77. Desculpa. Eu me confundi aqui.

⁷⁸ Pedro Dutra (informações sujeitas à conferência).

M.C. – É. O livro de 77 mostra o perfil da Lei de S.A. Então mostra o que a Lei de S.A. não demonstra, quer dizer, é uma radiografia da Lei de S.A. Então mostra o seguinte. Aí é o sentido crítico da lei. Embora eu tenha sempre... achava essa lei extraordinária, mas ela tem um sentido sociológico e antropológico e o que você quiser, muito interessante, porque ela era uma maneira de modernizar mantendo todos os privilégios da oligarquia. Então, o que é que acontece? Para você... Você abria o capital, porém você, com 17%, você era controlador da companhia, entendeu? Então você conseguia... Com 17%, 17 vírgula não sei que, você era o controlador da companhia. Porque você podia lançar 75%... 75% das ações em preferenciais. Só ficavam 25% como ações ordinárias votantes. Então você dividia... Divide 25% por dois. Quanto é que dá?

R.M. – 12,5.

M.C. – É. Mas acho que aí... É 12,5?

R.M. – É. 25 divididos por dois dá 12,5.

M.C. – Não, não, não. Está errado. É um terço, dois terços. Desculpe. Era dois terços de preferencial e um terço ordinária.

R.M. – Isso. Aí dá 33... Dá 17.

M.C. – Dá 17. Então... Você tinha 17. Então, esse livro, que é um livro, até hoje, cidadíssimo, mandaram dos Estados Unidos outro dia um agradecimento para mim, uma americana, sobre esse livro, que ela usou na tese dela, uma coisa patética que ela escreve, foi base de tudo, era um livro sobre sociologia jurídica, que é um livro que mostra exatamente isso. É um livro pequenininho. Que mostra, exatamente, que aquilo era uma oligarquia que queria manter os seus privilégios na S.A abrindo o capital.

R.M. – Os senhores tinham clareza disso quando estavam fazendo a lei?

M.C. – Tinha. Tinha, tinha.

R.M. – Isso era abertamente.

M.C. – É, abertamente. É. Mas precisava estar no depoimento, também, da...da crítica da lei. Fazer oba-oba, entendeu? Que o artigo tal é lindo, não interessa a mínima. Interessa é quais são os fundamentos, a raiz da lei, a estratégia da lei. A estratégia da lei de S.A era essa, quer dizer, com 17%... Você, por exemplo, na lei antiga, tinha ações ao portador. 1940. Daí... Aquela maioria, aquele controlador não... Era impessoal, você não sabia. Mas as famílias e os grupos de seguradores, de bancos tinham a maioria das ações portador. Então, quando você criou ações preferenciais de 66%, você... o que é que faz? - você tira todo o capital da sociedade familiar ou coisa. Daí... Mas o que é que faz? Como é que você vai controlar a companhia jogando no mercado um monte de ações desse. Então você põe um terço só que votam. E metade do terço que votam, você mantém a sociedade. Esse era um dos pontos mais interessantes da lei. A lei tem várias críticas... Esse artigo tem várias críticas sobre a lei, muito interessantes. Mas muito mesmo. Depois... E tendo eu colaborado com a lei. Não pense que eu era contra não. [tem diferença]. Depois... Era um depoimento, realmente, para a coisa funcionar. Depois tem um negócio aí, escandaloso, que foi chato, que é o negócio das debêntures. Que as debêntures eram jogadas... aí eu não me lembro mais o mecanismo, faz muitas décadas isso. Mas era uma maneira de unificar, uma certa internacionalização da dívida, um pouco, do grupo canadense, entendeu? Que você jogava aqui mas você podia jogar... Você emitia aqui mas você podia jogar fora daqui as debêntures que foram emitidas, ou jogar diretamente nos Estados Unidos... Sei lá o quê. Uma confusão muito grande, que no livro está claro. Eu não me lembro mais. Mas aí ficou bem claro o seguinte: que havia uma jogada com as debêntures. E as debêntures... E daí, por acaso, eu estava estudando na Filadélfia, na época, fazendo seminários na Filadélfia e descobri isso num jornal americano. Editais de emissão de debêntures pelo grupo canadense, que era o grupo da Light, e que estavam lançando no Peru, o mesmo tipo de debêntures aqui. Daí eu falei: puxa vida! Olha aqui. Então, as debêntures eram feitas para lançar aqui e para pagar coisas da Light lá, entendeu? Para cobrir dívidas da Light ou financiar a Light (Light no sentido geral da palavra) a Light fora do país e tal. Uma jogada monumental. Daí eu fui lá, botei no livro também. Botei no livro. Isso foi uma coisa... Vou te contar! Isso foi meio chato. Mas você tem que fazer as coisas como elas são. Você não pode ficar agora...por covardia, por medo, por carreirismo, deixar de escrever as coisas.

R.M. – Foi meio chato, o senhor diz, o senhor sofreu muita repreensão pública, pressão?

M.C. – Não. Não. Eu...Um certo ostracismo, claro. Um certo ostracismo, um certo deixa pra lá. Disseram que eu era não sei o quê, que eu sou... Enfim, metiam o pau. E o sujeito está sabendo. Mas em todo caso... é isso aí. E o livro, então, tem uma atualidade muito grande, porque faz a análise, o corte dos objetivos da lei, quais eram os objetivos reais da lei. Os objetivos não era a abertura do capital, como é o americano. O americano abre tudo. O camarada tem... Quer dizer, o capital não tem controlador, de certa maneira, ações de Bolsa. Aqui não, era para manter um grupo ferrenho ali para mandar na companhia, e o pessoal passou preferencial. Mais ou menos, é essa a base.

B.A. – Depois, o senhor lançou outros volumes dessa obra.

M.C. – Não, não. Eu lancei esse. Aí eu escrevi o *Comentário da Lei de S.A.* Isso é outra coisa, é outro trabalho.

R.M. – Os seus livros de direito econômico, o senhor mencionou de passagem que foram livros cuja memória não foi preservada, ao contrário dos de...

M.C. – Direito societário. É.

R.M. – ...direito societário, que são até muito citados. O senhor considera que esse seu livro de 77 foi sua obra de maior impacto, na época, ao contrário das outras, ela foi...

M.C. – Qual?

R.M. – O de 77. O livro *A Nova Lei de Sociedades Anônimas, seu modelo econômico*.

M.C. – Não, não. Isso foi um ensaio. Não foi tão importante. Mais importante foram os comentários, mesmo. Comentários, é uma coisa muito interessante, vou fazer uma confissão aqui, vão pensar que eu sofro de soberba também. É interessante isso. É uma confissão para vocês, que eu faço com a maior humildade. De vez em quando eu dou uma lida, agora, (você vê que está tudo marcado aí) nesse livro aí. Eu dou uma lida

aqui no livro, eu leio isso aqui, eu falo: mas será que eu escrevi isso aqui? Mas como é que pode? Como é que eu posso ter escrito um negócio desse. Quer dizer como é que pode... o raciocínio, a pesquisa. São coisas que você... Aí mostra que quando a pessoa está escrevendo ela sofre uma impulsão. Escrevendo ou compondo, fazendo qualquer obra, científica, técnica ou de arte, ela sofre uma impulsão, que tira a pessoa da sua trivialidade. Ele... Fica outra coisa, entendeu? Fica... quer dizer, tendo idéias absolutamente... Coisa que no dia... Hoje, eu não estou escrevendo livro nenhum, entendeu? Você lê isso aqui... mas como é que pode ter escrito uma coisa tão assim.

R.M. – Esse livro foi um sucesso quando publicado.

M.C. – Ele foi um sucesso desde o começo, é, um sucesso total. Não sei quantas edições tem.

B.A. – O senhor se lembra do processo de escrita? O senhor não lembra, não é? De ser o senhor que escreveu, mas do processo de escrita. Qual era a rotina de escrita? Como o senhor escreveu esse livro?

R.M. – Quanto tempo ele demorou para ser escrito?

M.C. – Ah... Ele demorou anos. É. Demorou anos. Porque o... Era um livro que você ia fazendo, primeiro volume, depois, segundo volume, terceiro volume, quarto volume. Demorou, sei lá, dois, três anos, sei lá quanto. Eu sei que saía em fascículos. Era um negócio assim meio em fascículos. Mas a... Era um... eu escrevia à máquina, pegava as citações todas que tinham e metia o pau nas citações também, entendeu? Porque eu sou o rei do mete pau em todo mundo. Então, o que é que acontece? O livro é muito criativo. Ele tem um... Isso é que perdurou o livro, se tornou um livro clássico; coisa que, por exemplo, *Direito Econômico* devia ter sido, um livro clássico, que é um livro... O próprio cerne do direito econômico está ali, naquele livro. Nunca deram bola nenhuma para ele. Esse aqui é um livro clássico. Quer dizer, você... É consultado permanentemente. Agora, já ligaram da Saraiva, para se fazer o novo... edição, 2013, porque esse já...

R.M. – Quantas edições são já, o senhor sabe?

M.C. – Ah. Nem sei. Não tenho idéia. Tem edição ainda. Mas tem edição... vai se reeditando e... reimprimindo, sei lá o quê. Bom. Mas, então... o livro clássico, para ser clássico, ele tem que ter originalidade, ele tem que ter a opinião do autor. Por isso é que ele se transformou... Não estou falando isso para ser bacana, para ser importante, não. Para saber como é que escreve uma coisa. É o autor. Não adianta você fazer... porque fulano falou isso, porque beltrano... Não interessa a mínima, entendeu? Você tem que dizer é assim, é assado. Como foi feito aqueles livros aí do... da crítica à Lei de S.A. Eu meto o pau. Quer dizer, fala o que é, o que não é, entendeu? Quer dizer, dá a sua opinião a respeito do assunto. Então daí a coisa ficou um livro clássico. É interessante isso, não é?

B.A. – Professor, a gente tem que trocar a fita agora.

[Interrupção da gravação]

2º Entrevista: 12/07/2012

B. A. – Dr. Modesto, boa tarde. Muito obrigada novamente. E vamos começar hoje falando sobre a sua participação no seminário Meios de Combater o Regime Militar, não é? O senhor participou desse seminário em 74 e, a partir daí, tem uma destacada militância, por meio das lutas civis de combate à ditadura militar. Gostaria que o senhor falasse sobre isso.

M.C. – Bom. Isso era um seminário informal, evidentemente, que reunia gente da maior categoria da USP, não é? Me lembro bem da Eunice Durham⁷⁹, que teve um papel muito grande nesse seminário. E o que se estabeleceu ali como meta possível de combate à ditadura, era uma época muito difícil, de muita repressão, não no sentido... uma coisa muito difícil, seria estabelecer temas de direito civil, da sociedade civil organizada. Então você teria a possibilidade de ter acesso à opinião pública (isso que é a sofisticação do seminário) através da imprensa, discutindo temas da sociedade civil e

⁷⁹ Eunice Ribeiro Durham. É antropóloga e cientista política brasileira.

não temas políticos. Porque até ali, o que se fazia? Até ali, todo mundo batia em temas políticos, em temas políticos, temas políticos, a luta armada, depois a luta desarmada, todo mundo discutindo a ditadura, a opressão, a falta de direitos humanos, a tortura, a prisão, e ninguém tinha essa concepção, interessantíssima, de começar a combater a ditadura através de matérias que a imprensa se interessasse, e portanto a opinião pública sedenta de temas de combatividade, dentro da sociedade civil. Então temas, por exemplo, consumo, defesa da cidade, qualquer coisa que fosse aguda, dramática a ponto de mobilizar e a ponto de informar e a ponto de aglutinar. Porque o que faltava, realmente, na luta política contra a ditadura, de uma maneira dramática, é a mobilização da opinião pública. A opinião pública não se mobilizava contra a ditadura. A luta armada, por exemplo, ela foi uma luta isolada, ela não tinha o apoio da população, não é? Então, você precisa pegar temas contra a conduta da ditadura que tivesse o apoio da população. Uma coisa genial.

R.M. – Uma dúvida. Não sei se por coincidência, ou não, mas, além do senhor, uma outra pessoa que teve uma importante atuação contra o regime militar, professor Flávio Konder Comparato⁸⁰, também trabalhava com temas de direito societário, mercado de capitais. Essa luta civil chegava a temas de direito comercial? Coisas como, por exemplo, poder de controle, participação de minoritários, isso tinha alguma relação?

M.C. – Não. Não, não tinha. A relação de direito comercial que teve com esse seminário e com a luta de mobilização da opinião pública teve o meu livro sobre o... *Lei de S.A - seu modelo econômico*, que outro dia nós discutimos aqui, que era exatamente mostrar, fazer um corte na Lei de S.A, mostrando os defeitos que ela tinha de manutenção da oligarquia e de encaminhamento das debêntures, que fossem emitidas aqui, para o exterior, para a capitalização da Brascan no exterior. Então era uma forma efetiva de, dentro do direito comercial, criar uma grande polêmica a respeito das verdadeiras razões da Lei de S.A e aí mostrar os defeitos dela; embora eu tivesse trabalhado nela, foi já uma consciente demonstração. Eu não conheço outros trabalhos com esse viés político. O livro *Lei de S.A – seu modelo econômico* é um livro extremamente ligado a temas societários, jurídicos de contestação. Depois, outra coisa

⁸⁰ Fábio Konder Comparato. É advogado. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

que eu fiz nesse ponto foi fazer uma série de artigos na *Folha de São Paulo*, que chamava naquela época, quase toda semana fazia um artigo, mostrando os defeitos da Lei de S.A, está certo? E mobilizando a população para a discussão daquele tema. É tudo já dentro das propostas do seminário. Quer dizer, era discussão de temas civis, no caso temas jurídicos, que eu estudava na época, eu era até professor na época. Então, o que é que aconteceu? Foram realmente atividades dentro da minha esfera, da minha pseudoautoridade no assunto, para a discussão, pela sociedade civil, de defeitos que a ditadura criava dentro dessa própria euforia de uma nova lei, da modernidade, etc. etc.. E foi feito assim.

R. M. – O senhor julga que foi bem sucedida essa estratégia?

M.C. – Muito bem sucedida. Eu acho que também aí, dentro dessa estratégia, eu fui ao Congresso, fiquei lá meses, toda vez que ia ao Congresso, durante meses, para a discussão da Lei de S.A. Eu era chamado pelas comissões do Senado, chamado pela Comissão de Finanças, que era o Tancredo Neves⁸¹, que era o presidente da Comissão de Finanças, todos da oposição, era o Saturnino Braga⁸². Então, aquele pessoal do MDB me chamava lá para discutir temas de lei de S.A, temas do que se adequava ou não ao interesse dos sócios, etc., da sociedade, da sociedade da função pública. Enfim, foi feito também, nesse ponto, uma grande discussão no Congresso. Então o livro *Seu modelo econômico*, a discussão no Congresso foi também uma inclusão dessa luta consciente, para agitação e mobilização da opinião pública, como crítica ao regime militar, não é? Que mais? O que você perguntou? Você perguntou uma coisa que eu não respondi.

R.M. – Respondeu.

B.A. – Em 77, o senhor se tornou presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. Gostaria que o senhor comentasse a atuação...

M.C. – Você não vai falar da Caetano de Campos? Não vai.

⁸¹ Tancredo de Almeida Neves (1910 - 1985) foi advogado, empresário e político brasileiro, tendo sido primeiro-ministro, ministro da Justiça e Negócios Interiores, ministro da Fazenda, e governador do estado de Minas Gerais.

⁸² Roberto Saturnino Braga. É um político brasileiro. Foi deputado federal, prefeito e vereador da cidade do Rio de Janeiro e senador da República.

B. A. – Vou voltar na Caetano de Campos, pode deixar.

M.C. – O que é que tem em 77?

B. A. – Gostaria que o senhor comentasse como se tornou presidente, a sua atuação.

M.C. – Exatamente dentro do grupo. Era um grupo liderado pela Eunice Durham e que, realmente, tinha como objetivo levar avante estes propósitos do seminário. Então foram me pegar. Eu era uma pessoa muito combativa, era muito combativa e que não tinha papas na língua, falava mesmo, tudo que aparecia, não tinha medo nenhum. Então, o que acontece? Ela foi lá na Faculdade de Direito me convidar. Ela me conhecia muito, por causa do seminário mesmo. E ela disse: “Olha, você, da Faculdade de Direito, portanto no campus da USP, no Butantã, você é paria, porque quem não é do campus é paria. Mas você vai lá, faça uma campanha, nós apoiamos, para você ser o presidente da Adusp, exatamente para criar condições de uma luta civil contra a ditadura”. Ela não falou nesses termos, mas eu estou traduzindo. Quer dizer, realmente, o propósito da minha ida para a Adusp, numa campanha muito difícil, inclusive, porque tinha muita oposição à minha presença lá como candidato...

R.M. – Pelo fato de o senhor ser da São Francisco.

M.C. – É. Não. Da área de direito. Não era do grupo lá, considerado da grande inteligência. Mas aí Antonio Candido⁸³ aceitou ser meu vice-presidente, e nós fizemos então essa chapa com Antonio Candido e eu. Antonio Candido é o homem de maior prestígio que havia na USP, na época e continua sendo até hoje. Então, com base no Antonio Candido, ele me apoiou muito, e daí nós fizemos a chapa, ele e eu, e ganhamos a eleição; com o propósito de criar condições de discussão não política, questionamentos não políticos da ditadura. Esta foi a razão da minha eleição.

B.A. – O senhor pode dar exemplos dessa atuação?

⁸³ Antonio Candido de Mello e Souza. É sociólogo, literato e professor universitário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor-emérito da USP e da UNESP, e doutor honoris causa da Unicamp.

M.C. – Bom. O exemplo da atuação, ele, naturalmente, tinha várias facetas, também, não era só levar temas da sociedade civil ou ações da sociedade civil, mas também tinha temas políticos. Então, enfrentamento da reitoria. Porque a universidade naquela época era um posto militar. Eles não eram universitários. A reitoria era um negócio dominado completamente pelos militares. E tinha lá um reitor, que aliás era um homem muito bom, muito boa pessoa, que tinha sido indicado por esse veio militar. Nós fomos lá, enfrentamos lá, de cara, o reitor, exigindo uma série de providências da parte dele, dizendo que nós estávamos ali para luta e que ele...

R.M. – O senhor se lembra quem era o reitor?

M.C. – Não me lembro o nome⁸⁴. Depois, ele foi diretor do Museu Paulista. Uma pessoa muito boa, pessoalmente, viu? Pessoa muito boa, muito... Aliás, foi uma sorte nossa, que não era um fascista, nada. Era uma pessoa lá, colocada, um reacionário, colocado lá, muito simpaticamente. E o período era 77, 79, é fácil você localizar. Um homem muito...que ajudou bastante, porque foi muito cordato. Depois nós fizemos, resolvemos fazer, concomitantemente, o livro negro da USP. Esse é um trabalho extraordinário. Agora, por exemplo, estão fazendo a Comissão da Verdade da USP. Naturalmente, essas pessoas que estão fazendo a Comissão da Verdade da USP talvez nem saibam que existe esse livro negro. Era só pegar o livro negro, está toda a verdade lá. Não tem problema nenhum. Mas que não sabem que existe. Daí fizemos o livro negro da USP, o levantamento de todas as perseguições, todas as cassações que ocorreram a partir de 64, incluindo aí matérias de direito civil também, de sociedade civil, no sentido de dizer que a perseguição que a ditadura fez não foi só ideológica, foi de inimigos dos grupos dominantes. Entendeu? Então, eu sou professor de direito constitucional, não vou com a cara do fulano, beltrano, etc. da faculdade, vou lá e ponho na rua, casso o sujeito, excludo e o expulso da universidade. Então, mostra muito isso, não é só a perseguição de Mario Schenberg⁸⁵, está certo? Era a perseguição, também, por razões mesquinhas, sórdidas, pessoais. E o livro, que é uma coisa pequenininha assim, é uma coisa monumental. Outro dia, fui obrigado a ler, para dar uma entrevista sobre o assunto. Eu não lia há muitas décadas o livro. É uma coisa monumental. Porque

⁸⁴ Orlando Marques de Paiva.

⁸⁵ Mário Schenberg (1914 - 1990) foi físico, político e crítico de arte brasileiro de origem judaica.

mostra exatamente a radiografia de uma sordidez que uma ditadura permite que as pessoas exerçam, os seus sentimentos mais sórdidos; como o nazismo permitiu e, inclusive, incentivou os sentimentos mais sórdidos do ser humano, uma ditadura militar aqui, latino-americana, também permitia que houvesse as perseguições mais sórdidas dentro da USP. Então isso estava lá, as perseguições políticas, as perseguições pessoais. E foi um escândalo total. Aquilo foi um escândalo total.

R.M. – A repercussão do livro foi grande.

M.C. – Ah! Foi. Foi isso, um escândalo absurdo. Uma mobilização, primeiro, da própria USP, que não estava mobilizada. A USP, era um negócio assim... a ditadura é assim, eu não tenho nada a ver com isso e tal, não deixo de dar a aulinha, fazer minha pesquisa e tal. Mobilizou a universidade inteira. Depois, a outra coisa que nós fizemos, muito interessante, foi o apoio frontal à Carta aos Brasileiros. Isso já é, cronologicamente, é um pouco mais tarde. Carta aos Brasileiros, que foi redigida pelo Goffredo Silva Telles e que foi um grande movimento a respeito desse assunto, que já era um pouco o fruto do caminho aberto da ditadura, seja pelo movimento civil contra a ditadura, sem razões políticas, praticamente, e também da própria decadência da ditadura em si própria, não é? Ela já não era um regime eufórico, já era um regime bem decadente. Daí, o que aconteceu? Daí nós fizemos também, bolamos isso logo nos primeiros meses da Adusp, de fazer uma greve de funcionário público, greve por salários; que tinha, então, um elemento para mobilização muito bom, porque além da ditadura, representada na época pelo Geisel⁸⁶, que era até uma pessoa respeitável dentro do... era um ditador iluminado e respeitável, e havia aqui uma figura absolutamente desrespeitada, que era o Maluf⁸⁷, que era o governador que foi imposto pela ditadura aqui; então era fácil mobilizar contra o Maluf e contra a ditadura em si mesma, que o nomeou, para fazer uma greve geral dos funcionários públicos. Então nós trabalhamos com todos os setores do funcionalismo público, lideramos, a Adusp liderou todos os setores do funcionalismo público, decretamos uma greve, uma greve geral por salários. Isto foi uma coisa fantástica. Foi primeira greve geral do funcionalismo público, total,

⁸⁶ Ernesto Beckmann Geisel (1907 - 1996) foi político e militar brasileiro, tendo sido 29º Presidente do Brasil.

⁸⁷ Paulo Salim Maluf . É um empresário, engenheiro e político brasileiro.

do estado de São Paulo, contra a ditadura, que era absolutamente contra greve. Era contra a greve do setor privado. Agora imagine greve dentro do Estado, dentro do governo. Então foi uma coisa fantástica. Isso foi o auge da tese dos temas de sociedade civil. Melhoria de salário, melhoria de emprego, melhoria de condições, não tem nada a ver com política, está certo? E com isso, inclusive... você veja como... Picasso falava sempre: as idéias estão no ar. Diziam para Picasso, mas como é que você fez cubismo, como é que você fez a decomposição da imagem, como é que você conseguiu fazer essa ruptura plástica, estética? Ele falou: “Mas as idéias estão no ar”. E, não foi só o Picasso, dezena de pessoas fizeram a mesma coisa. Então, as idéias estavam no ar, e ao mesmo tempo, concomitantemente à nossa greve, estava havendo a greve de São Bernardo, no setor privado, que era dirigida pelo sindicato lá de São Bernardo e pelo... e como porta-voz o Lula⁸⁸. No mesmo mês, na mesma época, nos mesmos dias, na mesma semana, e não havia ligação...

R.M. – Foi articulado?

M.C. – Nada! Não havia ligação nenhuma. Nenhuma ligação. Nada. Pipocou aqui e pipocou lá. Quer dizer, eu acho que eram coisas absolutamente... Naturalmente, alguns professores daqui, que tinham uma liderança, assim na política e tal, tipo Fernando Henrique⁸⁹, já foram correndo lá, Florestan Fernandes⁹⁰, que era um grande sociólogo, um líder da Universidade, então, muito professores foram lá apoiar a greve. Mas nós não. Nós estávamos em greve, não íamos apoiar a greve dos metalúrgicos, que daí ia dar encrenca, entendeu? Nossa greve era a nossa greve, a deles, deles. Para não dar um conotação de política nenhuma. Sindical. Imagine eu...quer dizer, fazendo política sindical. Na vida, nunca fiz, nem antes nem depois. Então era toda uma proposta, de uma racionalidade fantástica. O que ajudou muito a tirar autoridade da ditadura. Aí, o que é que aconteceu? Aí eles perceberam que aquela reivindicação da anistia era uma

⁸⁸ Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula. É político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro. Ele foi o trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. Foi sucedido pela presidenta Dilma Rousseff.

⁸⁹ Fernando Henrique Cardoso. É sociólogo, cientista político e político brasileiro. Professor Emérito da Universidade de São Paulo, lecionou também no exterior. Foi presidente do Brasil de 1995 à 2002.

⁹⁰ Florestan Fernandes (1920 - 1995) foi sociólogo e político brasileiro.

coisa que tinha que ser levada em conta, e o Geisel, então, resolveu aceitar conversar com os setores da esquerda e das universidades e setores de burguesia, para efeito de fazer então a lei da anistia. E nisto a Adusp trabalhou *imensamente*. Eu quero dizer que eu, pessoalmente, trabalhei muito. E a coisa que eu mais me orgulho daquela época da Adusp foi esse trabalho na Comissão da Anistia, de elaboração das regras da anistia. Foi feito no Colégio do Estado Sapiência, ali no... em...

B.A. – Perdizes.

M.C. – Perdizes. Nós fazíamos reunião, diárias, ali. Ficávamos ali e tal. E foi uma época muito... linda, muito bonita, porque era já uma maneira de liberação, era um momento, não de liberdade, mas de liberação do regime militar. Então eu acho que essa passagem pela Adusp foi uma passagem histórica, porque... Foi um momento extraordinário. Não quer dizer que eu tenha tido nenhuma influência pessoal, porque, comigo ou sem eu, eles teriam feito esse movimento, claro. Mas eu participei. Foi uma sorte ter participado de tudo isso.

R.M. – O senhor comentou que, sendo originário da São Francisco, sua participação, inicialmente, na Adusp teve um pouco de...

M.C. – Não, não. Na candidatura. Depois que a candidatura se instalou, aí ficou ótimo. Mas para conseguir ser candidato, de uma escola fora do campus, era muito difícil.

R.M. – E o senhor, desde... enfim do começo da década de 70, pelo menos desde 74, já se pronunciava ou já participava de eventos contrários à ditadura com gente do campus, lá do Butantã. Como é que seus colegas, na São Francisco, viam essa sua?... O senhor tinha....

M.C. – No campus, é. Eu acho que alguns tinham contato também. Tinham contato. Ali, tinha um grupo de professores e de alunos ilustres que sempre lutaram contra a ditadura, desde o começo. Geralmente, eles lutaram... que eu conheça, que tenham lutado na... com ligações com a luta armada, eu não conheço nenhum; mas eles tinham a... Eles tinham a prudência de não se envolver nisso. E tinham uma grande luta

organizada contra a ditadura, liderada pelo próprio Goffredo. Então, o Celso Lafer⁹¹, o Miguel Reale Jr.⁹², o próprio... esse que você falou aí...

R.M. – Comparato.

M.C. – O Comparato, o... Dalmo⁹³, tinha o José Gregori⁹⁴, tinha o Flávio Bierrenbach⁹⁵, tinha o José Ignacio Botelho de Mesquita⁹⁶, que eram pessoas da burguesia mais selecionadas, intelectuais, que, realmente, estavam ali militando contra a ditadura, o tempo inteiro. Tinha um grupo muito significativo da universidade, contra a ditadura, ali, muito importante, muito importante.

R.M. – O senhor como professor da USP, alguma vez, o senhor sentiu algum tipo de perseguição, de repressão?

M.C. – Na USP?

R.M. – É. Por conta dessa sua atuação pública.

M.C. – Tinha, tinha, lá dentro, tinha um pouquinho, é. Tinha. Uns professores reacionários, alguns fascistas, outros só reacionários, perseguiram muito, não gostavam, falavam mal. Uma vez, eu fui eleito chefe do Departamento de Direito Comercial, uma bobagem, chefe de departamento não tem a menor importância, e daí houve um momento lá que não queriam, que eu era um terrorista, não queriam de jeito nenhum deixar, queriam tirar. Havia uma reação muito grande. Havia um reacionarismo, dentro da faculdade, enorme, do outro lado também. Não é que a faculdade fosse totalmente a

⁹¹ Celso Lafer. É advogado, foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e ex-Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

⁹² Miguel Reale Júnior. É na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, filho do também jurista Miguel Reale. Foi ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique Cardoso.

⁹³ Dalmo de Abreu Dallari. É professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁹⁴ José Gregori É um político brasileiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP.

⁹⁵ Flavio Flores da Cunha Bierrenbach. É um político e advogado brasileiro.

⁹⁶ Jose Ignacio Botelho de Mesquita. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP.

favor da liberdade, não. Havia esse núcleo seletivo, extraordinário, dos melhores professores da faculdade e alguns ex-alunos, também, de grande relevância, mas a faculdade reagia, não gostavam, não gostavam de jeito nenhum. Alguns professores detestavam. Agora por outro lado, você tem que dividir a... vocês que são de uma geração muito diferente, a ditadura, ela foi muito longa, uma ditadura imensa, ela durou vinte e... quantos anos?

B.A. – Vinte um anos.

R.M. – Vinte e um anos. De 64 à 85.

M.C. – Vinte e um? Ah, é. Então, ela foi uma ditadura que pegou uma geração inteira. E eu lidei muito com essa situação, porque...Eu sofri muito na ditadura, então, eu consegui descobrir coisas interessantes. Primeiro, que dentre os que apoiavam a ditadura havia duas categorias...ou três, mas duas fundamentais, o dos fascistas, que eram homens implacáveis, *implacáveis*, eram pessoas sórdidas e assassinas, e depois você tinha os reacionários, entendeu? E que eram pessoas que apoiavam, por medo ou por uma questão ideológica ou conservadorismo, apoiavam também. Essa era a grande massa. Eu poderia mesmo dizer que a revolução de 64 a 85, ela foi formada de quadros...os quadros de ativos eram muito de fascistas mesmo, mas os quadros de apoio eram formados, noventa por cento, de reacionários, e não de fascistas. Não havia esse fascismo arraigado. Que não compara, por exemplo, com o fascismo italiano, qualquer coisa desse tipo, que todo mundo era fascista. Não era. Então, por outro lado, você que... eu, por exemplo, que era um jovem, relativamente, na época, tinha certo apoio e... não, apoio não, compreensão e aceitação dessa faixa reacionária. Essa faixa reacionária aceitava, não a mim, mas aceitava a maioria dos combatentes, civis ou não, contra... a luta armada, sobretudo os que não entraram na luta armada, eles compreendiam, apoiavam, aceitavam, entendeu? Então não era uma coisa que você se sentia absolutamente marginalizado. O que dava... por exemplo, eu era uma pessoa notoriamente, notoriamente contra a ditadura. Eu fui preso, processado, prisão preventiva decretada, apareceu meu nome nos jornais, como terrorista...

R.M. – Por que episódio, especificamente?

M.C. – É. Depois eu explico isso. Então, fazia ménage no Dops, durante um ano, quer dizer, era um homem condenado pela própria revolução. Nesse período, eu consegui dar aula, eu estava...no tempo que saiu a minha prisão preventiva, eu cheguei para o diretor da Faculdade de Direito Mackenzie, onde eu era assistente do Filomeno Costa⁹⁷, e daí cheguei, falei: “Olha, eu fui...minha prisão preventiva, pedi minha demissão aqui”, ele falou: “Não. Quando é que é a sua próxima aula?”, eu falei: “Amanhã” – “Então você vai dar aula”. Entendeu? Então... Era uma coisa muito...muito surrealista, por isso que o sofrimento ainda era maior, porque você não tinha... você tinha um mundo muito estranho, em que você tinha apoios, pessoas que iam buscar os outros na cadeia, porque eram amigos, que conhecia um coronel...Então, era uma coisa assim... muito estranha essa coisa. Então eu tive... eu era um notório condenado pela Justiça militar. Eu consegui ser... isso em 1970, 71, consegui ser professor do Mackenzie, como assistente, professor da Faculdade de Direito, fazer concurso da Faculdade de Direito, dar aula na Faculdade de Direito, ser conselheiro da...ser consultor jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo. Você entende uma coisa dessa? Coisa mais surrealista. Quer dizer, o lugar, o núcleo mais reacionário que pode ter, uma Bolsa de Valores de São Paulo. Então era coisa muito... havia um *compromise*, uma coisa entre esquerda e direita, que é o que caracterizou o Brasil durante a Primeira República também. Então... E até no tempo de Getúlio. Getúlio é outro, também, que era compla...era um homem que tinha esse compromisso com a esquerda. Quer dizer, todos os grandes redatores do *Estado de São Paulo*, o jornal mais reacionário da época, eram todos comunistas de fichinha, de carteirinha. Então havia o Julinho Mesquita⁹⁸ falava: não mexa com meus comunistas”. Quando a polícia ia lá, falava: “não mexa com meus comunistas”. Então... A Faculdade de Direito também, “não mexa com meus comunistas”. Deve ser isso. Eu me lembro de um professor... Não sei se interessa isso para a entrevista. Um diretor da Faculdade chamado Pinto Antunes⁹⁹, que era um homem boníssimo, Pinto Antunes e tal, e ele era...não era reacionário, ele era

⁹⁷ Nome sujeito à conferência.

⁹⁸ Júlio César Ferreira de Mesquita (1862 - 1927) foi advogado, político e jornalista brasileiro, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo.

⁹⁹ José Pinto Antunes (1906 -1975). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

monarquista, ultramontano, integralista e hierarquista também. Você, para falar com ele, precisava ser professor catedrático; se não, não conversava com ele, falava com o secretário. Mas ele era um homem muito bom. Daí, a polícia ia atrás dos alunos que faziam baderna, faziam coisa contra a ditadura, dizia: "Ah, eu tenho aqui uma lista, o senhor quer... aqui, estão dando aula aqui, me dê, para... onde? Prender esses alunos aqui." Ele falou: "Um momentinho". Aí ele ia lá, ele tinha certa autoridade, ia lá dentro, na secretaria, avisava os alunos, os alunos caírem fora, todos fugirem. Então, você vê, um homem *reacionário* daquele, completamente apoiador da revolução de 64, protegia os alunos. Quer dizer, então, era uma coisa muito ambígua, muito... Era um mundo de ambigüidades. Não era um mundo que você diz está... você é contra ou você é favor? Que se você é contra, você tem todo mundo que é a favor contra você. Nada. Coisa estranha. Entendeu? Muito. Eu, nada da minha carreira universitária, da minha carreira profissional foi de certa maneira afetada diretamente pelo fato de eu ser um militante, um militante contra a ditadura, um militante óbvio, militante não clandestino, claro, aberto, contra a ditadura. Não é estranho?

R.M. – Qual foi o fato que motivou a prisão do senhor? Quando isso aconteceu?

M.C. – Não. Bom, eu estudava na Itália, na época, e tinha muito contato com o pessoal de resistência e exilados da Europa, porque como estava na Itália, ia fazer pesquisa em Paris, pesquisa em Londres, sobretudo, Londres e Paris, e daí tinha muito contato com os exilados e tinha muito contato com as pessoas que apoiavam a revolução... apoiavam a revolução... apoiavam os dissidentes da revolução aqui no Brasil, na Itália. E havia um núcleo chamado núcleo da rua Arco della Ciambella, 29, Arco della Ciambella, era ali na praça Argentina. E daí, o que é que acontece, neste local, havia um grande cineasta da época, o Gianni Amelio¹⁰⁰, que congregava todas as figuras de resistência brasileiras que iam para Roma, ele congregava, ia lá no dia de reuniões, almoço, etc. etc. e tal, e convidava muito as grandes personalidades do movimento de 68 na França. Na França não, na Europa toda, mas que liderado pela França. Então, o Cohn-Bendit¹⁰¹ era um que ia lá sempre. Cohn-Bendit ia com um

¹⁰⁰ Gianni Amelio. Uum realizador de cinema italiano.

¹⁰¹ Daniel Marc Cohn-Bendit . É um político francês de nacionalidade alemã do partido ecologista Die Grünen.

monte de gente, tinha uns, apoiadores também, arquitetos, de Estrasburgo. Era gente de mais alta qualidade e que apoiava o movimento de resistência à ditadura no Brasil. E, naturalmente, como tinha esse pessoal, tinha os espiões, não é? Que a ditadura tinha espionagem em todo lugar, no meio dos exilados de Paris, exilados do Chile, exilados de todo lado, e também nesses núcleos de resistência eles tinham. Quando eu cheguei aqui no Brasil... preso, direto. E daí começou a desgraça para explicar, os contatos etc.. Vigilância. Depois, eles me soltaram, daí, a segunda vez, alguém foi lá e disse não, que tinha contato comigo, mesmo, aqui no Brasil, que eu era um contato da luta armada. Daí chegou um exilado, que veio, não agüentou, porque os exilados em Paris, também, às vezes não agüentavam, tinham chilikies. E daí um não agüentou e voltou clandestinamente. E voltou. Era um grande intelectual da USP. E trouxe com ele a biblioteca e as cartas que ele trocava, na França, com os exilados. E na carta tinha menção a meu nome. E daí, processo em cima. Aí entrei mesmo no processo. Que eu respondi na segunda seção, aqui, da Polícia... da Justiça Militar, aí na Brigadeiro Luis Antonio. E tudo bem. Foi tudo em ordem. E daí correu a vida, nessa base. Então era um homem marcado como um inimigo conhecido da revolução. Então...é isso aí.

R.M. – Agora, a gente acho que vale a pena falar da história do Caetano de Campos. Isso também teve a ver com essa sua militância civil?

M.C. – Completamente. Completamente. Quer dizer, aí tinha dois fatores, o fator de ter uma noção exata de um discurso civil e não político na luta de mobilização contra a ditadura, que era uma coisa racional, científica até, de certa maneira, uma tentativa sociopolítica de abrir um novo campo, mas também tinha a afetividade da Caetano de Campos, que eu tinha estudado lá. Como é que eles iriam demolir a escola onde eu estudei? Mas nunca!

R.M. – Só para a gente contextualizar. Havia um projeto da prefeitura de São Paulo, o prefeito na época era o Setúbal...

M.C. – É. Não, não. Aí é o seguinte. Havia... Como sempre, a Metrô é do estado de São Paulo, não é da prefeitura. É o estado que é o dono do Metrô, o governo do estado. Mas ele, naturalmente, tem implicações com dois outros setores, que é o setor da própria Companhia do Metrô, que opera as obras, e com a prefeitura, que fornece os

meios viários para isso e faz as desapropriações, etc.. etc... Então são três instituições que estavam implicadas no caso. O presidente do Metrô era uma pessoa chamada Plínio Assmann¹⁰², que deve estar vivo até hoje. O Plínio Assmann era um grande engenheiro, ele é um homem tecnocrata, daqueles absolutamente insensíveis a qualquer coisa. E daí ele falou: “olha, nós temos que fazer na praça da República uma grande estação”. Naturalmente, nem sabia que ele estava imitando a União Soviética, que era Moscou, grande estação do metrô e tal. Ele aí começou a dizer que ia demolir a Escola para fazer a grande estação, um buraco, um buraco lá dentro, para fazer, no lugar da Caetano de Campos, fazer uma grande estação. Na hora que ele falou isso, nós criamos a Associação dos Antigos Alunos da Caetano de Campos, falamos: agora é a hora. Daí nós fizemos uma reunião ali na rua 24 de Maio, num prédio lá, que cederam, à noite, nos reunimos e falamos: vamos entrar com as ações judiciais aqui, ação popular.

R.M. – Além do senhor, quem era as outras pessoas importantes?

M.C. – Ah. Eram todos meus colegas de turma. Gente normal. Não tinha nada de gente... de político, nada. Eram meus colegas de turma.

B.A. – Isso foi em 75?

M.C. – 75. Daí eu entrei com a ação popular. Daí chegou um deputado, e viu no jornal já – ação popular... Porque a *Folha*, sobretudo, a *Folha* era louca para sair notícia contra a ditadura. Quem era o diretor da *Folha* era o Cláudio Abramo¹⁰³, cuja origem socialista e grande bagagem jornalística...era um homem extraordinário Cláudio Abramo. E era lá diretor, ficava lá, sem fazer nada, naquele jornal, dando noticiuzinha internacional, louco para aparecer coisa que ele pudesse publicar, então deu o maior apoio possível, a *Folha*. E o *Estado* também publicava, *Diário Popular*, todo mundo. Então, o que aconteceu? Nós entramos no... coisa, já saiu no jornal – *Ação popular contra o Plínio Assmann e contra o prefeito, senhor Setúbal*... O governador, que era o Paulo Egídio¹⁰⁴, ficou como fora disso. Daí um deputado da Assembléia chegou, falou:

¹⁰² Plínio Assmann. Engenheiro.

¹⁰³ Cláudio Abramo (1923 - 1987). Foi jornalista, tendo trabalhado no O Estado de S. Paulo e na Folha de S. Paulo.

¹⁰⁴ Paulo Egydio Martins. É um empresário brasileiro, que também exerceu funções públicas e políticas.

“olha, meu amigo, para passar a... para fazer a desapropriação da Caetano de Campos pelo Metrô, precisa passar pela Assembléia, que é um terreno público, e na Assembléia não passa”. Daí, comício na Assembléia, aí jornal, e para não passar, para não deixar autorizar desapropriar... Então, frente da Assembléia Legislativa, frente do Poder Judiciário, que era a ação popular, daí entrei ainda com mandado de segurança, direto, daí os jornais apoiando loucamente, a opinião pública só se falava desse assunto, Caetano... Porque todo mundo era ligado à Caetano de Campos na época. Em São Paulo, era uma cidade muito menor, havia toda uma história burguesa em torno, toda burguesia paulista tinha alguma relação com a Caetano de Campos, além de ser um monumento arquitetônico da cidade, marco da cidade. Daí então a Assembléia bloqueou. Daí eu... Chegou a ação, o... Isso, num correr de semanas de manifestações, comício, passeata, declarações minhas nos jornais, falando as maiores barbaridades. Eu falava as maiores barbaridades. Uma vez, cheguei e falei: olha aqui, o negócio é o seguinte. Eles querem demolir porque, aqui, eles querem para fazer uma especulação imobiliária. Aqui, por exemplo, aqui, o Edifício Estela é do José Bonifácio Coutinho Nogueira¹⁰⁵. Que era o secretário da Educação. Esse também queria demolir, esse secretário, o José Bonifácio Coutinho Nogueira, queria demolir a escola de qualquer jeito. Um louco. Quer o apoio. Depois, ali do outro lado tem o cine não sei que, que vai coisa. E eles vão fazer ali shopping centers, tal. Dando a impressão que tinha uma corrupção urbana em torno. Não tinha nada. Tudo uma invenção. Mas saía no jornal. Saía no jornal. E eu indagava: será que não tem corrupção? E que tinha fatos que poderiam levar a essa ilação. Então era um movimento fantástico. Daí, o que aconteceu? Daí o juiz de direito... E com isso, o Paulo Egídio também... o Setúbal¹⁰⁶, que era pela demolição, engenheiro, daí ele começou a ser convencido, pelos próprios auxiliares dele, que não devia demolir. Por razões simples. Por exemplo, a mãe dele estudou lá, o pai dele estudou lá, ele estudou lá. Quer dizer, as pessoas ficavam... Aquela tecnocracia da ditadura era uma coisa de uma insensibilidade total, o sujeito não olhava nem sua própria história familiar, história educacional. Imagina, o Paulo Setúbal, dos maiores

¹⁰⁵ José Bonifácio Coutinho Nogueira (1923- 2002) foi advogado, empresário, usineiro, pecuarista e político brasileiro.

¹⁰⁶ Olavo Egídio de Sousa Aranha Setúbal (1923- 2008) foi engenheiro, industrial, banqueiro, e político brasileiro.

romancistas que o Brasil já teve. Daí o... E ele começou a ficar balançado, entendeu? Já não ficou apoiando tanto a demolição. E daí eu entrei com o mandado de segurança, e um juiz me chamou lá. Falou: “olha, vou dar esse mandado de segurança, mas isso aí vai... Você vai em cana, hein”. Isso aí vai... O primeiro mandado de segurança contra a autoridade. Mandado de segurança contra a autoridade, um ato de autoridade da ditadura... Ele não falou isso, mas dava para traduzir. Então vai dar encrenca. Daí chamou o José Bonifácio, esse tal de José Bonifácio Coutinho Nogueira. Uma coisa horrorosa. Daí, o que aconteceu? *(Toca um telefone)* Um momentinho só. Pára aí.

[Interrupção da gravação]

M.C. – Daí eu falei, eu não tenho nada com isso, toca em frente. Toca mesmo. Daí, o juiz era muito prudente e disse o seguinte: “eu vou chamar o tal do José Bonifácio Coutinho Nogueira aqui e dizer que vou dar um mandado de segurança contra ele, secretário”. E daí o advogado foi lá e falou: “não, pelo amor de Deus, não faça isso, porque os jornais estão todos em cima, então não faça e tal” e fizeram um... O Paulo Egídio foi sempre contra a demolição. Mas ficou quieto, como bom político. Daí chegaram para o Paulo Egídio e falaram: teu problema é esse, vai dar uma medida judicial agora contra nós. Isso é uma desmoralização do poder, é um enfraquecimento do poder da ditadura. Não falaram isso, mas a tradução é essa. Então o Judiciário manda parar uma obra da ditadura? Isso não pode. Daí ele falou: “Então, vamos tombar”. Daí ele, inteligentemente, que ele é profundamente inteligente, chegou, falou: “Não. Vamos tombar”. Exatamente o contrário. Daí mandou tombar. E tombou a escola. Em vez de demoli-la, tombou a escola. Aí acabou o assunto. Houve uma grande festa lá na Caetano de Campos, num domingo lá, para comemorar, na frente da escola, e acabou o assunto, o assunto ficou... Acabou não, porque até hoje só se fala nesse assunto lá nos meios da Caetano e tal. É um assunto que nunca deixou de ser chamado a atenção no setor do Patrimônio Histórico, como uma coisa pioneira no Patrimônio Histórico, a defesa do patrimônio histórico por iniciativa da própria população. Interessante. Eu não tinha ligação nenhuma com nada de patrimônio histórico, na época.

B.A. – E o senhor esse episódio foi importante para o senhor seguir essa carreira, depois, como presidente do Condephaat? Enfim, teve um desencadeamento aí?

M.C. – É. Daí a... O caso é o seguinte. As pessoas... Vocês que são jovens é interessante ver isso. Você paga ou você colhe tudo que você fez durante a vida, independentemente da época. Ninguém esquece nada. Pode ficar amortecido, ficar anos, décadas sem ninguém lembrar; mas aí... tac! – vai lá você... Vocês estão fazendo isso comigo agora. Então o que acontece? Isso foi em 75. Em 83, o Montoro¹⁰⁷ tomou posse da governança de São Paulo. Daí ele falou: “bom, vou pegar esse camarada para defender o patrimônio histórico”. Ele era maníaco de patrimônio histórico. Ele defendia loucamente o patrimônio histórico. Ele era um homem altamente qualificado, refinado, requintado. Então ele chegou, falou: “chama o doido aí do Carvalhosa para ser presidente da Condephaat”, por causa da Caetano de Campos, da qual ele havia sido aluno. Certo? Então, ele tinha sido aluno...Porque todos os grandes intelectuais, políticos, banqueiros da época tinham sido alunos da Caetano de Campos, dentro daquela coisa que eu falei para vocês, de que a escola pública era a elite da elite, no plano intelectual. Não no plano econômico. Então toda essa elite, que àquela época tinha quarenta e tantos anos, cinqüenta e tantos anos, todos tinham estudado lá. Então ele lembrou da Caetano, falou: “chama, chame o Carvalhosa aí. Vai ser o presidente. Porque esse assunto me interessa muito”. Daí chamou. Oito anos depois. Quer dizer, eu nunca tive nenhuma atividade, depois, de patrimônio histórico; institucional, pelo menos, não tive nenhuma. Então é isso aí.

R.M. – E o que o senhor destacaria da sua gestão no Condephaat como coisas importantes?

M.C. – Eu destacaria primeiro o apoio enorme do próprio Montoro. Quer dizer, Montoro era um homem muito especial, que infelizmente teve só quatro anos de mandato. Não dá para ser quatro anos de mandato. É uma coisa...muito pouca. E ele tinha uma grande preocupação com o patrimônio histórico e natural. Ele era um pioneiro desse movimento ecológico. Ele queria muito a preservação das áreas naturais e a preservação do patrimônio histórico do estado de São Paulo. Daí o que é que ele fez? Ele disse: “Olha, você vai ser presidente aqui do Condephaat...” A ponto... Condephaat é uma coisa de quinto escalão, sei lá, no governo. Não tem a menor importância esse Condephaat. É um departamento da Secretaria da Cultura. Ele foi à minha posse. Já

¹⁰⁷ André Franco Montoro (1916 - 1999). Foi governador de São Paulo.

imaginou? Governador do estado, primeiro governador depois da ditadura, vai a posse de um coitado, vai lá, presidente do Condephaat. Imagina a importância que ele dava a essa matéria, não é? Então, com o apoio de um homem daquele, com o prestígio que ele tinha, com a força que ele tinha, eu fiz um trabalho lá muito bom, eu acho. Quer dizer, realmente, nós procuramos então criar novos padrões. São três padrões diferentes de preservação. O primeiro padrão é a... vamos dizer assim, o tombamento de áreas, preservação histórico-urbanístico vegetal, todos os elementos prontos, de áreas na cidade de São Paulo. Para ser uma coisa típica. Então preservação de áreas urbanas, preservando o sistema viário, preservando o gabarito e preservando a cobertura vegetal e a área construída. Aí você tinha a manutenção de uma coisa. Depois, o outro objetivo era de... este, absolutamente alucinado, telúrico, wagneriano, que era de tomar áreas vegetais, áreas naturais imensas. Então nós resolvemos tomar a serra do Mar inteira. Então, tomar a serra do Mar inteira, era a maior loucura que se podia imaginar. Eu não teria feito isso sozinho, se não tivesse o apoio do Montoro. Montoro era total apoio. Então o que acontece? Nós fomos lá e... E a terceira coisa era tombamentos pontuais com aproveitamento de áreas ociosas, dentro da área do tombamento, para construção de edifícios que pudessem manter aquilo. Então fizemos o piloto na própria Casa das Rosas, também. Tinha uma área ociosa lá no fundo, deixamos que fizessem a construção, contanto que os incorporadores mantivessem, restaurassem a casa e mantivessem a casa para uso público. Uso público quer dizer banco, loja, ou, o que acabou sendo, um museu muito importante. Mas ...então eram essas três coisas: a modernidade do tombamento com a inclusão de coisas modernas nas áreas tombadas, para preservação, senão cai tudo, rui; a questão de tombamento de grandes áreas urbanas e áreas tipicamente de sistemas, que era a questão da serra do Mar. E tocamos, fizemos. Fizemos o tombamento do Jardim Paulista, Jardim América, Jardim Europa, Jardim Paulistano, e que era uma área imensa, conectada com o próprio parque Ibirapuera; que aí você tinha uma cobertura vegetal que ia desde o parque Ibirapuera até ali a avenida Rebouças. Depois a serra do Mar, já foi uma coisa mais dolorosa, porque os técnicos, os grandes geógrafos, o Aziz Ab'Saber¹⁰⁸, que era membro do conselho na época... O conselho era só de gente do maior padrão que se pode imaginar. E o Aziz Ab'Saber, ele era um homem prudente e achava que não devia tomar tudo, devia

¹⁰⁸ Aziz Nacib Ab'Saber (1924 – 2012). Foi geógrafo e professor universitário brasileiro.

tombar áreas, manchas importantes. Daí eu, como era doido, cheguei, falei: olha, vamos tombar é tudo, não é? Daí tivemos... Eu fiz a dobradinha com o Pedro de Oliveira Costa. Oliveira Costa. Como era o nome dele? Não era Pedro, não. Oliveira Costa. Como é que chama? Era do Condephaat, era um conselheiro. Também, um homem de grande coragem. Como é que era o nome dele?

B.A. – Pode deixar, que a gente recupera depois.

M.C. – É. Oliveira Costa então me apoiou, nós dois fomos para o conselho e conseguimos tombar. E o Montoro por trás, absolutamente, apoiando a loucura de tombar a serra do Mar inteira. Havia um fator...

R.M. – José Pedro de Oliveira¹⁰⁹.

M.C. – José Pedro de Oliveira. Foi ele que apoiou. E foi o grande formador técnico dessa idéia. Porque o Aziz, o Aziz era mais prudente. O Aziz era o homem mais respeitável lá de dentro, o Aziz era mais prudente. O José Pedro, doido, foi lá e fundamentou o voto dele. E bota, isso mesmo. E daí então, essa dobradinha, o José Pedro e eu conseguimos tombar. O tombamento tinha outra razão muito forte a favor, que era a situação caótica de Cubatão. Cubatão na época, você não pode nem imaginar o que era Cubatão. Cubatão era uma usina de morte. Ela emanava gases de morte da natureza, das águas, das pessoas. Cubatão era um horror, um inferno, efetivamente um inferno, e estava lá em plena atividade, sem nenhuma precaução, que hoje tem. Cubatão, hoje, é um lugar superprotegido ecologicamente e tudo. Mas na época era um horror. Então isso também ajudava, porque a serra do Mar era um pretexto de salvação da serra do Mar, para Cubatão. Daí o que é que se fez? Tombou-se tudo, criou-se uma área de preservação. Para não haver expansão dela, começou-se a fazer o reflorestamento, através de aviões, helicópteros, jogando semente, jogando semente... Quer dizer, uma série de atividades também muito grandes. Daí surgiu, inclusive, o SOS Mata Atlântica. Foi dessa idéia de que você tendo a cobertura da serra do Mar, jurídica, você poderia estender à Mata Atlântica, toda a proteção à Mata Atlântica, que acabou sendo... hoje é

¹⁰⁹ José Pedro de Oliveira. É professor da Universidade de São Paulo, Assessor da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Membro de Comissão do União Internacional Para a Conservação da Natureza, Sócio do Fundação Sos Pró Mata Atlântica.

um elemento da biosfera e reconhecido pela Unesco, inclusive. Então houve uma expansão de proteção da própria Mata Atlântica, do seu remanescente, por fruto desse trabalho, não é? E era muito compensatório, porque... Havia grandes solenidades. Quando tombamos, o Condephaat tombou os bairros, houve uma festa imensa lá no Museu da Casa Brasileira. Compareceu o Montoro, discurso... E quando houve o tombamento da serra do Mar, houve um... lá em cima, na serra do Mar, onde os ingleses tinham as casas deles, na serra da Light, houve uma festa, também, *fantástica*, uma coisa extraordinária. Todo mundo foi para lá e tal. Uma verdadeira euforia, na época, não é? Sempre presidida pelo próprio Montoro. Então foram movimentos de grande importância inclusive, porque o tombamento de bairros continuou, no interior, há um movimento de tombamento maior, hoje em dia, por causa disso, e também a capacidade de tombamento de áreas vegetais importantes no país, não é? Então eu acho que foi um trabalho muito interessante. E é chamado o Condephaat dos anos 80. Há uma grande história em torno disso, porque nunca mais ele chegou a ser isso. Nunca mais aconteceu nada de maluco dentro do Condephaat. Só a essa época mesmo.

B.A. – E o senhor acha que isso se deve justamente ao apoio do Montoro.

M.C. – Ah, é. Completamente. O apoio...O Montoro, primeiro, escolheu uma pessoa que nem eu, que sabe que ia aceitar a parada. Depois ele era o homem que dava um apoio total. Ele queria, ele fazia, ele mandava. Então, quem é que ia se opor ao Montoro, quer dizer, numa causa nobre dessa? De jeito nenhum. Então foi... Agora é claro que tinha oposição, gravíssima, que era a oposição do Jânio Quadros. Jânio Quadros era o prefeito, era contra o tombamento, completamente. E contra o tombamento dos Jardins, tombamento de tudo. Então era...não era que havia só o bem, não. Havia o mal junto também. Havia a figura, vamos dizer assim, da virtude e a figura da maldade, que o Jânio era um homem terrível. Bom. Fale.

B.A. – Bom, agora a gente vai falar sobre a carreira acadêmica do senhor. A gente conversou, na primeira entrevista, sobre o concurso para doutorado, a tese, depois a livre docência. Eu gostaria de saber agora como se deu a sua entrada como docente na São Francisco e como o senhor iniciou sua carreira acadêmica.

M.C. – Bom. Eu entrei na São Francisco como... É muito interessante. Vocês que têm carreira universitária, o doutor, no meu tempo, doutor nos anos 60, começo dos anos 60, na USP, era... um doutor, era um grau muito insignificante, não tinha a menor importância. Ele não era, hoje, o doutor em direito, doutor em física, doutor em química. Hoje é um homem de plena atividade acadêmica. Naquele tempo, o doutor era um coitado, era um assistente, geralmente. Não era auxiliar de ensino, porque auxiliar de ensino não tinha título. Mas ele conseguia ser chamado para ser assistente de quem? De um catedrático, que os catedráticos é que mandavam. Então a minha... uma vez que eu me doutorei, eu fui nomeado assistente do Filomeno Costa, em duas faculdades, na Faculdade de Direito e na Mackenzie; que ele dava aula na Mackenzie também, e eu fui assistente dele durante quatro anos. E o Filomeno Costa era o grande catedrático de direito comercial da Faculdade, e eu ficava ali, aprendendo com ele, dava uma aula por semana, não dava palpite nenhum, não abria a boca e ficava ali. Naturalmente isso foi interrompido, esses quatro anos foram interrompidos pelo pós-doutoramento que eu fiz na Europa, não é? Mas... Os quatro anos incluem essa época de pós-doutoramento. Mas vamos dizer, eram quatro anos de nomeação de assistente do catedrático. Menor, menor importância. Era absolutamente desconsiderado um doutor-Interessante, hoje é tão diferente- na hierarquia universitária, sobretudo na Faculdade de Direito. Não era nem livre docente. O camarada era um coitadinho, era um doutorzinho, não era nada. Bom. Então daí, como eu voltei com a tese aprovada na Itália... ou o trabalho aprovado, eu transformei numa tese. E era professor da Faculdade a essa altura. Em 72, já era... Em 71, eu já fiz o concurso... Não, não. Aí é diferente. Mas em 71 eu já fiz o concurso para professor. Porque na Faculdade de Direito, eu acho que na USP inteira, você tem o *tenior*. O *tenior* é você ser admitido como professor, é aprovado como professor, no plano didático e científico, independentemente do título que você tem. Para você ter o seu *tenior*, você tem que ter o título de doutor, mas, não basta, você tem que fazer o concurso para professor. Em 71, eu fiz o concurso para professor, passei. Daí entrou também o professor pleno, para dar aulas plenas, na Faculdade. Quer dizer, aulas, seguir curso, seguir turmas, apresentar programas, e plena autonomia no trabalho pedagógico, dentro da Faculdade de Direito, em 71.

R.M. – O senhor se lembra do concurso, da banca?

M.C. – Do quê?

R.M. – Desse concurso de 71.

M.C. – Não, não me lembro. Era uma coisa simples.

R.M. – Não marcou especialmente.

M.C. – Não. Era uma coisa simples. Era uma coisa interna. Era muito duro, porque precisava de... como é que chama? Tinha que... o professor tirar o ponto... Estudar pra burro. Era terrível. Mas não tinha importância, pompa nenhuma. Era uma coisa interna. Daí o que aconteceu? Daí eu fiquei, a partir de 71, professor pleno, por ser concursado como professor, da USP. E em 72 eu resolvi apresentar a tese, a tese de... essa tese aqui, que nós estávamos falando, de direito econômico. E apresentei. E fiz o chamado concurso de livre docente, que não é um concurso, porque aquilo você passa... ou você passa ou não passa, não tem... Concurso é quando você concorre com outro. Da livre docência, você não concorre com ninguém, então... Você passa ou não passa. Foi um concurso muito difícil, porque aí era uma tese nova, um assunto absolutamente diferente, precisavam arranjar uma banca que pudesse aceitar estudar um assunto que ninguém conhecia, e foi feito então assim. A banca, eu não me lembro muito bem. Eu sei que o presidente era o Cesarino Júnior, o professor mais exigente da Faculdade de Direito e mais respeitado e mais capaz. Todas as qualidades possíveis. Só que era extremamente exigente e dava...reprovava mesmo. Agora... Depois o outro era o Oscar Dias Correia¹¹⁰, que era um professor do Rio de Janeiro, da faculdade, depois foi ministro do Supremo Tribunal, ministro da Justiça, era um homem muito solícito, uma figura maravilhosa. Depois tinha...quem mais? Tinha o Oscar, tinha... Eu não me lembro. Eu precisava lembrar isso. Eu não tenho... Eram cinco professores. Não me lembro mais os demais. Eu sei que foi uma prova difícil, porque era uma prova de uma semana... Hoje em dia ainda, a livre docência na USP, é uma prova difícilíssima, porque você tem prova prática, prova oral, prova didática, prova técnica, (como chama?) aula solene, defesa da tese, tal. Foi tudo bem. Daí passei também. Passei. E daí me tornei

¹¹⁰ Oscar Dias Corrêa (1921 -2005) foi um político e jurista.

então um professor pleno, que eu já era, na qualidade, na hierárquica de livre docente. Em 72 isso. Foi assim.

R.M. – A gente tem que parar para trocar a fita.

[Interrupção da gravação]

B.A. – Professor, estávamos falando da sua entrada como professor na São Francisco em 1971. Como foi a sua carreira acadêmica?

M.C. – Não. Eu entrei na São Francisco antes, como assistente, era antes de 71. Eu entrei logo, quer dizer, quando eu me doutorei já entrei lá, como assistente, era assistente lá, informal. É evidente que nem ganhava nada. Mas como professor, entrei, em 71, como professor de carreira, como funcionário público. Mas fale.

B.A. – Justamente, eu gostaria de saber como foi... o senhor era como professor, a didática em sala de aula, relação com os alunos.

M.C. – Bom. Meu pai era professor. E meu pai era um professor que era um educador. Todos os alunos dele que diziam que ele era um educador. Então ele dava aula, mas também dava conselhos, discutia com os alunos coisas de vida e tal. Ele era uma pessoa muito suave e muito querida. Minha mãe também era professora, de modo que eu tinha um ambiente de professores na minha vida, como os amigos dos meus pais, não é? Do interior, aqui em São Paulo, além dos parentes. Então eu tive uma formação muito ligada a essa idéia do educador, do homem que vai além da materiazinha. Depois eu tinha muita...um certo ressentimento do meu tempo de estudante, em que os professores eram ausentes dos alunos no sentido...distantes, eram soberbos, como eu sempre falo, eles eram superiores, e os alunos eram uns ignorantes que não valiam nada. Então aquele distanciamento, que mostrava exatamente uma grande preguiça em preparar as aulas e se dedicar aos alunos e ensinar e educar. Então havia uma série de modelos, positivos e negativos, para eu fazer a minha docência, para exercer a minha docência. E eu acho que, com essa idéia, eu me dediquei muito aos alunos. Eu era muito exigente com os alunos. Aí também era uma escola de exigência, que eu sempre tive no meu curso secundário, um modelo muito grande desse grande professor Filomeno

Costa, de quem eu fui assistente, que era um homem exigentíssimo. E esse então foi um modelo muito grande para mim, pelo seguinte. Porque apesar dele ser um homem muito importante, um grande advogado, combativo, uma grande figura na época, no mundo jurídico brasileiro, ele nunca faltava a aula. Nunca faltou uma aula. Eu fui assistente dele quatro anos, no tempo que eu ia acompanhá-lo, nunca faltou a uma aula. E ele dava praticamente todo o programa; não digo todo, mas uns setenta por cento do programa ele dava, conseguia. E exigia muito. Exigia e dava nota baixa, e o pessoal tinha que estudar, senão era reprovado. De modo que era a velha escola, que eu adorava, que é a escola onde eu estudei, eu adorava essa escola. Então o que eu aproveitei do modelo do Filomeno Costa, do Filó? De realmente não faltar, me dedicar profundamente aos alunos, que ele se dedicava, mas ser um pouco menos distante do que o Filomeno. O Filomeno era um homem...era um catedrático, não dava nem um...nem cumprimentava os alunos, embora fosse um homem muito educado; mas ele tinha um distanciamento assim muito grande. Então eu fui muito exigente, muito dedicado e muito atencioso aos alunos. Achava que os alunos deviam ser valorizados. E também, com isso, eu aprendi muito, outros modelos, porque a nossa vida é só uma vida de modelo. Esse modelo eu aprendi em Estrasburgo. Quando eu fui estudar em Estrasburgo, então, eu também tinha lá um professor alemão, que era professor de... não sei se era de... de Freiburg. Ele vinha todo dia, pegava o carro em Freiburg, ia lá duas vezes por semana, dar a aula em Estrasburgo. Daí ele, os alunos perguntavam para ele... As aulas eram interessantíssimas. E faziam perguntas para ele. E ele começava...ele fazia uma cara assim, daí falava: “vous avez raison, monsieur, vous avez raison”. O sujeito estava perguntando, não estava nem perguntando se tinha razão ou não mas... “vous avez raison”, daí os alunos já... já ficava sossegado, que não estava falando uma bobagem, uma coisa. E daí ele respondia, etc.. Então a...aquela coisa de valorizar o aluno. Isso também me marcou, um modelo que me marcou muito. E eu usava dentro da faculdade, fazia perguntas, fazia questionamentos; quer dizer, eu perguntava as coisas: mas será que o direito comercial, realmente, deve estar...ser exercido num código junto com o civil? Fazia perguntas. Será que, realmente, a letra de câmbio é uma coisa cuja autonomia não pode ser contestada? Então fazia questões, entendeu? E depois eu fazia também uma coisa muito interessante, que eu não sei de onde vinha isso, que eu preparava as aulas também... Ah, eu sei de onde vem. Que eu tinha horror de professores que não preparavam as aulas, iam fazer hora dentro da classe, no tempo que

eu era estudante da faculdade. Tinha horror a esses caras, esses professores que iam lá fazer hora, entendeu? Desprezo total. Falavam só bobagem. E daí o antimodelo. Daí eu preparava a aula inteiramente, fazia o organograma da aula, os itens da aula, passava... Parece que eu estou fazendo propaganda de mim mesmo. Mas é bom saber. Daí passava no mimeógrafo, mimeógrafo a álcool, tinha lá um pessoal que trabalhava comigo lá no escritório... Aquele cheiro. Você ficava no porre. Logo depois que passava, meia hora depois, você estava saindo no porre, todo mundo no porre. Então e tal, mimeógrafo a álcool. Daí chegava na aula, distribuía todo o plano de aula para todos os alunos. Cada um recebia um negócio daquele de álcool na mão. E daí ainda tinham os voluntários, que iam lá na lousa, no intervalo de quinze minutos, e passavam o plano de aula, na aula. Então era uma coisa de dedicação total. Por outro lado, eu era muito alegre, sempre fui uma pessoa muito alegre, nunca fui uma pessoa coisa e nunca sofri de soberba, que é um defeito gravíssimo. E daí então, eu era muito simpático, falava, conversava, entendeu?... Aprendi aí o modelo do Ataliba Nogueira, que era outro professor arqui-conservador, arqui-católico, arqui-patronovista, e que era de uma simpatia total. Também, outro modelo que eu seguia na faculdade. Então, aquela simpatia com os alunos e aquela coisa... Então, eu era simpático, fazia umas aulas bastantes irônicas sob ponto de vista de tudo, sob o ponto de vista da política, todo mundo sabia minha posição, e era também uma pessoa moderna, porque eu tirava o paletó. Quer dizer, o primeiro professor daquela escola lá que tirava o paletó. Os alunos ainda usavam gravata e terno, tudo. Chegava lá, tirava o paletó, dava aula sem paletó. Daí um catedrático uma vez foi lá, o Paulo José da Costa, com várias pessoas, e bateu na porta – pa-pa-pá. Eu: “O que foi?” – “Ah, eu quero saber, constatar se é verdade a denúncia que eu recebi, que você dá aula sem paletó na Faculdade de Direito!”. Eu...e daí? Daí a... Era uma coisa muito interessante o reacionarismo formal pequeno burguês. Daí então eu dava aula sem paletó, conversava e fazia ironias com a política e tal, todo mundo percebia que eram mensagens políticas claras sobre a...crítica à ditadura militar, etc. e tal, e os alunos gostavam. E por outro lado eu tinha um... também, esse exemplo que eu falei inicialmente, de ser rigorosíssimo. Para ser rigoroso, eu fazia uma coisa, também, que tinha ódio dos professores que davam qualquer nota. Então, por exemplo, havia um professor de direito administrativo que... caiu num exame, no tempo que eu era aluno... o exame, uma matéria de direito administrativo que eu tinha estudado muito no escritório onde eu trabalhava, que era o Patti, eu fui lá, fiz uma prova brilhante, ele deu

três, deu cinco. Que ele não leu. Os professores tinham mania de dizer que não liam prova, que era um horror corrigir prova. Horror corrigir prova! Horror! Entendeu? Então eu corrigia todas as provas que chegavam para mim. Corrigia sistematicamente tudo. Então...e fazia aquela coisa do velho Filomeno e dos meus professores de escola secundária: nota baixa. Quem sabe sabe, quem não sabe não sabe. Fez prova ruim? Um. Fez uma prova que não vale nada? Zero. Três, quatro, cinco. E muito rigoroso nas notas. Mesmo porque não dava nota dez não. Acho que nota dez, não dava para ninguém. Também...Não sei se era um pouco de exagero meu. Mas eu percebia que eu era considerado um professor muito rigoroso. Tanto assim que eu era chamado de “Ferralhosa”. Era “o Ferralhosa vai dar aula hoje”. Ferrava todo mundo. Era porque eu era muito exigente. Por outro lado, no exame, eu fazia cinco turmas, turma a, b, c, d e e. Então a aqui, b aqui c aqui e d aqui. Então não podia colar um do outro. Naquele tempo, não tinha blackberry para você colar, nem i-phone naquele tempo, você tinha de conversar com outro e ficar de olho. Então eles sabiam que era o rigor de alguém que realmente se dedicava e exigia, entendeu? E com muito bom humor. Com muito bom humor. Também aprendi, outro modelo, que era tipo do Cesarino Júnior, um professor rigorosíssimo, dedicadíssimo; tinha o departamento, no tempo do catedrático, já ele já tinha departamento, no tempo em que os catedráticos tinham departamento, tinha quatro, cinco salas lá, para os alunos fazerem estágio, e simpaticíssimo, as aulas interessantes, e pauleira nos alunos, nota baixa. Quer dizer, é a coisa mais perfeita que pode ter um professor e tal. E daí um dia, um aluno veio falar comigo. Porque eles eram...de certa maneira, eram muito ligados a mim. E, “Como é que o senhor...” alguns me chamavam de você até, que era uma novidade, uns chamavam de você, outros chamavam de senhor. “Como é que você me deu três na minha prova?! Fiz uma prova...” Fazendo um teatro. Eu disse: “Porque provavelmente você não fez a prova boa.” – “É isso mesmo. Eu fiz uma prova que merecia três mesmo.” Daí eu comecei a... anos depois, eu saquei o que é a razão do meu sucesso como professor, que eram exatamente esses elementos, todos vindos dos modelos e antimodelos da minha vida acadêmica, de criança, de adolescente; e daí eu percebi, depois de anos, a razão por que eles me faziam paraninfo, a razão por que um “ferralhosa” era paraninfo das turmas. Porque eu prestava atenção neles e dava atenção a eles, os tratava como gente e ao mesmo tempo exigia deles. Está certo? Então... Um professor que vai corrigir minha prova, que eu fiz uma má prova, ele dá três, esse aí então, ele corrigiu a minha prova.

Então havia uma ligação entre um professor dedicado e que presta atenção no aluno... A questão também, faziam perguntas na aula, eu... “vous avez raison”, eu falava, “você tem razão”... não falava assim mas falava “interessante essa questão, boa, boa, é interessante”, daí já todo mundo fazia pergunta. E a aula... tipo Cesarino Júnior, era assim, exatamente, o Cesarino Júnior. Daí o que acontece? Eu fui muito bem aceito pelos alunos, sempre, cada vez mais aceito, e eu acho que isto foi... uma coisa que eu descobri depois de sair da faculdade, muitos anos depois, que era essa a razão. Quer dizer, dava atenção. É como um pai que dá atenção ao filho. Atenção ao filho quer dizer amor ao filho, que eu tinha pelos meus alunos, muito grande, e também exigência dos filhos, exigência de tarefas, de trabalhos, tal, exigência, cobrança. E é o que eles queriam, soltos ali naqueles professores. Eu me lembro, na Faculdade de Direito, tinha uma dinâmica de grupo, de manhã, e eu dava aula bem cedo, oito horas, então, chegava lá, tinha aqueles professores assim, alguns mais velhos, outros mais ou menos da minha idade, então ficavam naquela mesa dos professores, (isso é muito interessante) e daí ficavam falando o seguinte: “é, você veja, esses jovens de hoje são analfabetos”, o cara: “como analfabetos? Muito mais que analfabetos” – o outro lá: “muito mais que analfabetos. Outro dia, eu estava na aula, o sujeito falou uma coisa...” nós isse, nós sesse” – o outro: “pois é. E numa correção de prova, todo o português errado. Eles não sabem mais português” – “Ah...Pois é, a ignorância é total. E são vagabundos...” e são isso, são aquilo. Então a dinâmica de grupo, de manhã, assim uns quinze minutos de dinâmica de grupo, todos saíam felizes e aliviados, que nenhum tinha preparado aula nenhuma, entendeu? Nenhum tinha se dedicado coisa nenhuma, e iam falar com os ignorantes daqueles alunos, como se a mocidade de hoje, quer dizer, daquela minha época, e muito mais de hoje, fosse mais ignorante que a outra, a mocidade anterior. Quer dizer, a mocidade só foi progredindo. Você vê, hoje, o preparo profissional dos jovens é muito maior do que no meu tempo. Certo? Então eles faziam aquela dinâmica para não ter nenhuma responsabilidade pela absoluta aula vagabunda que eles davam. Eu ficava louco da vida com isso. Não falava nada mas... um absurdo, quer dizer, a falta de dedicação ao que fazem, falta de amor ao que faziam. Como é possível? Eu descobri o óbvio, que, na faculdade, era uma forma freudiana de exercício da hierarquia; então, o sujeito entrava lá como doutor, depois livre docente e depois – ah! máximo: ser professor catedrático da faculdade. Então ali, ele tinha todas as badalações e tinha...botava aquelas roupas talares e tinha aquelas solenidades e era respeitado, porque

ele era o general, entendeu? E os outros eram coronéis e capitães. Então, aquela coisa do título. Quer dizer, eles queriam o título. E queriam o poder correspondente ao título, internamente, e o título também para fora, terem um pouco de...fazer pareceres, ser representante, fazer viagem no exterior em outras universidades. Entendeu? Ter as galas da hierarquia, e não ter nenhum compromisso pedagógico, nenhum compromisso científico. Eu não estou generalizando, não. Tinha professores maravilhosos no meu tempo também. Enquanto eu dava aula lá, tinha gente muito dedicada também. Eu estava falando do Dalmo. Quer homem mais dedicado que o Dalmo? Se você fizer uma lista de professores no meu tempo você vai ver que tinha professores excelentes também. Mas tinha essa turminha, essa turminha que não queria nem saber. Então é muito interessante essa minha experiência na Faculdade de Direito. Foi uma coisa muito boa. Eu gostei muito.

R.M. – É usual que as pessoas fiquem na Faculdade de Direito até se aposentar pela compulsória. O senhor, pelo que nós pesquisamos, pediu exoneração em 1985, o senhor tinha, portanto, cinqüenta e poucos anos de idade. O que o levou a pedir a exoneração prematuramente?

M.C. – O que levou a pedir essa exoneração foi o seguinte. Eu era muito querido pelos alunos, os alunos me elegiam paraninfo, entendeu? E eu era livre docente, “como é que elegem um paraninfo um livre docente?”. Daí o Goffredo me apoiava, ia lá nas formaturas. Goffredo era um grande amigo meu. Era uma pessoa maravilhosa. E tal... Tinha outros também que apoiavam. Mas os outros ficavam com ódio. “Como é que um mero livre docente...” Eu fui um paraninfo do sesquicentenário da Faculdade de Direito. Então era uma coisa assim... E tal. E ficavam furiosos porque os alunos *adoravam* as minhas aulas, gostavam muito de mim e ainda me botavam como paraninfo. Daí o que acontece? Nem sempre, mas muitas vezes. Daí o que acontece? Daí teve um concurso lá, onde tinha quatro candidatos. E eu percebi logo... Eu fiz uma tese sobre acordo de acionistas, na época, e percebi que se eu tinha o apoio da faculdade inteira e apoio do Goffredo e apoio de todo mundo lá dentro, eu tinha a turminha que ia acabar comigo lá dentro do concurso. Eu percebi logo.

R.M. – Desculpe, esse concurso era para titular de direito comercial?

M.C. – É, para titular. Direito comercial. E daí o que aconteceu? Os candidatos eram todos ótimos. Ali, não havia nenhum melhor que o outro, não. Era o (Leans¹¹¹), que era um jurista de maior categoria de conhecimento jurídico, tinha o Bulgarelli, que também era um estudioso, um pesquisador extraordinário, tinha o Nelson Abrão¹¹², que tinha obras publicadas da maior importância, e eu. Portanto, não era questão de quem era melhor ou menor. Não houve nenhuma injustiça nisso, naquilo. Mas eles falaram: puxa vida, como é que nós vamos acabar com esse camarada? Quer dizer, todos são bons. Se algum ganhar aqui dentro, o outro vai achar ruim, entendeu? Porque... ganhou por uma questão de poucos... com pouca diferença. E o outro tem que conformar. Mesmo porque tem concurso. Depois de um ano, tinha outro concurso, que o Mauro Brandão Lopes¹¹³ ia se aposentar. Então... ia ser um passeio geral. Todo mundo apresenta a tese, faz o coisa e quem passou, passou. Não havia nenhuma possibilidade de me ferrar, (já que era o “Ferralhosa”) de me ferrar no concurso, porque eu não ia me opor a outro ganhar e nem os outros se opor a não ganhar. Ali devia ser por sorteio, inclusive, não tinha nenhum melhor que o outro ali. Daí, o que acontece? Eles falaram: bom, então vamos fazer o seguinte: vamos dar uma nota de reprovação para ele, daí acaba com ele. Então, daí eles fizeram essa conspiração, a banca presidida pelo Fábio Konder Comparato, que era meu inimigo mortal, tinha ódio de mim. Daí o Fábio Konder Comparato conseguiu lá um sujeito, Lamartine¹¹⁴, que era um sujeito desequilibrado, e foi lá e conseguiu dele dizer que eu era péssimo, que não sei que e tal, que, na faculdade, era uma figura meio nefasta, precisa dar um jeito nele. Daí eu... Consegui. Porque ele não tinha coragem de fazer isso, o próprio Fábio, mas conseguiu que o Lamartine fizesse. Daí o Lamartine deu uma nota de reprovação para mim. Como ele ia dar nota para todo mundo, o que é que ia acontecer? Como é que ia me tirar da faculdade? Dando uma nota de reprovação. Então, o que eles fizeram? Deram nota para todo mundo e deram *uma* nota de reprovação. Não é que deram... Não fui reprovado no

¹¹¹ Nome sujeito à conferência.

¹¹² Nome sujeito à conferência.

¹¹³ Mauro Brandão Lopes (1916-1993). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹¹⁴ Nome sujeito à conferência.

concurso. No concurso, eu ganhei oito e não sei quanto, os outros ganharam oito, mais um pouquinho, oito não sei quê, ou menos ou mais. Então o conjunto não é de reprovação. Mas uma nota de reprovação. Em direito civil. O concurso de direito civil, nota de reprovação. Deu 6,5. E o mínimo que se poderia dar era sete.

B.A. – Isso, na prova escrita.

M.C. – Não, não. Na prova oral. Na prova oral. Na defesa de tese. Daí o que que aconteceu? Minha honra acadêmica acabou. Quer dizer, tinha que defender minha honra acadêmica. Como é que um professor... Eles sabiam que ia acontecer isso e devem ter adorado, não é? Sabiam que é a única maneira de um professor do meu gabarito... ter uma nota de reprovação, como é que eu ia entrar em aula, entendeu? Para dar aula para aluno, tendo tido uma nota de reprovação? Não pode. Quer dizer, existe uma honra acadêmica, uma honra acadêmica, você tem que... Eu não sou o Demóstenes. Quer dizer, aqui, a questão, você tem que...ou fica com a sua honra ou fica com a sua desonra. Daí eu resolvi ficar com a minha honra. O concurso acabou no sábado e, segunda-feira, eu pedi minha exoneração. Daí foi um deus nos acuda, o Goffredo fez um movimento na faculdade inteira, foram todos para o pátio, pedir pelo amor de Deus para não fazer isso e tal, e exigiram, e o Goffredo fez um discurso, dizendo que não podia... Porque ele tinha comigo um esteio muito grande de apoio na luta política da faculdade. Teve sempre. E ele tinha de perder um elemento lá. Daí... E os outros, o maquinador disso fugiu lá, nunca mais apareceu para tratar do assunto. Daí o que aconteceu, daí eu fui lá pedir minha exoneração. Os alunos não se conformaram. E o diretor... A exoneração era em caráter irrevogável e irretroatável. Daí ele fez um despacho... Era o Xandoca¹¹⁵, filho do Alexandre Correia, que era diretor. Um homem boníssimo. Daí ele chegou e fez um despacho no meu pedido, de uma página inteira ou duas páginas, sei lá, dizendo que eu era um professor isso, professor maravilhoso, militou e coisa, que a faculdade devia a mim isso e aquilo, coisa e tal, papapá. Um verdadeiro... sabe? Um panegírico. E que ele, então, indeferia o pedido. Daí é que houve o movimento dos alunos lá no pátio. Daí o Goffredo foi, pegou, fez um movimento no pátio. Está indeferido. Está indeferido! Não vai sair, não, porque está indeferido o seu pedido, está indeferido, você não vai poder sair daqui. Indeferiram o seu pedido. Daí falei: bom, pode deixar. Daí fui lá,

¹¹⁵ Nome sujeito à verificação.

entrei com um mandado de segurança. [risos] Para entrar com o mandado de segurança, foi a coisa mais difícil que você pode imaginar. Porque eu fiquei acho que três ou quatro dias procurando advogado para entrar com o mandado de segurança. Nenhum aceitou. De jeito nenhum, não aceito, não vou, não peço, entendeu? E os colegas, os companheiros lá, que fizeram concurso comigo, iam lá em casa pedir – pelo amor de Deus, o que é isso? Você está doido. Que eram colegas queridíssimos, os três outros, não é? Não tinham nada a ver com esse problema, não tinham nada a ver com isso. E daí então o Walter Ceneviva¹¹⁶, eu pedi para ele, o Walter Ceneviva era um homem muito...sabe? Ele tinha um senso de justiça... e tem, porque é vivo. Não pode perguntar a idade dele, porque ele não conta. Mas o Walter Ceneviva foi lá e aceitou. Daí chegou e entrou com o mandado de segurança. E o juiz, também num despacho, lamentando, concedeu o mandado de segurança, não teve jeito.

R.M. – Havia sido seu aluno o juiz? Não?

M.C. – Não sei. Acho que não. Mas é um caso terrível, não é. Então a honra acadêmica é coisa muito importante. Você não ter honra acadêmica, não pode, você tem que ter, não é? Como é que você vai dar aula tendo essa nota de reprovação, para o aluno, como é que você pode? Não tem autoridade nem moral nem científica para dar aula, entendeu? Eles sabiam que isso era fatal. Eles me conheciam. Então, a maneira de excluir da faculdade foi essa, fatal. Devem estar contentes, até hoje, (não sei se já esqueceram) de terem feito isso, não é? E assim eu parei, abruptamente, eu fiz uma ruptura na minha vida, abrupta, da coisa que eu mais adorava na vida, que era ser professor. Eu nasci no meio de professores, convivia no meio de professores, desde cedo, fui tentar a minha carreira de professor lá na escola e daí... de me dedicar loucamente a esse negócio de ser professor, dar aula, fazer, escrever livro, não sei quê... A essa altura, já tinha ido para a Filadélfia, tinha um relacionamento internacional muito grande, só entre professores. Daí, de um dia para o outro, a casa ruiu. Que coisa interessante. Então, você imaginou a adaptação de uma pessoa que tinha aquela dedicação, aquele impulso, aquele coisa. No dia seguinte, já não é mais, não pertence àquele mundo mais, não tem mais aquela dinâmica, não tem mais aquela...vamos dizer

¹¹⁶ Walter Ceneviva. É advogado e professor na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

assim, aquela rotina, não tem aquele ciclo do semestre, não tem mais, é o ciclo da vida, o ciclo do tempo, que você tem numa faculdade. Não tem nada mais. Acabou! É uma morte acadêmica. É muito interessante isso. Agora morte acadêmica com honra, pelo menos. Porque a morte acadêmica sem honra, não dá. Então foi essa a razão por que eu saí aos cinquenta e três anos, da Faculdade de Direito. Eu podia ter ficado lá até os setenta anos.

R.M. – Mas o senhor, de toda forma, continuou produzindo academicamente.

M.C. – Ah! Isso é... isso não... Isso, eu sempre produzi, isso eu não deixei. Produzir. Nunca, nunca deixei de produzir.

R.M. – E o senhor, desde então, se dedicou mais intensamente ainda, principalmente, à advocacia.

M.C. – É. Daí... o que é que eu ia fazer? Eu tinha um escritorzinho ali na rua Inglaterra, um escritorzinho pequenininho, uma casinha, menor que isso aqui, muito menor, ficava ali; como todo professor de direito, geralmente, era. O Oscar Barreto¹¹⁷ que era assim também. Grande mestre Oscar Barreto. Sinto saudade. Era assim, tinha um escritorzinho, uma coisinha, e ficava e se dedicava à vida acadêmica e, às vezes, escrever livro também, que eu adorava escrever livro. Agora, vocês, não sei se vão fazer uma pergunta; mas eu vou responder antes de vocês fazerem a pergunta. Uma coisa muito importante para os jovens que ingressam na vida acadêmica. O que realmente permanece, o que consagra, o que faz com que se seja reconhecido permanentemente são as obras que você publica. Não adianta você ser catedrático da faculdade de direito. Enquanto você é catedrático, você está, ainda, já no ostracismo total, e quando sai então, mais ainda. Quer dizer, o jurista, como qualquer cientista de qualquer ramo de ciência, ele vale pelas obras, pelos trabalhos, pelas pesquisas que ele produziu; os títulos não valem nada. Então ficam aqueles professores lá atrás, quase... a hierarquia freudiana que eu chamo... que o Freud tinha as categorias. O instinto humano tem três impulsos fundamentais, que é o impulso da territorialidade, da sexualidade e da hierarquia. Nunca ninguém pensa nisso. Mas o Freud... Mas ninguém fala desse aspecto da territorialidade

¹¹⁷ Oscar Barreto Filho. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

como uma coisa antropológica, que é uma categoria antropológica, e nem da categoria, também, aí antropológica típica, da hierarquia. Então eles ficam atrás da hierarquia, das pompas, das condecorações, dos títulos e tal, um total ostracismo, ninguém... porque não têm obras que sejam reconhecidas. Então o [vale] jurista... Eu, por exemplo, fui traumáticamente excluído da faculdade por motivo justo e impróprio; mas eu sempre fui tratado com o maior respeito, com a maior festividade possível, por causa das obras. Então o jurista vale pelas obras que ele...pelo valor das obras que ele publica. Primeiro, ele vale pelas obras que publica, e segundo, pelo valor das obras, conforme o valor delas. Então isto é a razão de vocês, por exemplo, estarem aqui, não é? Há muitos anos que eu não dou aula, nunca mais dei aula na minha vida, depois que saí de lá.

R.M. – Nós tínhamos, na verdade, duas ou três perguntas sobre isso. Uma tem que ser feita no final, mas duas a gente vai adiantar. A primeira pergunta que eu faria é a seguinte. Entre todas as suas obras, qual o senhor considera que é aquela assim que realmente dá ao senhor esse nome, esse destaque? É o conjunto ou tem alguma que se destaca?

M.C. – Não. São *Os comentários* mesmo. *Os comentários* e o *Acordo de Acionistas*. Eu acho que o clássico é os acordos, são os acordos... é o...

R.M. – Os comentários.

M.C. – São os comentários. Esse é o... é obra clássica.

R.M. – Essa é uma pergunta que nós fazemos para todos os entrevistados. O senhor um dia, enfim, era um jovem advogado, uma pessoa promissora, talentosa enfim, mas era um jovem advogado, trabalhava no escritório do Patti, e hoje o senhor é um grande jurista, nacional e internacionalmente conhecido. O que que o senhor considera que foi o momento da virada, assim? Quando é que o senhor passou de um jovem advogado, um bom e conhecido advogado, para ser um jurista, essa pessoa respeitada? Teve um...foi uma obra? Foi o cargo, passagem pela Bovespa, comissão de 76? O que foi?

M.C. – Não. Foi uma passagem. Foi uma passagem. Uma passagem, sobretudo, pelos Estados Unidos. Que quando eu estava na faculdade, o pessoal da Filadélfia, os

professores da Filadélfia vieram aqui, escolheram alguns...não, escolheram dois professores de direito comercial do país, em cada país, para fazer o *International Faculty*, da Pensilvânia. Então, eles foram ao Japão, foram à Alemanha, Bélgica, França... onde mais? Estados Unidos, obviamente, que tinha muito mais de dois, e fizeram esse seminário – *International Faculty for Security Market Law*. E daí eu fui para o seminário. Fui em 75, meu primeiro seminário. Daí mudou minha cabeça. Mudou minha cabeça. Eu fazia aquelas teses todas aí de... teses jurídicas e tal mas, tinha muito mais a preocupação política, na época, do que uma preocupação científica propriamente. E daí notei a seriedade, a capacidade, a economicidade do raciocínio daqueles professores americanos. Aquela capacidade de escrever dando a sua opinião, quer dizer, dando, realmente, uma contribuição pessoal, quer dizer, tendo a coragem de dizer o que acha, com uma economia de palavras, (aí a economicidade) economia total de palavras, não havia uma palavra... (também tipo Silvio Marcondes) não havia uma palavra inútil, não havia um trecho inútil, não havia uma citação barroca nem para mostrar ilustração nem para mostrar erudição (falsa, provavelmente); era tudo ali, direto, prático, criativo, construtivo, toda aquela literatura americana, aquela coisa, e daí eu fiquei muito entusiasmado; sobretudo, quando eu percebi que você deveria escrever aquilo que vinha dentro da minha própria personalidade, que é coragem de falar as coisas. Então, a coragem de falar as coisas, em matéria jurídica, é criar dentro da matéria jurídica, que é o caso do livro aí. Então eu falava a minha opinião, a opinião sobre tais e tais e tais institutos, direito societário, pipipi papapá, e coisa, e não ficava lá mostrando erudiçãozinha e... o direito italiano, direito alemão, isso não interessa a mínima. Vai direto na sua opinião. Você tem base ou não tem base. Claro que você tem que fazer um referencial bibliográfico e dar a opinião dos outros; mas, dentro da opinião dos outros, você tem a sua, entendeu? A sua opinião tem que estar ali, e de uma maneira simples, (americana, não é?) direta e ao mesmo tempo extensa. Quer dizer, estudar os assuntos extensamente, extensamente, não ficar só no coisica, estudar tudo organicamente e tal. Então o grande impulso para eu escrever foi exatamente esse, foi o modelo americano, o modelo universitário americano, que eu aprendi na Filadélfia. Eu freqüentei os seminários da Filadélfia durante dez anos, mas sempre dentro desse espírito. E essa parte de ter escrito esses comentários foi exatamente fruto desse modelo americano. Quer dizer, não que eu tenha...achando que o americano é melhor que os outros mas é aquela coisa de...contributiva, aquela coisa que, entendeu?...que funciona. Tanto é

verdade, que o direito americano hoje manda no mundo. Quer dizer, o direito americano hoje é o que domina o mundo inteiro, dentro de culturas que não têm nada a ver com a cultura americana. A brasileira tem alguma coisa a ver? A francesa tem alguma coisa a ver? Tem nada. A alemã, que é um fundamento jurídico estrutural enorme? Mas é que é aquela coisa absolutamente concreta, real, ligada ao mundo, ligada à sociedade, à demanda dos jurisdicionados, certo? E... no sentido do bem público, muito ligado. Quer dizer, então é uma coisa... é muito rica essa... Então a experiência, que você está perguntando, é uma experiência americana, é um modelo americano mesmo.

R.M. – E em termos de, por exemplo, o seu prestígio como um jurista perante os seus colegas advogados brasileiros, não é? Porque o advogado, normalmente, atende o cliente. Mas o jurista, muitas vezes, atende outros advogados até de dentro da área. Quando é que o senhor começou a ser visto pelos seus colegas, pelos seus pares como alguém que, mesmo entre os comercialistas, se destacava, a ponto de poder ser um advogado?...

M.C. – Depois da publicação do livro.

R.M. – Do *Comentários*. Ali foi a virada.

M.C. – Do *Comentários*. A virada, é. E eu não achava que o *Comentários*... Não pense que eu tive essa proposta racionalmente que eu estou falando a você hoje em dia, não, entendeu? Eu não tinha essa noção teórica a respeito da razão, das origens da obra e nem da importância da obra. Escrevia e acabou. Mandava imprimir, publicar e ver o que acontece. Mesmo porque você não tem consciência, quando você escreve uma obra dessa, a receptividade que ela vai ter. Pode não ter nenhuma. De modo que aí foi uma... foi um acaso.

R.M. – O senhor mencionou essa coisa do direito americano e o fato dele ser assimilado hoje em diversas culturas. Como é que o senhor, um jurista que participa há tanto tempo do desenvolvimento do direito brasileiro e estuda e acompanha o desenvolvimento do direito brasileiro, enxerga as mudanças havidas no direito, especialmente na sua área, nos últimos vinte anos, nesse período da globalização? O que o senhor acha que mudou em termos do exercício da profissão, da advocacia, do estudo do direito?

M.C. – Eu acho que é o seguinte. O direito como atividade acadêmica, ele se reflete nos alunos que freqüentam as diversas faculdades, vamos dizer assim, relevantes da matéria, e que tratam da matéria. Então você nota, nos últimos anos, última geração, dos anos 90 para cá vamos dizer... não sei se 80 também, mas acho que mais 90, que os alunos são muito mais dedicados ao estudo. Há um sentido profissional enorme nos alunos, hoje em dia, que se interessam pelo estudo. No meu tempo, como eu falei para vocês, a faculdade de direito era dividida entre baderna, política e vida de estudo. Era vida acadêmica, vida política e estudo. Quer dizer, o estudo era muito relativo, porque aquilo era uma criação de uma...uma coisa muito maior do que o próprio estudo, uma coisa muito mais interessante na formação da pessoa. Hoje em dia não. Você vê que há uma especialização, uma fragmentação do conhecimento, quer dizer, o sujeito estuda direito, ele estuda só o direito; ele vai ali, ele pesquisa, ele tem instrumentos extraordinários, hoje, de pesquisa, que não tinham no meu tempo. Quer dizer, hoje, ele tem acessibilidade absoluta e conhecimento instantâneo de qualquer coisa, qualquer pesquisa, qualquer jurisprudência, qualquer doutrina, qualquer norma, qualquer coisa. E ele, hoje, é muito mais dedicado. E as pessoas são muito mais capacitadas profissionalmente hoje do que eram no meu tempo, eu acho que muito mais. No meu tempo vingavam pessoas talentosas, pessoas que tinham relacionamentos, que tinham capacidade de se relacionar, de se articular e pessoas brilhantes. Hoje em dia, você pode ter até um sujeito medíocre, que vai lá, ele estuda, estuda, estuda, ele consegue ser um profissional muito bom, porque existe hoje uma dedicação maior. Então, eu posso dizer que o mundo acadêmico hoje... o mundo acadêmico...o mundo de estudo, hoje, é um mundo muito mais sério do que anteriormente. Porém perdeu uma coisa fundamental. Quer dizer, a geração a partir dos anos 68... quer dizer, dos anos 68 não, a partir dos anos 70, a modernização dos costumes ou a ruptura dos costumes tradicionais, sobretudo burgueses, de manutenção de instituições, da sua aparência e a ruptura total das formalidades(,) dos relacionamentos, que hoje são totalmente livres, criou uma geração... a partir dos anos 70, isso não é de agora, não, - uma geração que não tem nenhum compromisso com o bem público, entendeu? Nenhum compromisso com o bem público. Porque, como eu estava falando, no meu tempo, o sujeito pensava um terço em política, um terço de baderna de academia, um terço de estudo. A política era o bem público. Então era a formação do bem público, era a discussão do bem público, a perplexidade sobre o bem público; o que é o bem público? Onde está melhor

localizado? Então... Não existe nenhuma inquietação política na geração atual. Então, não existe nenhuma inquietação política, e não há essa inquietação com o bem público. Há uma ruptura, portanto, nas gerações a partir dos anos 70, e avançando mais, nos anos 80, e aí, com o consumismo, a partir dos anos 90... 90 não, anos 80, o consumismo, a sociedade consumista, que o individualismo, absolutamente, dominou os corações e mentes de todas as pessoas... quer dizer, elas têm ali o seu projeto individual, o seu projeto de prazer individual, de demonstração de consumismo individual, de exibição desse consumismo, de sucesso profissional no sentido de sua exposição como prosperidade material, ele não tem o sucesso profissional como uma coisa que não tenha a sua aparência, e o sentido do bem público foi totalmente perdido a partir dos anos 70 e aumentando, como eu disse, a partir dos anos 90...dos anos 80 vamos dizer, com a consagração total da sociedade de consumo. Então você tem hoje alunos dedicadíssimos, alunos capazes, competentes naquilo que fazem, mas sem inquietação. São pessoas ligadas ao consumismo, ligadas ao progresso particular de ganho na profissão – eu vou ser um bom profissional para ganhar dinheiro e para poder consumir. Não é para ficar rico, não. É diferente. Precisar de riqueza é anterior ao consumismo. Então eu vou conseguir ser um bom profissional, ser sócio do escritório xis, tal, que eu (onde tem) três anos, sou advogado, daí ganhar bastante, ter um apartamento em Miami, etc.. Quer dizer, então você veja como, realmente, houve uma modificação do perfil completa. Por um lado, uma especialização, uma competência muito maior profissional, e uma perda essencial da noção do bem público. Não há inquietação do bem público. Isso é o que eu posso dizer da geração atual. Não sei se é verdade ou não.

R.M. – Explorando essa sua resposta, dois desdobramentos. A primeira, nesse aspecto da competência técnica, da acessibilidade maior de conhecimento que o senhor mencionou. O senhor comentou diversas vezes da soberba daquele professor catedrático tradicional e essa soberba muitas vezes era associada ao fato de que o sujeito detinha um conhecimento acumulado, que, normalmente, não estava tão acessível por outras vias a não ser por um estudo por longo período de tempo. Hoje em dia, informação é muito acessível, mais rapidamente acessível, existe mais informação, em tese, é mais fácil de se obter conhecimento e você fica menos dependente dessa figura. Ainda assim, os doutrinadores, os grandes juristas, me parece, (então, não sei se o senhor confirma isso) continuam tendo grande importância e grande prestígio como figuras de relevo no

entendimento do direito. Como é que o senhor avalia essa posição do jurista, de um grande professor, de um grande doutrinador nesse mundo, que é um mundo tão diferente daquele em que...?

M.C. – É. Eu acho que a tendência do grande doutrinador, que ainda existe e que é respeitado nesse mundo atual de especialização, é que ele seja entendido fragmentariamente. Há um puxa lá do camarada o que interessa. Puxa isso. Não há um sentido do grande mestre, do grande patriarca do direito, que tenha uma filosofia a respeito do assunto. Um Santi Romano¹¹⁸, um Carnelutti¹¹⁹, que tem toda uma bagagem, vamos dizer assim, política atrás dele, filosófica. Eu acho que puxa ali o que é importante para botar no estudo dele... quer dizer, ainda que haja esses grandes juristas, que permanecem, eles são fragmentadamente, por porções, retirados o seu conhecimento; não há nenhuma paixão pela obra em si. É impressão minha. Pode ser que eu esteja aqui falando uma bobagem também. Não quer dizer nada que... Mas eu acho que há uma fragmentação, também, da apropriação desses grandes juristas.

R.M. – E por fim, nesse aspecto do bem público, eu achava importante que o senhor comentasse o seu envolvimento com a Comissão de Ética da OAB. O senhor teve uma atuação destacada, com a publicação do Livro Negro da Corrupção. Enfim, o senhor enxerga isso também como parte da sua contribuição ao projeto público? Gpstaria que o senhor falasse sobre isso.

M.C. – Ah, é importante. Aí é o seguinte. Eu era presidente da Comissão de Ética, da parte deontológica. Que antigamente existia, na OAB, um tribunal de ética deontológico. Você que dava normas. Não é que julgava o advogado que pegou, apropriou-se do dinheiro do cliente. Era a parte deontológica. Eu fui presidente desse tribunal de ética muitos anos. E... Alguns anos. Quatro anos, eu acho. E daí, o trabalho foi muito bem feito, e ali nós fizemos então as primeiras publicações deontológicas das normas de conduta, a ética do advogado. Foram publicadas. O Robison Baroni¹²⁰, que

¹¹⁸ Santi Romano (1875- 1947) foi um jurista italiano com atuação nas áreas da teoria do direito, do direito constitucional, do direito administrativo e do direito internacional.

¹¹⁹ Francesco Carnelutti (1879 - 1965) foi um advogado e jurista italiano.

¹²⁰ Nome sujeito à conferência.

era membro do Tribunal de Ética, era um grande incentivador disso. Devemos ao Robison Baroni ter feito isso, a publicação das normas, das decisões do código de ética. Depois, esse trabalho me levou a ser, inclusive, membro do Conselho da própria OAB. Eu também fiz parte lá, por causa disso. E coincidiu na época... Porque o trabalho era muito reconhecido, muito respeitado, (era interessante isso) também tinha notáveis, membros desse tribunal de ética era de gente ilustríssima. Daí, o que acontece? Houve o negócio do *impeachment* Collor¹²¹. E, depois do *impeachment* do Collor, assumiu o Itamar. E logo no... entre ele assumir a coisa, um pouco antes e depois, houve o escândalo do orçamento, dos “anões” do orçamento. Você não tem a menor idéia do que seja isso, não é? Então a...

R.M. – Eu tenho.

M.C. – Então era os deputados que, em conjunto com o Ministério do Planejamento, faziam apropriação de todo o orçamento para eles, roubavam tudo diretamente no caixa, passavam a mão, roubavam tudo. Os “anões” do orçamento. E o Itamar tomando posse, ele falou: “Eu quero ver as ramificações...” Porque o Itamar foi um grande presidente da República. Precisou morrer para todo mundo perceber que ele foi um grande presidente da República. O defeito dele foi ter ficado dois anos. Depois que morreu. Antes de morrer, era um palhaço. Depois que morreu, era um grande presidente, foi um homem extraordinário!... Então o Itamar... o que aconteceu? O Itamar falou: “Isso aqui, não tem nada disso, () isso aqui está dentro... o foco disso está dentro daqui, do Executivo mesmo, dos ministérios. Então vamos fazer uma comissão especial de investigações dentro do próprio governo, aqui, no Palácio do Planalto, para investigar quais são as ramificações do orçamento dentro do Ministério. Como é que eles se infiltraram aqui dentro e quais são os meandros de corrupção que permanecem no Ministério, para extirpá-los”. Daí ele nomeou a comissão. Foi indicado, a OAB nacional me indicou, os outros foram indicados também, por outras coisas, e nós fizemos essa comissão, que era uma comissão de sete pessoas, que era chamada Comissão de Notáveis. Tinha dois ex-ministros do Tribunal...acho que era Supremo

¹²¹ Fernando Affonso Collor de Mello. É um político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, Foi o primeiro presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar renunciou ao cargo horas antes de sofrer o *impeachment*.

Tribunal... não, era... naquele tempo era Tribunal Federal, não sei que – e tinha dois militares e tal, tinha um representante, que brigou com o Collor lá, Daniel Quintella¹²², que era um homem extraordinário também, (que era não, que é, que está vivo) e...Enfim, era uma comissão muito ativa. Tinha o general da Silva¹²³ como secretário. E funcionava muito bem, e funcionava no Palácio do Planalto. Daí nós fomos lá, ficamos lá durante um ano trabalhando, para verificar nos ministérios quais eram as ramificações desse tal “anões” do orçamento. E trabalhamos *pro bono*, nunca cobramos nenhum tostão. Eu tenho a impressão que essa comissão aí da Verdade também não deve cobrar nada. Deve ser *pro bono*. Eu tenho a impressão que é isso. Mas o... Daí trabalhamos um ano, ferrenhamente, com muito boa assistência do general da Silva, que fazia uma secretaria do maior padrão, e daí, o que nós fizemos? Fizemos uma conclusão, depois de alguns meses, de que, realmente, os ministérios, não é que eram... havia corrupção, eles eram dominados pelos próprios interessados. Entendeu? Então o Ministério da Saúde era dominado pelos laboratórios, todos os cargos de confiança, era tudo laboratório, os laboratórios é que nomeavam os cargos de confiança, entendeu? O Ministério do Planejamento, eram todos os empreiteiros, os empreiteiros nomeavam os cargos de confiança para fazer toda a coisa. O Ministério, então, dos Transportes, isso não era um escândalo, isso era um... é um submundo, era um submundo. Não dá nem para descrever o submundo que era o Ministério do... que acabou sendo o Dnit atual, que continua sendo um submundo, é um submundo total. Então a própria empreiteira, num trecho, ela cobrava cem...por cem metros, ela cobrava dez reais, por outros cem metros iguais àquele, cobrava trezentos reais. Então, conforme a corrupção que ela fazia com o engenheiro, era cobrando, o mesmo tipo de obra, cobrando diferente e tal. Era uma vergonha total. O Ministério do Planejamento era uma vergonha, o Ministério da Saúde, uma vergonha, o Ministério do Transporte, uma vergonha. Era uma coisa assim inacreditável. Os outros ministérios também. Daí nós chegamos lá para o coisa (Itamar), nós falamos: “olha aqui, presidente, a questão é a seguinte, nós temos que fazer o seguinte, nós temos que fazer um código de ética aqui, para ver se esses funcionários que não têm nada a ver com o assunto, se eles tomam conta desses ministérios, porque eles são uns palhaços, os coitados desses funcionários daqui, não têm a menor voz ativa,

¹²² Nome sujeito à conferência.

¹²³ Nome sujeito à conferência.

e essa gangue dominando todos os ministérios.” Ele falou: “Façam um código de ética.” Então nós fizemos um código de ética baseado na cidadania, em que o funcionário público é um cidadão e que ele está prestando serviço a outro cidadão mas ele também pode receber os serviços de outro funcionário público, também como cidadão. Respeito à cidadania, respeito a isso, respeito àquilo, verificação da propriedade dos atos administrativos, etc. Era um código maravilhoso. Que não fui eu que fiz, todos nós fizemos em conjunto e levamos lá para ele. E ele aceitou e sancionou inclusive, solenidade, eu até que fiz o discurso em nome do presidente da República... Coisa linda e tal. Daí ele falou: “Então, agora, o que é que fazemos?” – “Não. Agora vamos evangelizar os ministérios.” Então saiu aquela comissão daqueles... daqueles coitados lá, faziam parte da comissão, uns coitadinhos, que não percebiam, que eram ingênuos, e fomos para os ministérios explicar para os funcionários o que era o código de ética. Levava os [inaudível], levava as cartilhas bem feitinhas, aí tínhamos um apoio fantástico do Ministério da Administração Federal, que era o Caim¹²⁴, que era o ministro Caim, era um general, uma fera, superdedicado ao bem público. Daí o que acontece? Levamos para os ministérios, os ministérios, os funcionários... chamavam os ministérios, vinham aqueles funcionários todos, centena de funcionários, explicávamos tudo e tal, e uma, duas, três reuniões. Daí eles começavam a chamar os chefes. “Desçam, desçam!” Os chefes não desciam, não desciam os chefes, que eram os corruptos lá em cima. Sobretudo o Ministério da Saúde, foi muito interessante essa cena. “Desçam, desçam!” Mas todos uns *canalhas*! E isso era um código de melhoria da visão do próprio agente público sobre a sua função e a sua localização como cidadão. Era uma coisa...Um dia, se vocês tiverem tempo, leiam isso. Uma coisa brilhante! Era uma coisa brilhante. Era uma revolução da cultura do agente público, começando na base, já que o corrupto não vai aceitar nenhum código de ética nenhuma. Daí o que aconteceu? Daí foi lá aprovado, e nós fizemos em vários ministérios e ficávamos lá dia e noite... Passei um ano nessa brincadeira e todo mundo lá, os outros, quixotescas figuras. E fizemos. Daí no fim, o governo acabou, ia acabar, nós fizemos um relatório sobre as constatações, num Livro Negro da Corrupção que eu coordenei. E que é um livro que é um verdadeiro corpo de delito, entendeu? Uma coisa inacreditável o nível de corrupção que existe nesse país. É uma coisa inacreditável. Porque ele é sistêmico, ele

¹²⁴ Nome sujeito à conferência.

tem as verbas do Ministério do Desenvolvimento e vai, sistemicamente, desperdiçando dinheiro em todos os lados e vai destruindo todo o orçamento, no sentido da sua aplicação em educação, em saúde e tudo mais. E apresentamos para o coisa lá, o Itamar, o relatório. Eu apresentei lá para ele, também fui representante dos outros, falei, fiz o discurso e tal, e ele, aquele jeito humilde dele, coitadinho, recebeu. Daí ele fez uma entrega solene do relatório, que eram relatórios fantásticos, (naquele tempo era até em papel, não era...) relatórios fantásticos, todos os detalhes, todos os depoimentos, e o relatório final, que está depois substanciado no livro. E o Fernando Henrique recebeu aquilo pouco antes da posse, uns quinze dias antes. Eu não estava no Brasil, não participei da solenidade, mas outros participaram. Recebeu e tal e coisa. E foi feito assim. Daí, foi muito interessante, que a primeira coisa que o Fernando Henrique, junto com o ministro dele de Administração Pública, como é que chama? Luiz Carlos Bresser Pereira¹²⁵, fez foi revogar o código de ética. Revogou o código de ética. Daí...Uma coisa muito interessante, não é? Depois, outra coisa, o seguinte, ele não nomeou uma nova comissão para continuar os trabalhos. Porque os trabalhos, em dois anos, ia ser... A comissão devia ser permanente. Comissão permanente de pessoas independentes da sociedade civil. Que não tinham nada a ver com o governo. Estava ali para... Não nomeou nova. E daí sumiu completamente com o relatório. Nunca mais se achou esse relatório, esse relatório com os documentos, nunca mais se achou. Nunca mais existiu isso. Sumiu. Não sumiu a Dana de Teffé? Não sumiu a vítima do Bruno, o goleiro do Flamengo? Também sumiu o... os documentos todos sumiram! Nunca mais apareceram. Nunca mais se falou no assunto. E a comissão não recebeu da parte do governo... (foi, naturalmente, dissolvida) da parte do novo governo do Fernando Henrique, nenhuma menção, nenhuma condecoração, nenhum agradecimento, nada. Como se fossem uns marginais, estivessem incomodando tal e coisa. Então esse foi o destino. A questão toda é que os empreiteiros iam ser inabilitados. Quer dizer, o Itamar, coitado, ele não teve tempo, mas o Itamar, diante desses relatórios nossos, ia inabilitar as empreiteiras. Inabilitar. Como essa Delta foi inabilitada agora, ele ia inabilitar as empreiteiras, tal a roubalheira que eles faziam lá dentro. E daí então... “deixa, deixa”, coisa e tal... e naturalmente... eu sei lá os meandros dos ministérios, do presidente da República, eu

¹²⁵ Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira. É advogado, administrador de empresas, economista e cientista político.

não tinha nenhum acesso. Então a... Tenho a impressão, “deixa para depois, deixa para depois”. E daí veio a campanha eleitoral, em que eles, realmente, encheram de dinheiro a campanha eleitoral. E daí com, naturalmente, os empreiteiros dizendo “pelo amor de deus não vai nos inabilitar”. Então com isso, foi eleito o novo governo e o governo não só não os inabilitou, mas *nos* inabilitou, inabilitou a própria comissão, inabilitou, desapareceu com os documentos, desapareceu com tudo. Então é esse o Brasil. Esse é o Brasil. É muito difícil, porque você não tem instituições aqui, estáveis, um país sem instituições. As instituições são formais, mas elas não têm um caráter institucional de uma Inglaterra, quer dizer, ter uma instituição americana, francesa então, pelo amor de Deus. Então é isso aí.

B.A. – A gente precisa trocar a fita.

M.C. – Estou divagando muito, não é? Estou divagando demais?

R.M. – Não.

[Interrupção da gravação]

B.A. – Professor, recentemente, em 2012, o senhor publicou um artigo na *Folha de São Paulo* defendendo a arbitragem para resolução de questões societárias. Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre isso e a defesa da arbitragem e a importância da arbitragem.

M.C. – Bom. O caso é o seguinte. A tendência na terceira geração do direito é uma tendência de que o poder judiciário deve atender ao interesse público e não deve atender mais ao interesse privado. Não é que não deve atender mais. Não deve se voltar a atender o interesse privado. O interesse público é tão grande... interesse público estou dizendo o interesse da população, da coletividade, não o interesse do Estado, entendeu? Por exemplo, acidente do trabalho. É um interesse público. Para dar um exemplo bem clássico. Agora conflito entre sócios, acionistas e sociedade, é interesse privado, não é interesse público. Então o Estado, no seu ramo judiciário, deveria realmente dedicar-se um canto mais para criar, inclusive, a normatização, a sumulização desses setores, como o Supremo tem feito e o STJ também, quer dizer, no sentido de defender a população, a coletividade e o interesse público em geral. E a questão privada deveria cada vez mais

ser solucionada por conciliação, está certo? E por arbitragem, nos seus diversos níveis. Então... Isto é o que os contratos têm refletido. Os contratos têm refletido isso na medida em que instituem a prova compromissória de arbitragem, exatamente porque sabe que é o interesse privado, que o Estado não tem mais nem vocação nem capacidade nem tempo nem coisa para tratar, e que vamos então tratar dos interesses privados através da arbitragem. É uma tendência do próprio setor privado de encolher-se neste setor da arbitragem. Por outro lado, a arbitragem tem vantagens muito grandes, porque ela desloca da jurisdição estatal de algumas das par... quer dizer, e geograficamente colocada em uma das partes. Então, por exemplo, você tem aqui um sujeito que tem um... a Sadia, que tem a sua sede em Santa Catarina, na cidade de não sei o que. Tinha. Daí você põe o judiciário da cidade de Santa Catarina. Você nunca vai ter nenhuma a possibilidade de brigar com a Sadia lá, porque o juiz é...vai no aniversário do dono da Sadia. Então o que acontece? Você tem uma possibilidade de deslocamento geográfico, geojurídico, geojurisdicional, não geopolítico, geojurisdicional da arbitragem, para uma jurisdição neutra geograficamente falando, certo? É outra vantagem, certo? Entre isso e aquilo, entre uma questão americana de uma grande companhia de plataforma americana ou coreana e brasileira, você põe num centro...no CCI de Paris, para tratar. Então você tira da Coréia, e tira dos Estados Unidos, tira do Brasil, tira não sei o que e tal. Isso no sentido internacional. Então ela tem várias funções. De celeridade, de tecnicidade, quer dizer, os árbitros têm muito mais capacidade técnica e têm muito mais possibilidade de examinar matérias técnicas, que cada árbitro, geralmente, tem um, dois, três casos por ano, e permite, perfeitamente, isolar um setor de interesse privado do setor público, e também dar garantia a que, realmente, a segurança jurídica de um país seja aceita; na medida em que, nos negócios internacionais, um país aceita a arbitragem... como o caso brasileiro, tem uma lei de arbitragem, tem o STJ que consagra cada vez mais a arbitragem, basta dizer que tem uma súmula agora, retroativa, súmula 450, não sei quanto, que, retroativamente, diz que a arbitragem...quer dizer, os contratos de arbitragem...as cláusulas de arbitragem existentes nos contratos anteriores a 96, ou seja, anteriores à lei de arbitragem, também são sujeitos à arbitragem da lei de 96... Súmula do STJ. Então, o STJ tem consagrado, claro que o STF também teve, na questão constitucional, o Brasil tem uma lei muito boa sobre isto, então o que é que dá? As partes têm certeza de que os tribunais garantem a arbitragem que está incluída nos contratos, que está inserida dentro dos contratos como cláusula autônoma que é. Então o

nível de segurança jurídica dos países, nas suas relações internacionais econômicas, comerciais estão muito ligadas à aceitação, acatamento e efetivação da arbitragem nos seus devidos territórios. Então... É importante também que as partes respeitem a arbitragem. Porque às vezes o sujeito diz “eu assinei a arbitragem, mas não quero mais”. Isso, tem o artigo sétimo da lei de arbitragem que diz “não, tem que fazer”. Se assinou¹²⁶, tem que fazer a arbitragem, de todo jeito. Então ela defende, no sentido...Ela atende uma tendência do direito, a evolução do direito, atende a um requisito de segurança jurídica do país, é o grau de segurança jurídica do país, e, naturalmente, atende ao interesse das partes de resolver coisas de natureza privada, que não interessam nada à população, nada à coletividade, entendeu? Vamos ser bem claros nisso. Então é essa a razão da coisa.

B.A. – Bom. Para terminar, eu gostaria de perguntar para o senhor o que o senhor considera um jurista. O que é um jurista, ao ver do senhor?

M.C. – Olha que pergunta, hein. Que pergunta! O que é um jurista. É um jurista... primeiro, um jurista, ele tem que ser engajado na sua época, no seu momento histórico. Para ser jurista, ele tem o requisito de ser engajado no seu momento histórico. Ele tem que ter inquietações de caráter *filosófico*. Está certo? Ele não pode ser um jurista só técnico. Não. Ele tem que ter inquietações de caráter filosófico. Ele deve ter uma capacidade de ruptura no que ele diz, senão não é um jurista, é um repetidor do que os outros falam; ruptura no que ele apresenta no sentido de criatividade, está certo? Ou no sentido da leitura dos fenômenos existentes; ou ele cria uma teoria ou ele lê o fenômeno existente de uma maneira diferente, amplia essa leitura. Isto é um jurista. Não sei mais que requisitos deveria ter um jurista. Claro que escrever o que ele realmente... Essa bagagem toda tem que ser traduzida na sua contribuição coletiva, também, de apresentar num livro, numa obra, etc. e tal. Eu acho que esse é o jurista. Você pode perceber, dentro desse padrão, todo mundo que é jurista está enquadrado nisso aí. Não existe jurista sem ser um político também. Jurista sem ser político não é jurista. Quer dizer, não é que ele seja político partidário. Mas ele tem que ter um...alguma coisa de inquietação política e filosófica, mesmo, senão não tem grandeza, não tem. Essa que é a minha opinião.

¹²⁶ O entrevistado bate com o copo na mesa nesse momento.

R.M. – Está ótimo. – Muito obrigado, professor.

M.C. – Está bom? – Imagine.

B.A. – O senhor gostaria de fazer alguma consideração final?

M.C. – Que consideração final? Eu acho que a consideração final que eu faria, diria que, realmente, é muito interessante, você chegar aos oitenta anos com esta...com esse reconhecimento. É uma coisa muito interessante. Porque você não projeta a sua vida para ser reconhecido. Quando você projeta a vida para ser reconhecido é sempre uma frustração atrás da outra. Então, tem gente, por exemplo, que vai atrás de medalha, atrás de condecoração, atrás de...como é que é? – de membro da academia disso, academia aquilo, etc., títulos honoríficos, pertencer a sodalícios. Isso tudo é uma forma de preenchimento de um vazio, não é? Agora no meu caso aqui, eu sou uma pessoa muito reconhecida como advogado e no tudo...o pouco que eu fiz, porque também não fiz nada importante; mas tudo que eu fiz é valorizado. É impressionante, não é? Então...Pelas pessoas que souberam, que conheceram o assunto. Então você chegar aos oitenta anos com este ambiente em torno de você mesmo é uma maravilha, que é uma coisa que não tem frustração. Não tenho frustração nenhuma, não tenho nada que eu deixei de fazer ou devia ter feito. E por outro lado, também não... como falei, não tinha nenhum projeto de fazer isso. Serei um jurista! Serei um grande advogado! Seria um grande professor! Nada. A coisa foi caminhando, sempre pelos modelos. O que é importante nas pessoas é ter consciência que ela deve seguir os modelos. Os modelos que eu tive e antimodelos foram muito marcantes. Ao seguir os modelos, acabou desaguando nisso. Que não havia um projeto nenhum para chegar aos oitenta anos, vamos dizer assim, respeitado, festejado. Então eu... De modo que eu acho isso. Isso que eu queria dizer a vocês a respeito. Está bom?

B. A. – Está bom. Muito obrigada, professor.

R.M. – Muito obrigado, professor.

M.C. – Obrigado a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]